

Universidade Aberta
Mestrado em Relações Interculturais

Mulheres migrantes
de São Tomé e Príncipe em Portugal
-Um estudo de caso no Bairro Vale de Chícharos

-Dissertação de Mestrado -
ORIENTADORA: PROFESSORA DOUTORA TERESA JOAQUIM
MESTRANDA: ELISABETE MARIA MAGALHÃES PEREIRA

Lisboa 2006

ÍNDICE

ABSTRACT

INTRODUÇÃO

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

I. DINÂMICAS MIGRATÓRIAS NA EUROPA E EM PORTUGAL.....	24
1.1 A Europa continente de migrantes	25
1.1.1 A Europa como destino	28
1.2 A imigração nos países do Sul da Europa	32
1.3 Portugal, como país de imigração.....	37
1.3.1 - A Revolução de Abril e a Independência das Colónias	39
1.3.2 As alterações no mercado de trabalho português.....	40
1.3.3 Novas correntes, novos desafios.....	43
1.4 A imigração africana	44
II. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE – O PAÍS E A DIÁSPORA –.....	53
2.1 História de São Tomé e Príncipe	54
2.1.1 A população.....	57
2.1.2 A cultura	59
2.2 Breve resenha política	60
2.3 Família e parentesco	63
2.4 Emigração santomense	68

2.4.1 A imigração santomense em Portugal.....	73
III. MIGRAÇÃO FEMININA - PERSPECTIVAS E CONCEITOS –	87
3.1 Estudo da Migração feminina.....	88
3.2 Um modelo migratório dominante	90
3.3 Teoria das migrações internacionais.....	93
3.3.1 Abordagens integradoras	95
3.4 Alguns aspectos relevantes para o estudo das mulheres migrantes.....	100
IV. MULHERES MIGRANTES NO ESPAÇO TRANSNACIONAL	105
4.1 O género na migração internacional.....	106
4.2. Causas da migração feminina.....	109
4.3 Diferentes géneros, diferentes estratégias	111
4.4 As contradições da migração internacional.....	114
4.5 Consequências da mobilidade feminina	116
4.6 Agência e migração	119

V. SER MULHER E DE SER MIGRANTE – O EXEMPLO DO MERCADO DE

TRABALHO -.....122

5.1 A inserção na sociedade receptora..... 123

5.2 Mercado de trabalho das sociedades receptoras e o migrante..... 124

5.3 Segmentação do mercado de trabalho 126

5.4 Migrantes e segmentação..... 128

5.5 Divisão sexual do trabalho 129

5.6 As consequências da divisão sexual do trabalho..... 132

5.7 Mulheres, género e trabalho 133

5.8 Mulheres migrantes no mercado de trabalho..... 135

5.9 Divisão internacional do trabalho reprodutivo 138

5.10 Competências, trabalho e experiência migratória..... 139

VI. MULHERES MIGRANTES DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - ESTUDO DE

CASO -.....141

6.1 Razões da migração e do estabelecimento 147

6.2 Da reunificação familiar à consolidação 153

6.3 O país de origem e a gestão dos recursos 162

6.4 Agregado familiar e responsabilidades..... 167

6.5 Migração e trajectórias profissionais..... 172

6.6 Conclusão 181

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....185

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS189

Abstract

The main objective of this work is to reflect about female migration, giving more emphasis to santomese migration in a Portuguese neighbourhood where lives an important santomese community.

Nowadays, the multidisciplinary interest on international migrations is increasing. Its complexity and dynamics are the result of our day lives changes. It is a subject that never ends since it is part of human nature and is studied under many perspectives.

According to that complexity and dynamics we would like to reflect about the migratory experience of santomese women, taking into to account female migration in general.

We would like to understand the way migrant women, under structural conditions, act and take their decisions in a transnational environment. For that purpose we would like to refer some important concepts for our analysis, like gender, networks and agency.

We would like to contribute for a deepest and, if possible, a more complete reflection about the female migrant experience, that will influenced migrant women lives. The empirical work is a complement to these reflections and it will help us to achieve our purpose.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, elaborado como dissertação final do Mestrado em Relações Interculturais pretende ser, principalmente, um contributo singelo para uma maior visibilidade da problemática das mulheres migrantes e da comunidade santomense, em particular no Bairro Vale de Chícharos, no Concelho do Seixal.

As migrações são hoje e cada vez mais objecto de interesse multidisciplinar. As suas complexidade e dinâmica actuais são o resultado do ritmo com que avançam as nossas sociedades e das mudanças que sentimos ocorrerem no nosso quotidiano. Trata-se de uma temática que não se esgota, porque a mobilidade é própria da natureza humana e por isso é possível olhá-la sob os mais diversos prismas.

Tendo em conta a complexidade e a dinâmica das migrações internacionais pretendemos reflectir sobre a experiência migratória das mulheres santomenses, integrada na problemática da migração feminina em geral.

Queremos perceber como é que as mulheres migrantes, sujeitas a diversos constrangimentos, agem e tomam as suas decisões no espaço transnacional. Para isso propomo-nos discorrer sobre os conceitos que se apresentaram como os mais pertinentes para a prossecução do nosso objectivo. Salientamos os conceitos de género, redes e agência.

Pretendemos com esta dissertação contribuir para uma reflexão mais profunda e, se possível, mais completa da realidade da experiência migratória feminina e como é que ela influi na vida das suas protagonistas. O estudo de caso que apresentamos complementarará este propósito.

No primeiro capítulo deste trabalho “Dinâmicas Migratórias na Europa e em Portugal” procuraremos situar o espaço europeu como palco de intensos movimentos migratórios. Pretendemos fazer uma retrospectiva do que têm sido as migrações no Velho Continente, procurando salientar a importância das mesmas e nas quais assenta o paradigma actual das migrações internacionais na Europa. Esta retrospectiva serve de enquadramento à imigração portuguesa, onde a presença africana é significativa.

Na segunda parte deste trabalho, “São Tomé e Príncipe – o País e a Diáspora” faremos, em relação ao país, uma breve referência à sua história, população, e a aspectos culturais que consideramos mais pertinentes para a nossa análise. Pretendemos evidenciar as ligações histórico-linguísticas que influenciaram a escolha de Portugal como destino de migração desta população. Debruçar-nos-emos ainda sobre a diáspora santomense, destacando alguns elementos caracterizadores da comunidade santomense em Portugal.

Na terceira parte deste trabalho “Migração Feminina – Perspectivas e Conceitos”, procuraremos reflectir sobre algumas perspectivas que procuram explicar as migrações internacionais, caracterizadas pela dicotomia entre as teorias sistémicas ou estruturalistas e as teorias funcionalistas, ou seja, o eterno debate entre acção e estrutura. Procuraremos situar as mulheres neste contexto, reflectindo, por um lado, sobre as representações que se fazem do género – estrutura – que surgem frequentemente como constrangimentos sociais e, por outro, sobre a acção que desenvolvem como contrariando a influência dos aspectos estruturais.

No capítulo quarto “Mulheres Migrantes no Espaço Transnacional” pretendemos reflectir sobre a influência do género nas migrações internacionais, sobre as causas e as consequências da experiência migratória e como o género pode influir nas suas estratégias e decisões tomadas no espaço transnacional.

No capítulo quinto “Ser Mulher e Ser Migrante – O exemplo do mercado de trabalho”, pretendemos reflectir sobre as experiências das mulheres migrantes como Outras nas sociedades receptoras, vivendo a dupla realidade de serem mulheres e de serem migrantes, circunstância que se consubstancia sobretudo nos mercados de trabalho das sociedades receptoras. O mercado de trabalho, a sua segmentação e a divisão sexual do trabalho, entre outros aspectos, exprimem a influência do género e da alteridade.

Finalmente, no capítulo sexto “Mulheres Migrantes de São Tomé e Príncipe – Um estudo de caso” reflectiremos sobre alguns elementos caracterizadores do grupo das mulheres migrantes santomenses residentes no bairro Vale de Chícharos no Concelho de Seixal, as quais entrevistámos e sobre a sua acção num contexto transnacional onde se cruzam as seguintes realidades: ser mulher, ser migrante e ser santomense.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O interesse relativo ao tema das mulheres migrantes de São Tomé e Príncipe decorre de motivações pessoais e de motivações académicas.

Em relação às motivações pessoais para o interesse por esta comunidade, em particular, destacamos dois aspectos. Em primeiro lugar, o trabalho de voluntariado que realizámos no bairro Vale de Chícharos e que proporcionou o contacto com as crianças deste bairro, consideradas desfavorecidas, suscitou a curiosidade no sentido de tentar compreender a realidade em que viviam, nomeadamente o seu meio familiar e comunitário.

Em segundo lugar, este bairro assumiu neste concelho uma importância acrescida, devido ao facto ser um bairro de ocupação ilegal e de ser composto maioritariamente por santomenses, comunidade que é comparativamente pouco significativa na imigração portuguesa dos PALOP's.

Em relação às motivações académicas destacamos duas: o interesse académico pelas migrações internacionais e o pela temática das mulheres e do género, enquanto condicionalismo.

A estas motivações pessoais e académicas, não podemos deixar de associar a pertinência que achamos num trabalho sobre a imigração feminina de São Tomé e Príncipe e que é o facto de ser uma comunidade pouco ou nada estudada, apesar de ter vindo a aumentar e ter uma forte componente feminina, comparativamente com outras comunidades de imigrantes dos PALOP's em Portugal.

O facto de esta temática ser pouco explorada, teve duas consequências para o nosso estudo: por um lado, tornou necessária uma forte componente teórica como base para depois situar aí a imigração santomense; por outro, verificámos alguma dificuldade na elaboração da pergunta de partida, sobretudo porque tratava de seleccionar-se dentro de uma área tão vasta, os elementos que pudessem contribuir para um maior conhecimento desta comunidade, em particular das mulheres.

Ainda assim, pareceu-nos que o interesse deste trabalho poderia resumir-se na seguinte pergunta de partida:

Quais os elementos que podem ser pertinentes e caracterizadores da migração feminina santomense no bairro Vale de Chícharos, integrando-os na migração feminina em geral?

Pretendíamos com esta pergunta de partida, não só conhecer um pouco da migração feminina santomense, neste bairro em particular, procurando saber o que a caracteriza, mas desenvolver igualmente conceitos e a paradigmas que existem sobre a migração das

mulheres. Ou seja, desejámos que o nosso trabalho empírico não aparecesse como um apêndice à temática da migração feminina, mas sim, que surgisse integrado nesta.

Fase exploratória

A fase exploratória deste trabalho compreendeu três acções, algumas delas realizadas alternadamente: entrevistas exploratórias a mulheres santomenses, leituras e conversas informais com naturais de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde.

As entrevistas realizadas nesta fase exploratória foram feitas, individualmente a seis mulheres e ocorreram no âmbito de um trabalho que realizámos para cadeira de “Cidadania e Participação política”, designado de “Mulheres santomenses – contradições e cidadania em contexto migratório”. Neste pequeno trabalho obtivemos algumas pistas sobre os elementos que poderiam ser caracterizadores desta comunidade imigrante feminina, como sejam: as causas da migração, a separação familiar devido à migração, os vínculos ao país de origem, com a subsequente responsabilidade pela prestação de cuidados e assistência, os laços comunitários, etc.

As leituras que realizámos dividiram-se, inicialmente, pelos seguintes temas: imigração na Europa e em Portugal, imigração dos PALOP's em Portugal, imigração santomense, história de São Tomé e Príncipe, cultura santomense e migração feminina.

Os locais que privilegiámos para obter bibliografia sobre estes temas foram o Centro de Documentação da Universidade Aberta, a biblioteca do ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e a biblioteca do ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

Em relação ao tema da imigração na Europa referenciamos quatro obras: GEORGE, Pierre, “As migrações internacionais”, Universidade Moderna, Publicações D.

Quixote, Lisboa, 1977; JACKSON, John A. “Migrações”, Ed. Escher, Lisboa, 1991;

JANUS 2001, “Anuário das Relações Exteriores”, Público & Universidade Autónoma de Lisboa e RUGY, Anne de, “Dimensão Económica e Demográfica das Migrações na Europa Multicultural”, CELTA, Oeiras, 2000.

Em relação à imigração em Portugal, com especial relevo para a imigração dos PALOP, mencionamos como obras principais os trabalhos de BAGANHA, Maria Ioannis, GÓIS, Pedro, “Migrações Internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos”, Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 52, 53, Novembro 1998/1999;

BAGANHA, Maria Ioannis, FERRÃO, João, MALHEIROS, Jorge Macaísta, “Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português”, Análise Social, Vol. XXXIV

(150), 1999; ESTEVES, Maria do Céu. (coord.) “Portugal, País de imigração”, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa, 1991; JANUS 2001, “Anuário das Relações Exteriores”, Público & Universidade Autónoma de Lisboa e SAINTMAURICE, Ana de, “Identidades Reconstruídas – Cabo-verdianos em Portugal”, Celta, Oeiras, 1993

Em relação à imigração santomense em Portugal destacamos a obra de BONFIM, João do Sacramento, “Os processos migratórios em São Tomé e Príncipe e a corrente portuguesa”, Tese de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2000. Em relação a este tema revelaram-se igualmente úteis os dados estatístico obtidos no INE – Instituto Nacional de Estatística e no SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Relativamente à história de São Tomé e Príncipe, destacamos duas obras: HENRIQUES, Isabel Castro, “São Tomé e Príncipe – A invenção de uma sociedade”, Documenta Histórica 26, Ed. Vega, Lisboa, 2000 e ROMANA, Heitor, “São Tomé e Príncipe – elementos para um análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades”, I.S.C.S.P. – UTL, Lisboa, 1997

Em relação à diáspora santomense, destacamos mais uma vez a utilidade da obra de BONFIM, João do Sacramento, “Os processos migratórios em São Tomé e Príncipe e a corrente portuguesa”, Tese de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2000 e, relativamente a aspectos da cultura santomense destacamos o - Relatório do Desenvolvimento Humano de São Tomé e Príncipe 2002 “ As mudanças de 1990 a 2002 e o Desenvolvimento Humano “, UNDP/PNUD. Para tratar do tema da “maternidade-outra” ou “maternidade partilhada”, revelou-se bastante útil o artigo de JAMES, Stanlie M., “Mothering – A possible Black feminist link to social transformation?”, James, Stanlie M, Busia, Abena P. A., (ed.), “Theorizing Black Feminisms”, Routledge, London and New York, 1993

Em relação à migração feminina, destacamos o trabalho de ACKERS, Louise, “Cuidar à distância. Mulheres, Mobilidade e Autonomia na União Europeia”. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 50, 1998 e KOFMAN, Eleanor et al, “Gender and International Migration in Europe – Employment, welfare and politics”, Routledge, London and New York, 2000.

Em relação às perspectivas existentes relativamente à temática da migração feminina, destacamos os seguintes artigos BOYD, Mónica, “Family and Personal Networks in International Migration: Recent Developments and New Agendas”, International

Migration Review, vol. XXIII, n.º 3; GOSS, Jon, LINDQUIST, Bruce, “Conceptualizing International Labor Migration: A Structuration Perspective”, International Migration Review, vol. XXIX, No. 2, Center for Migration Studies, 1995; GASPARD, Françoise, “Invisible, Demonised and Instrumentalised – Female migrants and their daughters in Europe”, Shifting Bonds, Shifting Bounds – Women Mobility and Citizenship in Europe, Ferreira, Virgínia et al, (ed.) , Celta, 1998. e ZLOTNIK, Hania, “The South-to-North Migration”, International Migration Review, n.º 109, vol. 29, Center for Migration Studies, 1995.

Em relação ao paradigma transnacional foram particularmente esclarecedoras duas obras: ARIZA, Marina, “Migración, familia y transnacionalidad en el contexto de la globalización: algunos puntos de reflexión”, Revista Mexicana de Sociología, vol. 64, n.º 4. Out – Dec, 2002 e CASTLES, Stephen, “Migration and Community Formation under Conditions of Globalization”, International Migration Review, vol. 36, n.º 140, Winter 2002, Center for Migration Studies.

Relativamente ao género, ainda no item da imigração feminina, destacamos HEYWOOD, Andrew, “Political Ideologies – An introduction”, Macmillan, 1992; JOAQUIM, Teresa, “Social Citizenship and Motherhood”, Shifting Bonds, Shifting Bounds – Women Mobility and Citizenship in Europe”, FERREIRA, Virgínia, TAVARES, Teresa, PORTUGAL, Sílvia (ed), Celta Editora, Oeiras, 1998 e KOFMAN,

“Female ‘Birds of passage’ – A decade later: Gender and Immigration in the European Union”, International Migration Review, n.º 126, vol 33, 1999, Center for Migration Studies, New York.

Nas leituras que realizámos sobre a migração feminina, o tema do trabalho nas sociedades receptoras era bastante referido e, por isso, optámos por fazer uma revisão da literatura existente sobre o mesmo. Destacamos: CRIADO, Encarnación Aguilar, “Trabajo y ideología de género en la producción domestica”, Etnográfica, Revista do Centro de Estudos de Antropología Social; MOROKVASIC, Mirjana, “ ‘In and out’ of the labour market: Immigrant and minority women in Europe”, New Community, 19 (03), April 1993 e PIORE, Michael J. “Birds of Passage – Migrant Labor and Industrial Societies”, Cambridge University Press, New York, 1979.

Quanto à bibliografia de carácter metodológico optámos por CARMO; Hermano, MALHEIRO FERREIRA, Manuela, “Metodologia da Investigação – Guia para a Auto-aprendizagem”, Universidade Aberta, 1998 e QUIVY, Raymond,

CAPENHOUDT, Luc Van, “Manual de Investigação em Ciências Sociais”, Gradiva, Lisboa, 1992

Finalmente, algumas conversas de carácter informal que se proporcionaram com naturais de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde revelaram-se muito proveitosas para captar alguns aspectos específicos das culturas africanas com relevância para este trabalho.

Estas diversas acções – realização das entrevistas exploratórias, leituras sobre a temática e as conversas informais – permitiram destacar algumas questões que seriam estratégicas para nos orientarem no sentido de identificarmos elementos que pudessem caracterizar a migração das mulheres santomenses residentes neste bairro e integrar essas questões na problemática da migração feminina em geral.

Queremos referir que, apesar de incluirmos a pesquisa bibliográfica e as conversas informais na fase exploratória, estas duas acções acompanharam praticamente todo o processo de investigação.

A problemática

As leituras que realizámos sobre a temática da migração em geral e sobre a migração feminina, nomeadamente sobre as suas causas e consequências, permitiram-nos identificar a existência de perspectivas distintas de abordagem destes temas e agrupá-las em três grupos de perspectivas: perspectivas estruturalistas, perspectivas funcionalistas e perspectivas integradoras.

As perspectivas estruturalistas para estudo da migração defendem que os condicionalismos estruturais determinam e constroem o indivíduo, não dando espaço à acção individual.

Por oposição, as abordagens funcionalistas, colocam a ênfase no indivíduo, secundarizando a importância dos factores de ordem estrutural.

Finalmente, as abordagens integradora procuram conciliar as perspectivas estruturalistas com as funcionalistas e encontrar uma unidade de análise que faça a ligação entre acção e estrutura. O conceito de agência emergiu como elemento analítico de conexão entre estas.

Assim, optámos por uma abordagem integradora que tivesse como elemento central o conceito de agência. A pertinência deste conceito assenta no facto de não dispensar a reflexão sobre elementos de ordem estrutural e sobre a acção individual. Para o caso da migração feminina, o género, aparece como conceito central entre os elementos de

ordem estrutural e a optimização de recursos como situando-se ao nível da acção individual.

Complementámos esta opção com uma visão das migrações internacionais, segundo o paradigma transnacional. No contexto de globalização que vivemos, este paradigma é o que melhor contextualiza as migrações internacionais e tem uma enorme pertinência, como veremos, no caso da migração feminina.

Tendo em conta a abordagem integradora que elegemos e uma perspectiva da migração segundo o paradigma transnacional, pretendemos perceber como é que as mulheres migrantes, sujeitas a um condicionalismo de ordem estrutural como o género que implica o desempenho de determinados papéis utilizam recursos ou delineiam estratégias para responderem às expectativas que sobre elas recaem no espaço transnacional.

A pertinência da temática da mulher migrante no mercado de trabalho deve-se a duas razões que apontamos seguidamente.

Em primeiro lugar, porque é através de uma actividade remunerada que o migrante obtém os recursos económicos para se sustentar a si próprio e aos seus dependentes, nomeadamente num ambiente transnacional.

A segunda razão prende-se com o facto de o mercado de trabalho da sociedade receptora se apresentar segmentado de acordo com o sexo e a pertença étnica, ou seja, cruzam-se aqui as realidades de ser mulher e de ser migrante.

Em relação à imigração de São Tomé e Príncipe, tanto as leituras que fizemos como as estatísticas que observámos evidenciaram dois aspectos, que explicitamos. Um primeiro aspecto é a pouca expressão desta comunidade. Um segundo aspecto, é que, ao contrário de outras comunidades imigrantes dos PALOP, a proporção de mulheres santomenses residentes em Portugal é superior à dos homens santomenses residentes.

As entrevistas exploratórias e as conversas informais com naturais de São Tomé e Príncipe sobre as mulheres santomenses, evidenciaram a existência de uma ideologia do género que subvaloriza as mulheres em relação aos homens e que lhes atribui o papel da prestação de cuidados a dependentes, nomeadamente aos filhos. No entanto, estas fontes e as leituras complementares como JAMES, Stanlie M., “Mothering – A possible Black feminist link to social transformation?”, James, Stanlie M, Busia, Abena P. A., (ed.), “Theorizing Black Feminisms”, Routledge, London and New York, 1993 e o Relatório do Desenvolvimento Humano de São Tomé e Príncipe 2002 “ As mudanças de 1990 a 2002 e o Desenvolvimento Humano “, UNDP/PNUD, revelaram dois aspectos da

cultura santomenses e também de outros povos africanos, que têm consequências para o papel das mulheres santomenses como prestadoras de cuidados aos seus dependentes e que, por isso considerámos pertinentes para a nossa investigação.

Um primeiro aspecto, é a poligamia multipolar, um tipo de poligamia que favorece a proliferação de lares monoparentais liderados pelas mulheres.

Um segundo aspecto é a “maternidade-outra” ou “maternidade partilhada” - o cuidado de filhos que não são seus, ou a obtenção de apoio de outras mulheres para o cuidado dos seus filhos – que vem equacionar a noção ocidental de “maternidade exclusiva”, associada à prestação de cuidados directa por parte da mãe, sem outras mulheres intervenientes.

As entrevistas exploratórias evidenciaram um outro aspecto que é o facto de muitas destas mulheres virem para Portugal fora do reagrupamento familiar e por razões que não as económicas.

A questão que se coloca é perceber como é que as mulheres migrantes santomenses sob

o condicionalismo estrutural do género, decorrente do facto de serem mulheres, com as características culturais da poligamia multipolar e da maternidade-outra, por serem santomenses, e com os constrangimentos da sociedade receptora por serem mulheres e por serem migrantes conciliam o seu papel de prestadoras de cuidados com a necessidade de desempenho de uma actividade remunerada que assegure o seu sustento e dos seus dependentes, num espaço transnacional.

Nesta investigação emergem assim três realidades distintas que aqui se entrecruzam: ser mulher, ser migrante e ser santomense.

Após esta fase tornou-se necessária a reformulação da pergunta de partida, sobretudo porque percebemos estar perante uma realidade mais complexa do que aquela que se nos apresentava à partida. Assim, optámos pela seguinte questão:

Quais os elementos que podem ser pertinentes e caracterizadores das migração das mulheres santomenses e da sua acção no sentido da prestação de cuidados a dependentes, tendo em conta os constrangimentos da representação que é feita das mulheres na sociedade de origem e na sociedade receptora e das mulheres migrantes na sociedade receptora, os aspectos culturais específicos da poligamia multipolar e da maternidade-partilhada e a necessidade de, como migrantes, terem uma actividade remunerada, num contexto transnacional?

Para avançar nesta questão, tornou-se fundamental identificar os conceitos-chave e fazer a sua operacionalização. Destacamos o conceito de género para nos referirmos à

representação que é feita das mulheres e aos constrangimentos daí decorrentes, porque essa representação é sempre no sentido de uma subvalorização.

Os conceitos de agência e redes revelaram-se pertinentes para reflectir sobre a capacidade de acção das mulheres. Agência entendemos como a capacidade de resposta às expectativas decorrentes de uma determinada representação das mulheres, sendo que as redes são recursos que, no espaço transnacional, podem ser optimizados para a acção individual.

Em relação aos constrangimentos da representação das mulheres migrantes na sociedade receptora, destacamos os conceitos de segmentação do mercado de trabalho, divisão sexual do trabalho e divisão do trabalho reprodutivo.

Com o conceito de segmentação do mercado de trabalho queremos referir-nos à circunstância de certos grupos, com determinadas características aparecerem sobrepresentados em certas actividades do mercado de trabalho em detrimento de outras. O conceito de divisão sexual do trabalho refere-se ao facto de a pertença a um ou outro sexo determinar a inserção, a participação e a posição dos indivíduos no sector produtivo.

Finalmente, optámos pelo conceito de divisão do trabalho reprodutivo para definir a circunstância de as mulheres nacionais transferirem o trabalho reprodutivo para as mulheres migrantes.

Quanto aos aspectos culturais específicos, operacionalizaremos os conceitos de “maternidade-outra” e poligamia multipolar. Por “maternidade-outra” ou “maternidade partilhada” entendemos a circunstância de a maternidade ser um dever de toda a comunidade e não apenas das mães biológicas. A poligamia multipolar é a designação dada à situação em que os homens têm mais do que uma mulher, vivendo estas em habitações diferentes.

Finalmente adoptamos o conceito de transnacionalismo, como o espaço físico e identitário onde se movem as mulheres migrantes.

Queremos referir que estes conceitos foram considerados estratégicos para a nossa investigação, pelo que a selecção destes não impediu que outros surgissem e que aparecessem neste trabalho.

Modelo de análise

Tendo em conta a pergunta de partida reformulada e identificados os conceitos que considerámos estratégicos para a nossa investigação, elaborámos um conjunto de hipóteses em relação à problemática que apresentámos e que enunciamos.

Hipótese 1 - As razões da migração das mulheres migrantes santomenses não são, normalmente razões económicas. A literatura que consultámos sobre a migração feminina evidencia o facto de as mulheres migrarem muitas vezes por razões não económicas, que podem estar ou não associado à necessidade de se subtraírem a constrangimentos vividos no país de origem.

Hipótese 2 - As mulheres migrantes santomenses vêm para Portugal fora do quadro do reagrupamento familiar. O padrão migratório europeu que dominou até aos anos 80, mas que ainda hoje explica muitos fluxos migratórios, entendia a migração feminina apenas no quadro da reunião familiar.

Hipótese 3 - As mulheres migrantes santomenses recorrem a contactos para virem para Portugal. Os fluxos migratórios consolidam-se através de redes de contactos das comunidades no sentido de facilitarem o estabelecimento.

Hipótese 4 - Apesar da migração, as mulheres santomenses mantêm vários tipos de vínculos ao seu país de origem, seja pela prestação de cuidados, seja pela necessidade de assistência. Que estratégias adoptam? No espaço transnacional, a subsequente separação familiar implica que as mulheres continuem comprometidas com a prestação de cuidados no país receptor e no país de origem e que procurem dar respostas a essas circunstâncias.

Hipótese 5 - As mulheres santomenses vivem o constrangimento de serem mulheres e de serem migrantes, o que se manifesta principalmente em termos do mercado de trabalho. As mulheres migrantes vivem a dupla realidade de serem mulheres e de serem migrantes. Em virtude dessa circunstância, estas mulheres santomenses vêm desempenhar trabalhos de limpezas, serviço doméstico, trabalhos pouco atractivos ou instáveis embora algumas possuam competências acima do que é requerido para esses trabalhos. Uma vez que, no país de origem, desempenhavam outro tipo de trabalhos socialmente mais considerados, a migração implicou a perda de competências. Tratando-se de reflectirmos sobre a problemática da migração feminina, através da comunidade santomense, nomeadamente de algumas mulheres migrantes santomenses do bairro Vale de Chicharos, tornaram-se evidentes alguns aspectos de ordem cultural que, além de aspectos de ordem estrutural como género, iam influir positiva ou

negativamente na vida das mulheres migrantes de São Tomé e Príncipe, a saber: a poligamia multipolar e a “maternidade-outra” ou “maternidade partilhada”-

Hipótese 6 - É comum a existência de lares monoparentais encabeçados pelas mulheres, que carecem de apoio, pelo menos dos pais dos seus filhos. Quando a mulher migra sozinha com os filhos ou não, normalmente não ocorre reunificação do marido. A acrescer a esta circunstância, características da cultura santomense como a poligamia multipolar, por exemplo, favorecem a proliferação de lares monoparentais, ficando as mulheres a viver com os filhos, por vezes de pais diferentes.

Hipótese 7 - As mulheres santomenses recorrem à “maternidade-outra” ou “maternidade partilhada” para minimizar a sobrecarga de responsabilidades em relação ao cuidado dos filhos e acolhem facilmente enteados, mesmo já não vivendo co-residencialmente com o pai dos mesmos. Culturalmente, a ideia de “maternidade exclusiva” é muito ocidental, ao passo que nas culturas africanas ela é substituída pela “maternidade-outra” ou “maternidade partilhada.” Este aspecto pode ser facilitador para as mulheres quando podem partilhar a prestação de cuidados no espaço receptor (por exemplo, quando é a irmã que cuida do irmão), ou uma sobrecarga quando elas acolhem, por exemplo, os filhos que o companheiro possa ter com outra mulher, o que é uma questão relativamente pacífica.

Naturalmente que, ao longo desta investigação, foram surgindo outras hipóteses, questões e pistas para reflexão, mas as que apresentámos apresentavam-se como as mais relevantes para a prossecução da nossa investigação.

Observação

Dados pertinentes

Depois da problemática e da construção de algumas hipóteses, procurámos listar o tipo de dados que deveríamos obter que fossem pertinentes para o propósito da nossa investigação.

Esquemáticamente, apresentamos esta questão do seguinte modo:

Hipóteses Dados pertinentes Questões para entrevista

Hipótese 1 Razões da migração para Portugal Porque é que veio para Portugal?

Hipótese 2

Imigração fora do reagrupamento familiar

Veio juntar-se ao seu companheiro ou veio sozinha?

Hipótese 3

Recurso a redes familiares Houve algum contacto de familiar que a ajudou a vir para cá? Foi viver para onde e com quem?

Hipótese 4

Existência de vínculos ao país de origem (transnacionalismo) com a subsequente responsabilidade pela prestação de cuidados e assistência Tem família (filhos, pais) no país de origem? Ajuda-os (mandar dinheiro)? Como é que faz?

Hipótese 5

Perda de competências e trabalho precário

O que fazia no seu país de origem?

Em que é que trabalha cá em Portugal?

Hipótese 6

Existência de lares monoparentais encabeçados pelas mulheres, devido à poligamia multipolar e subsequente sobrecarga no cuidado dos filhos.

Vive sozinha? Se sim e tem filhos, onde está o pai das crianças? Tem algum apoio deles?

Hipótese 7

No país de origem deixa os filhos entregues a familiares. Acolhe crianças de outros relacionamentos do companheiro (maternidade-outra e poligamia multipolar)

Com quem deixou os seus filhos quando veio para Portugal? Todas as crianças que vivem no seu agregado são seus filhos?

Campo de análise

O trabalho empírico da nossa investigação foi desenvolvido no bairro Vale de Chícharos, também conhecido por “Jamaica”, no concelho do Seixal e incidiu sobre as mulheres migrantes santomenses residentes nesse bairro.

O bairro Vale de Chicharos é um bairro de ocupação ilegal bastante degradado – trata-se de um bairro de prédios em construção e cuja obra foi embargada - onde existe uma das comunidades santomenses mais significativas da margem sul do Tejo. Nesse bairro residem também, mas em menor número, guineenses, angolanos e ciganos.

Um dos problemas visíveis neste bairro, à altura da nossa investigação, entre muitos outros, era a presença de muitos toxicodependentes, embora, viessem de outros lugares para aqui.

Como qualquer bairro, também este possui uma dinâmica própria de convivência e de coexistência. Nós auto-percebíamos a nossa entrada no bairro como a presença de um elemento exterior. Por isso, numa eventual circunstância de não termos contactos privilegiados para fazerem a ligação com as potenciais entrevistadas, a entrada no bairro surgiu como a tarefa mais difícil de toda a fase da obtenção dos dados.

A amostra

Em virtude de não ser possível obter o tipo de dados que pretendíamos junto de todas as mulheres migrantes santomenses residentes neste bairro, optámos por limitar a nossa análise a uma amostra.

A nossa opção inicial foi no sentido de construirmos uma amostra com alguns casos característicos ou típicos, para podermos analisá-los em maior profundidade, devido ao facto de pretendermos evidenciar o mais possível alguns aspectos como as razões da migração, a prestação de cuidados e as estratégias adoptadas nesse sentido pelas mulheres, as consequências da poligamia multipolar, a importância da “maternidadeoutra” ou “maternidade-partilhada.” Por isso, optámos por integrar na nossa amostra mulheres migrantes santomenses que, além de serem mães, tivessem migrado sem o seu companheiro e encabeçassem lares monoparentais.

No entanto, embora procurássemos integrar esses casos, não foi totalmente possível, fazê-lo, devido a um conjunto de razões que explicitamos.

Em primeiro lugar, porque esgotado um primeiro número mínimo de entrevistadas, tornou-se difícil localizar potenciais entrevistadas com todas estas características que referimos. Em segundo lugar, porque se verificou um caso de uma santomense com este perfil que não quis ser entrevistada e uma outra que, na mesma situação, não compareceu.

Finalmente, porque devido ao tempo para realizar este trabalho e, receando que não conseguíssemos estabelecer mais contactos com senhoras com esse perfil, incluímos três casos de senhoras que viviam com o companheiro.

Por estas razões, para constituirmos a nossa amostra optámos por recorrer a duas técnicas de amostragem: a amostragem em “bola de neve” e a amostragem por conveniência.

A amostragem em “bola de neve” revelou-se a técnica mais adequada nalgumas circunstâncias, nomeadamente quando uma das entrevistadas surgiu com intermediária.

“Este tipo de amostragem implica que a partir de elementos da população já conhecidos se identifiquem outros elementos da mesma população. Os primeiros indicam os seguintes e assim sucessivamente. A amostra cresce como uma bola de neve.”¹

A amostragem de conveniência foi utilizada para integrar na amostra as mulheres que conhecíamos e que podíamos entrevistar ou aquelas com as quais foi necessário estabelecer directamente o contacto.

“Na amostragem de conveniência utiliza-se um grupo de indivíduos que esteja disponível ou um grupo de voluntários”.²

A amostra ficou assim constituída por 10 mulheres santomenses ou de origem santomense, todas elas mães, nalguns casos avós, três vivendo com o seu companheiro.

Instrumentos de observação e recolha de dados

Na fase da recolha de dados optámos pela observação indirecta em que “o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação procurada. (...) Na observação indirecta,

o instrumento de observação é um questionário ou um guião de entrevista”³

Quanto ao método de recolha de dados, optámos pelo inquérito por entrevista. Esta opção deveu-se ao facto de a entrevista ser o método mais adequado para “a análise do sentido que os actores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêem confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das suas próprias

1 CARMO; Hermano, MALHEIRO FERREIRA, Manuela, “Metodologia da Investigação – Guia para a Auto-aprendizagem”, Universidade Aberta, 1998, p. 199

2 Ibidem, p. 197

3 QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van, “Manual de Investigação em Ciências Sociais”, Gradiva, Lisboa, 1992, p.166

experiências, etc.”⁴ e para “a reconstituição de um processo de acção, de experiências ou acontecimentos do passado.”⁵

No inquérito por entrevista pareceu-nos mais adequada a entrevista semi-directiva ou semi-direccionada, por não ser totalmente aberta e por não seguir a ordem prévia de um conjunto de perguntas precisas.

“Geralmente o investigador dispõe de uma série de perguntas-guia, relativamente abertas (...) Tanto quanto possível, «deixará andar» o entrevistado para que este possa falar abertamente com as palavras que lhe convier. O investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objectivos (...).”⁶

O instrumento de observação que utilizámos e que já referimos foi o guia da entrevista complementado com a gravação em suporte áudio.

As entrevistas foram realizadas em 2003 e em 2005 na casa onde vivia cada uma das entrevistadas e todas as entrevistas compreenderam uma só sessão.

Todas as entrevistas foram gravadas, mediante a autorização de cada uma das entrevistadas e sob o nosso compromisso de mantermos o anonimato das mesmas. Este aspecto do anonimato permitiu que mais facilmente as entrevistadas acedessem à gravação áudio das entrevistas.

Análise e Tratamento dos dados e a análise de conteúdo

Após a gravação de cada entrevista fizemos a transcrição na íntegra de cada uma procurando que o período que mediasse entre a entrevista e a transcrição não fosse demasiado longo para que, na eventualidade de alguma incompreensão, o conteúdo da entrevista e o contexto estivessem mais ou menos presentes.

A par da transcrição procurámos estar atentos ao conteúdo das mesmas, procurando fazer desde logo uma leitura das mesmas, para identificarmos possíveis categorias para análise das mesmas.⁷

“Pouco a pouco, a leitura vai-se tornando mais precisa em função de hipóteses emergentes, da projecções de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos.”⁸

4 QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDHT, Luc Van, op. cit., Gradiva, Lisboa, 1992, pp. 194-195

5 Ibidem p. 195

6 Ibidem p. 194

7 A par da transcrição procurámos realizar uma “leitura flutuante” do conteúdo.

Para a análise das informações que recolhemos utilizámos a análise de conteúdo. A Análise de Conteúdo é “uma técnica de investigação que permite fazer uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tendo por objectivo a sua interpretação.”⁹

Em primeiro lugar foi necessário constituir o corpus para a análise, ou seja “o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos.”¹⁰ e que consistiam nas entrevistas que transcrevemos na íntegra e que colocámos em suporte papel para uma maior facilidade na análise.

Seguidamente procedemos à codificação do material, ou seja, à “transformação dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação ou enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto.”¹¹

De entre as unidades de análise que servem de base a uma análise de conteúdo optámos pelo Tema, que consistiu na extracção de frases e parágrafos em que se encontravam afirmações ou preposições referentes a um assunto, que seria o tema.¹²

Procedemos seguidamente à categorização da informação, ou seja, procedemos a “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos.”¹³

Nesta fase, optámos pela categorização por assunto ou tema. O processo de categorização implicou, em primeiro lugar o inventário, que consistiu em isolar o elementos e depois a classificação para repartir os elementos, procurando ou impondo uma determinada organização às mensagens.¹⁴

Acresce referir, porém, que o sistema de categorias que utilizámos já estava predefinido.

No entanto, não excluímos a eventualidade de, no decorrer da nossa análise, surgirem algumas categorias que se revelassem pertinentes para o nosso estudo.

8 BARDIN, Laurence, “Análise de Conteúdo”, Edições 70, Lisboa, 1977, p. 96

9 BERELSON (1952, 1968) citado em CARMO; Hermano, MALHEIRO FERREIRA, Manuela, op. cit.,

p. 251

10 Ibidem

11 Ibidem, p. 103

12 ROMERO, Andrés, “Metodologia de Análise de Conteúdo”, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Comunicação Social, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1991, p. 67

13 BARDIN, op. cit. p, 117

14 Ibidem, p. 118

As categorias aparecem num quadro resumo que consta do último capítulo deste trabalho – “VI - Mulheres Migrantes de São Tomé e Príncipe – Estudo de caso”. Também aí incluímos a apresentação das conclusões.

I. DINÂMICAS MIGRATÓRIAS NA EUROPA E EM PORTUGAL

24

1.1 A Europa continente de migrantes

A Europa como destino de grandes migrações intercontinentais é algo relativamente recente.

“Ao longo dos séculos, a Europa assistiu a uma intensa migração interna, mas o continente, no seu todo, foi dominado mais pela emigração do que pela imigração.”¹⁵

De facto, ao longo de séculos, o Velho Continente tem sido muito mais uma terra de partida do que um ponto de chegada.

No século XV, os portugueses inauguraram este movimento de saída para outras terras, fora do continente europeu, sendo seguidos por outros povos na descoberta e na subsequente colonização e povoamento.

Desde o século XV até às primeiras décadas do século XX, a Europa viu partir milhões de pessoas para o Novo Mundo – América do Norte e do Sul -, para a África, nomeadamente para as colónias e ainda para a Austrália e para a Nova Zelândia.

“A implantação de soberanias europeias em pontos diversos das demais regiões do mundo, conduzindo ao estabelecimento e consolidação dos grandes impérios coloniais foi igualmente responsável pela deslocação maciça de militares, funcionários e administradores, comerciantes, aventureiros e degredados, além dos colonos propriamente ditos, mobilizados para ocupar as terras e explorar os solos.”¹⁶

A Europa é assim a origem de grandes migrações transoceânicas e que foram particularmente importantes no século XIX até ao período entre as duas guerras mundiais.

“As primeiras migrações que se consideram são as do início do século XIX, com os navios cheios de migrantes. Na primeira metade do século XIX saíram da Europa muitos irlandeses, cujas famílias tinham sido dizimadas pela fome que se seguiu à doença da batata, operários ingleses postos de lado pela Revolução industrial, empregados de comércio das grandes cidades, impossibilitados de proporcionar vida decente à família, numa sociedade caracterizada pelo espírito de ganância.”¹⁷

¹⁵ BARATA, Óscar Soares, “Novas tendências migratórias à escala mundial”, JANUS, 2001, Anuário das Relações Exteriores, Público & Universidade Autónoma de Lisboa, p.118

¹⁶ ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, “Sociologia das Migrações”, Universidade Aberta, Lisboa, 1995, p. 139
¹⁷ GEORGE, Pierre, 1977, “As migrações internacionais”, Universidade Moderna, Publicações D. Quixote, Lisboa, p. 60

Foram diversas as razões para o aumento destes fluxos, a partir do século XIX, a saber, a explosão demográfica na Europa, a melhoria das vias de comunicação, a modernização agrícola e industrial, aspectos económicos de ordem conjuntural como as crises agrícolas e ainda conflitos ideológicos e religiosos. A partir de meados do século XIX verifica-se na Europa um aumento significativo da população europeia.

“Entre o fim do século XIX (período 1861-1860) e o princípio do século XX (período de 1900-1910), a taxa de mortalidade baixa 30,7% na Alemanha, 30% na Itália, 28,6% na Grã-Bretanha, 19,3% na Espanha e 18% na França. Ao mesmo tempo, a taxa de natalidade apenas diminui 15% na Alemanha, 5,7% em Itália, 20,6% na Grã-Bretanha, 10,5% em Espanha e 22% em França. Em toda a parte, a mortalidade baixa muito mais rapidamente do que a natalidade, excepto em França, onde a estagnação demográfica ocorre cedo, devido à redução precoce dos nascimentos. O resultado desta verdadeira transição demográfica é o forte aumento da população europeia.”¹⁸

Esta circunstância decorreu sobretudo da quebra significativa da mortalidade, devido aos progressos na higiene, às melhorias na alimentação, que se tornou mais rica e variada, e às descobertas da medicina que ocorreram nestes anos do século XIX.

«A explosão demográfica é tal que se fala de “Europa superpovoada”. O superpovoamento é consequência da modernização agrícola e industrial do Velho Continente que, ao princípio, teria visto agravar o desemprego devido ao desenvolvimento das máquinas.»¹⁹

Ao mesmo tempo, a revolução nos transportes, que se traduziu na melhoria e incremento das vias de comunicação, nomeadamente na multiplicação das linhas de caminho-de-ferro e nos melhoramentos na navegação marítima estimularam e facilitaram a mobilidade desta população em crescimento. Embora tratando-se de razões de ordem conjuntural, não são de somenos importância, a crise económica de 1880-1896 e a febre da batata na Irlanda em 1846, uma vez que contribuíram fortemente para o movimento de saída de população do continente europeu. Finalmente, não pode descuidar-se que foram também muitos os que emigraram por razões religiosas e ideológicas, como por exemplo, muitos irlandeses, na sequência do conflito entre católicos e protestantes, e ainda alsacianos e lorenos de França em 1870.

¹⁸ História Crítica do Século XX, Atlas Minerva, Minerva Editora, Coimbra, 1993, p. 16

¹⁹ Ibidem, p. 16

Da Europa Central partem também para os Estados Unidos muitos eslovacos devido, não só à pobreza, mas também ao reforço da magiarização, e ainda judeus que fugiam aos pogromes na Rússia.²⁰

No total, entre 1800 e 1930 a Europa “exportou” 40 milhões de pessoas, por razões económicas e ideológicas.²¹

A partida destas populações, no entanto, não foi apenas condicionada pelas alterações e circunstâncias nos territórios de origem mas também pela atracção que estes destinos transoceânicos exerciam sobre muitos europeus, com particular importância o continente americano.

“No século XIX e até à primeira guerra mundial a imigração transoceânica foi atraída pelos grandes espaços vazios, nos quais se impunha o povoamento para explorar os solos, iniciar as explorações mineiras e, subsidiariamente, estabelecer as infra-estruturas de circulação e relações, vias férreas, portos, pontes, estradas, etc. Os Estados Unidos absorveram a maior parte da imigração, porque efectuaram mais depressa que os outros países a conquista do seu território, deslocando rapidamente a fronteira para Oeste.”²²

As migrações europeias em direcção ao Novo Mundo terão sido das mais importantes da história²³ e podem ser divididas em dois períodos. Um primeiro período estende-se de 1870 a 1914. Nestes anos o número de migrantes é vertiginoso. A migração alemã é bastante elevada, bem como a de irlandeses, anglo-saxões e escandinavos. Junta-se-lhes também um fluxo das penínsulas mediterrânicas e da Europa Oriental, composto, nomeadamente, de austríacos e russos. Só entre 1880 e 1914 saem da Europa em direcção ao continente americano 13 milhões de pessoas.²⁴

Um segundo período que é importante destacar abarca os anos da I Grande Guerra Mundial. De 1914 a 1920 verificam-se algumas correntes migratórias de grupos à procura de casa e trabalho, nomeadamente russos fugidos da revolução bolchevista, alemães vencidos que voltam ao seu país, magiares e búlgaros que se fixam nos seus territórios históricos.

²⁰ História Crítica do Século XX, Atlas Minerva, Minerva Editora, Coimbra, 1993 p. 17

²¹ Grande História Universal, “Crise do Equilíbrio Mundial”, vol. XXIV, Ediclube, p. 4651

²² GEORGE, Pierre, op. cit., p.47

²³ Grande História Universal, op. cit., p. 4654

²⁴ Entre 1900 e 1914, só a América anglo-saxónica recebe 20 milhões de europeus, dos quais 14,6 milhões são judeus, eslavos e italianos. (Grande História Universal, “Crise do Equilíbrio Mundial”, vol. XXIV, Ediclube, p. 4654)

De um modo geral, os fluxos migratórios com origem no continente europeu só começaram a decair no período entre as duas guerras mundiais, em consequência da crise económica dos anos 30 e da Segunda Guerra Mundial.²⁵

1.1.1 A Europa como destino

A partir do segundo conflito mundial e de resto toda segunda metade do século XX a realidade migratória da Europa foi marcada, grosso modo, por duas tendências: por um lado, o surgimento e reforço de correntes migratórias intra-europeias, por outro, o aparecimento da Europa como destino de emigração para movimentos migratórios provenientes de territórios extra-europeus. Na origem de ambos estes movimentos estão sobretudo razões de ordem económica, mas também, nalguns casos, razões sociais e políticas.

As correntes migratórias intra-europeias estabeleceram-se, neste período, desde os países do Sul da Europa – Itália, Grécia, Portugal, Espanha, Turquia e Ex-Jugoslávia - , que surgiam como países emissores de mão-de-obra, para os países do Centro e Norte da Europa – Alemanha, Benelux, França e Reino Unido.

Contudo, o que se torna verdadeiramente novo para Europa, é o facto de este tradicional continente de partida começar, desde a segunda metade do século XX, a assumir-se cada vez mais como um importante destino de emigração, por razões económicas ou não, de milhares de pessoas de origens não-europeias, seja de países da periferia da Europa, nomeadamente da África do Norte, seja, mais tarde dos do Extremo Oriente, da Ásia, da América Latina e de outras regiões de África.

O surgimento, neste período, destas correntes migratórias intra-europeias e extraeuropeias, nomeadamente as provenientes do Norte de África em direcção à França, está fortemente associado à conjuntura vivida na Europa no pós-II Grande Guerra Mundial.

Depois do segundo conflito mundial, a Europa encontrava-se devastada pela guerra e tinha pela frente a tarefa de reerguer-se das cinzas. O Plano Marshall constituiu um alento para a reconstrução económica da Europa, mas as perdas populacionais nos países mais atingidos pela guerra e o abrandamento do crescimento demográfico na Europa, levaram a que a necessidade de mão-de-obra fosse particularmente sentida.

²⁵ BARATA, Óscar Soares, op. cit., p. 117

“Com efeito, o abrandamento do crescimento demográfico devido às condições demográficas existentes antes da guerra e às perturbações causadas pela guerra, bem como o novo arranque da economia (modernização da indústria, reconstruções, etc.) estiveram na origem de uma necessidade de mão-de-obra. Nestas condições, o ajuste demográfico e económico realizou-se através da imigração essencialmente proveniente dos países do sul da Europa (Itália, Espanha, Grécia, Portugal, Turquia, Ex-Jugoslávia) ou do Magreb para os países do Ocidente e Norte da Europa.”²⁶

No contexto social e económico da Europa do pós-guerra, o recurso à imigração surgiu como a alternativa possível para fazer face à carência de mão-de-obra e assim, desde o final dos anos 50 até meados dos anos 70, muitos países europeus abriram as suas fronteiras à imigração, apelando e mesmo recrutando directamente nos países de origem dos migrantes, a mão-de-obra de que necessitavam.²⁷

“Assim, a imigração constituiu uma mão-de-obra complementar, que veio ocupar postos de trabalho pouco qualificados e pouco remunerados na indústria e nos serviços. (...) A migração internacional, frequentemente considerada como solução temporária, surge como uma resposta a necessidades conjunturais, totalmente determinadas pela situação do mercado de trabalho existente.”²⁸

Assim, neste período, a imigração na Europa era essencialmente uma imigração de carácter laboral. Para os migrantes, o crescimento económico e a carência de mão-de-obra nos países receptores²⁹ funcionaram como o principal atractivo.

“A partir do final dos anos 50 até aos anos 70, as condições do mercado de trabalho nos países de acolhimento foram o principal motivo da imigração para os países do Ocidente e do Norte da Europa (Alemanha, Benelux, França e Reino Unido).”

Além da conjuntura vivida nos países receptores, as realidades económicas e sociais vividas nos países de origem destes movimentos, contribuíram para o estabelecimento destas correntes migratórias fossem elas intra-europeias ou extra-europeias.

²⁶ RUGY, Anne de, “Dimensão Económica e Demográfica das Migrações na Europa Multicultural”, CELTA, Oeiras, 2000, p. 13

²⁷ “In 1945, the newly established National Immigration Office (ONI) aimed to increase the the active population by facilitating migration, yet regulating migratory flows. Many firms circumvented the ONI, however, and continued to carry out their own migrant employments strategies by hiring migrants directly from their countries of origin. By the end of the 1960s, nearly 80% of migrants had entered the country without complying with official regulations.” OBERHAUSER, Ann M., “The International Mobility of Labour: North African Migrants in France”, *Professional Geographer*, 43(4), Association of American Geographers, 1991, pp. 431 -445

²⁸ RUGY, Anne de, op. cit., p.1329 Ibidem, p.1

Com efeito, ao poderoso atractivo da oferta de empregos nos países receptores – factores de atracção - corresponderam o desemprego, a pobreza e os baixos rendimentos vividos nos países de origem,³⁰ factores que se conjugaram ainda com a percepção de oportunidades reais ou não que existissem nos países de destino – factores de repulsão. Podemos dizer que as circunstâncias vividas nos países receptores e nos países de origem criaram uma situação propícia ao estabelecimento de movimentos migratórios entre esses países.³¹

Acresce referir ainda que, embora fossem sobretudo razões de ordem económica que estivessem na origem destas correntes migratórias, a proximidade geográfica determinou também o sentido destes movimentos, nomeadamente quando a mesma se dava entre países com diferentes níveis de desenvolvimento das suas economias.

Com efeito, a proximidade geográfica entre dois países pode provocar um movimento migratório quando essa mesma proximidade se dá entre as economias designadas de avançadas e as economias designadas de periféricas ou semi-periféricas. Essa proximidade geográfica, quando existe, torna-se determinante, pelas vantagens que apresenta: sempre que a distância é mais curta, os problemas de comunicação, as dificuldades do regresso, os problemas de transporte e os custos de transferências são atenuados.³²

Um dos exemplos que ilustra a importância da proximidade geográfica, é o da corrente migratória que se estabeleceu entre a então Alemanha Federal e a Turquia, sendo que a mão-de-obra não qualificada da economia do país menos desenvolvido (economia periférica ou não-periférica), a Turquia, ia suprir necessidades de mão-de-obra na economia industrial (economia mais avançada), neste caso a alemã. ³³

Além da proximidade geográfica, também a partilha, entre o país de origem e de destino, de elementos histórico-linguísticos, condicionou, desde logo e de futuro, o sentido dos movimentos migratórios extra-europeus, tendo sido a colonização o modo

³⁰ Ibidem, p. 13

³¹ “As causas de partida são múltiplas e complexas: e embora os motivos do êxodo estejam ligados à incapacidade que o país tem de fixar os seus nacionais, estão sempre presentes ao nível dos emigrantes a busca de melhor vida, para si e para os seus, a fuga ao serviço militar, o exemplo da fortuna dos que regressam, desta vez mais frequente e em menor número.” ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, “Emigração”, Dicionário Ilustrado da História de Portugal, 163, Alfa, 1985

³² JACKSON, John A., “Migrações”, Ed. Escher, 1986, p. 31

³³ “A maioria dos trabalhadores estrangeiros residentes na Suécia vem da Finlândia, na Suíça vêm da Itália, nos Estados Unidos do México e do Canadá, na Argentina do Chile e do Paraguai, na Venezuela da Colômbia, na África do Sul, de Moçambique e do Lesoto e no Reino Unido da Irlanda”. (PETRAS, citado em JACKSON, John A. Migrações, Ed. Escher, 1986, pp. 31-32

de aproximação e permuta cultural. Um dos exemplos mais significativo no quadro desta migração laboral é a migração magrebina para França.

No caso português, embora Portugal não fosse, neste período, um país receptor mas sim, e tradicionalmente, emissor de mão-de-obra, a existência de uma imigração comparativamente significativa de trabalhadores provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, com particular destaque para a imigração cabo-verdiana que começou a assumir-se a partir de meados dos anos 60 e, mais recentemente, do Brasil, demonstra igualmente a importância destes factores.

A par desta migração de carácter laboral verificou-se também uma corrente migratória de carácter mais político e social com origem nas antigas colónias europeias, na sequência das independências dadas a estes territórios a partir dos anos 50 e, no caso de Portugal, só após a Revolução de 1974. Muitos nacionais europeus ou descendentes destes deixaram esses territórios e regressaram à Europa, reforçando assim as correntes migratórias em direcção ao Velho Continente.

Foi o caso dos pied noirs, que regressavam das ex-colónias francesas do Magrebe e mais tarde, no caso português, dos retornados dos antigos territórios ultramarinos.

No caso de Portugal, a descolonização implicou o êxodo massivo de centenas de milhares de portugueses que residiam nas colónias, em particular depois das independências em Outubro de 1975, pouco depois da Revolução de Abril.

“Por outro lado, em 1975, Portugal recebe algumas centenas de milhar, talvez 500.000, talvez 600.000, nunca se saberá ao certo, de ex-residentes do Ultramar. Foram os chamados «retornados», brancos, mestiços, negros e asiáticos, naturais de Portugal ou das colónias. Chegaram a Portugal e instalaram-se, nas maiores dificuldades imagináveis. Em poucos meses a população cresceu talvez 7% !”³⁴

Em meados dos anos 70, a conjuntura económica europeia alterou-se, quase subitamente. Os dois choques petrolíferos, desencadearam um período de recessão económica na Europa que se traduziu num aumento significativo do desemprego. Este aumento do desemprego foi também agravado pela entrada significativa das mulheres no mercado de trabalho e pela chegada à idade activa da geração do baby-boom, o que aumentou substancialmente a oferta de mão-de-obra.³⁵

Imediatamente, e porque a conjuntura se alterou no sentido da regressão económica, os trabalhadores imigrantes foram os primeiros a serem encarados como *personna non*

34 BARRETO, António, Tempo de Mudança, Relógio de D'Água Editores, Lisboa, 1996, p. 32

35 RUGY, Anne de, op. cit., p.14

grata. Os governos dos principais países receptores de mão-de-obra decidiram tomar medidas no sentido da redução das entradas e, nalguns casos, decidiram mesmo fechar, quase em simultâneo, as suas portas à imigração: a França em Julho de 1973, a Alemanha em Novembro desse mesmo ano e a Bélgica em Agosto de 1974.³⁶ Os governos francês e alemão incitaram mesmo os imigrantes a regressarem aos seus países, em troca de compensações financeiras nos seus países de origem.³⁷ A migração para a Europa, porém, não cessou. Ela prosseguiu embora com características diversas, uma vez que a imigração de trabalho foi dando lugar a uma imigração que decorria, desta vez, da reunificação familiar. Depois de terem emigrado sozinhos, o fechamento de fronteiras levou a que muitos destes imigrantes procurassem trazer a família para junto de si.

Em consequência, alteram-se as características da imigração para a Europa: deixa de ser uma migração laboral propriamente dita e já não são homens que migram primeiro sós, mas são as suas mulheres e filhas que a eles se reúnem, pelo que a proporção das mulheres migrantes aumentou substancialmente na sequência da reunificação familiar. Actualmente, o padrão migratório na Europa diversificou-se e podem destacar-se três tendências principais.³⁸ Em primeiro lugar, verificou-se o aumento do número de refugiados e requerentes de asilo, muitos provenientes da Ex-Jugoslávia. Em segundo lugar, ocorreu uma importante mudança nos países da Europa do Sul que, sendo tradicionalmente de países de emigração, se transformaram também em países de imigração a partir de meados dos anos 70. Finalmente, destaca-se o surgimento dos países do Centro e Leste da Europa como zona de passagem para muitos que procuram chegar à Europa.

1.2 A imigração nos países do Sul da Europa

A partir de meados dos anos 70 e ao logo da década de 80, os tradicionais países de emigração do Sul da Europa – Espanha, Grécia, Itália e Portugal - , passaram a ser igualmente países receptores de migrantes.

³⁶ Ibidem, p.13, 14

³⁷ MALHEIROS, Jorge Macaísta, “Imigrantes na Região de Lisboa – Os anos da mudança”, Edições Colibri, Lisboa, 1996, 238 pp., p. 61,

³⁸ ENTZINGER, Han, “Novas tendências migratórias à escala mundial”, JANUS 2001, Anuário das Relações Exteriores, Público – UAL, p. 118

“O papel tradicional da Europa do Sul de fornecedor de mão-de-obra aos países economicamente mais desenvolvidos foi decisivamente invertido nos anos 80 – situação inteiramente nova para uma região que, durante mais de cem anos, apenas tinha estado envolvida em movimentos migratórios como área emissora.”³⁹

Embora os países europeus que eram tradicionalmente destinos de imigração, não deixassem de o ser e se mantivessem as correntes migratórias condicionadas, quer pelas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, quer ainda pelos vínculos históricos e culturais e pela proximidade geográfica, o facto é que, após crise petrolífera dos anos 70, se verificou uma alteração no padrão migratório europeu.

“A crise iniciada nos primeiros anos da década de 70 veio pôr fim ao contexto migratório que caracterizou o pós-guerra europeu.”⁴⁰

Pela primeira vez, nos países do Sul da Europa, verificou-se um movimento de entradas superior ao movimento de saídas⁴¹, o que se deveu à conjugação de determinados factores, tanto no país de origem como no país de acolhimento.

Em primeiro lugar, em alguns destes países tradicionalmente emissores de mão-de-obra, verificou-se o regresso de nacionais emigrados no estrangeiro. Os incentivos ao retorno por parte de alguns países, como a França e a Alemanha, contribuíram para este movimento de regresso.⁴² No caso português destacam-se os que regressaram de África após a independência das colónias.

Em segundo lugar, deu-se o abrandamento da emigração dos países do Sul da Europa. Esta circunstância deveu-se não só às políticas restritivas dos tradicionais países de acolhimento, mas também ao desenvolvimento económico, desses países de emigração,

o que conduziu a uma redução dos diferenciais económicos (rendimento, salário, desemprego, nível de vida, etc.).⁴³

“Mas não são apenas as modificações ocorridas durante a década de 70 nos países de acolhimento que marcam o final do contexto migratório do pós-guerra na Europa. De facto, o funcionamento do modelo

39 BAGANHA, Maria Ioannis, GÓIS, Pedro, “Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?”, Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 52/53, Novembro 1998/Fevereiro 1999, p. 25440 MALHEIROS, Jorge Macaísta, op. cit, p. 57

41 RUGY, Anne de, op. cit. p.2

42 MALHEIROS, Jorge Macaísta, op. cit, p. 61

43 RUGY, Anne de, op. cit., p.2

migratório, para além de depender da procura de mão-de-obra por parte dos países da Europa Central, assentava na existência de baixos salários e de uma mão-de-obra disponível (...) nos países de partida. A implementação da democracia em alguns países meridionais (...), em meados dos anos 70, foi acompanhada por um processo de transformações económicas que favoreceram a fixação dos potenciais contingentes de emigrantes.”⁴⁴

O desenvolvimento das economias dos tradicionais países de partida contribuiu assim para impedir a saída de nacionais. Nestes países meridionais, os processos de industrialização que foram iniciados nos anos 50 e 60 traduziram-se num crescimento económico considerável nos anos entre 1960 e 1980, que culminaram na adesão destes países à Comunidade Europeia. Em consequência, deram-se importantes alterações nos mercados de trabalho destes países, nomeadamente o desenvolvimento sector dos serviços, o uso de novas tecnologias, etc.⁴⁵

Esta alteração no padrão migratório da Europa deveu-se, em grande parte, à organização e às transformações do mercado de trabalho desses países do Ocidente e Sul da Europa.⁴⁶

“Num mercado de trabalho com contornos pouco definidos, a mão-de-obra estrangeira destina-se a colmatar as lacunas locais. Mais do que noutros países da Europa, a contribuição do sector agrícola para o emprego e a produção continua a ser significativa e a percentagem de trabalhadores independentes elevada, ao passo que se verifica uma taxa de assalariados mais reduzida.”⁴⁷

Esta circunstância contribuía para que a importância do contrato de trabalho nestes mercados fosse comparativamente menor, prevalecendo os laços familiares, comunitários e pessoais.⁴⁸ Este contexto de emprego familiar requeria uma certa flexibilidade e mesmo precariedade da mão-de-obra, nomeadamente para determinados segmentos do mercado de trabalho como a agricultura, o turismo e a construção civil.

“A contratação de trabalhadores estrangeiros (frequentemente ilegal) veio completar o contexto de emprego familiar e da contratação ilegal de uma mão-de-obra local (jovens, mulheres, desempregados).

44 MALHEIROS, Jorge Macaísta, op. cit, p. 59

45 Ibidem, p. 64

46 Ibidem, p. 3

47 RUGY, Anne de, op. cit, p. 3

48 Ibidem

É o que se verifica especialmente em determinados tipos de actividade, tais como a agricultura, o turismo (restauração, hotelaria) e a construção.”⁴⁹

A mão-de-obra estrangeira pela sua flexibilidade e menores exigências em termos laborais torna-se bastante útil para mercados de trabalho com estas características.

“Deste modo, ao tornar-se um elemento de flexibilidade do sistema de produção, o recurso a uma mão-de-obra estrangeira, muito flexível permite enfrentar a descontinuidade produtiva.”⁵⁰

É neste contexto que se vem afirmando, nos países o Sul da Europa, uma nova migração, oriunda dos países em desenvolvimento, legal mas também clandestina.⁵¹ Tratava-se, por um lado, de uma migração caracterizada por baixos níveis de qualificação, mas, por outro de uma mão-de-obra que correspondia às novas exigências dos mercados de trabalho dos países da Europa do Sul.

“Este contingente, para além de ter sido forçado a procurar novos destinos em função das restrições impostas à imigração por parte dos países do Norte e Centro da Europa, veio responder às novas exigências do mercado de emprego dos países do Sul, que implicam maior flexibilidade de mão-de-obra e a progressiva substituição dos trabalhadores autóctones nos segmentos menos valorizados do mercado de trabalho”⁵²

Esta posição dos países da Europa meridional no quadro dos movimentos migratórios europeus vem sendo fortemente condicionada até ao presente pela intensificação do processo de globalização, quem tem provocado fortes mudanças ao nível do sector industrial, das fontes de fornecimento de mão-de-obra, da direcção dos fluxos de capital e dos padrões de competição internacional.⁵³

Mas também, o progressivo alargamento do espaço migratório comunitário, ao que se seguiu o início da construção europeia, veio tornar a situação já vivida nos países do Sul mais inovadora e também mais diversificada, pela multiplicação das origens dos residentes estrangeiros.

49 RUGY, Anne de, op. cit., p. 3

50 Ibidem

51 Ibidem, p. 2

52 MALHEIROS, Jorge Macaísta, op. cit., p. 6453 BAGANHA, Maria Ioannis, GÓIS, Pedro, op. cit., p. 254

35

“Com efeito, durante as duas últimas décadas, o espaço de migração tem vindo a alargar-se com a liberalização da circulação de pessoas na Europa Central e de Leste, e paralelamente à multiplicação das trocas económicas de bens e serviços e à mundialização crescente das economias.”⁵⁴

Finalmente, Baganha e Góis⁵⁵, referem ainda factores que, nos países de origem, nomeadamente países em desenvolvimento, funcionaram como factores de repulsão para estas correntes migratórias em direcção aos países do Ocidente e Sul da Europa.

“Convulsões políticas, instabilidade social e graves conflitos étnicos a Leste; sangrentos conflitos religiosos, pobreza e guerra em África são alguns dos factores que mudaram recentemente o mundo e concorreram para tornar a Europa do Sul numa área de atracção imigratória tanto para imigrantes económicos como para refugiados.”⁵⁶

Deste modo, podemos dizer, por um lado, que o novo papel dos países do Sul da Europa nas dinâmicas migratórias do Velho Continente, é resultado da conjuntura internacional vivida e cujas consequências são sentidas, assim se intensifica o processo de globalização.

“A recente história do Sul da Europa como área imigratória, está assim, imbricada ou, mais correctamente, é parcialmente determinada pela história deste «mundo novo», marcado pelo incremento das desigualdades geo-económicas, pela intensificação dos processos de globalização e pela construção do bloco económico e político a que correntemente chamamos União Europeia.”⁵⁷

Mas, por outro lado, também a realidade de cada um destes novos países de destino vai determinar o modo como esta nova realidade irá ser vivida.

“Neste sentido, a recente história migratória do Sul da Europa é uma soma de casos nacionais específicos, que reflecte os passados históricos respectivos e os interesses geo-económicos e políticos de cada um dos países que constituem esta área geográfica.”⁵⁸

No caso português foram determinantes dois aspectos de que nos ocuparemos mais adiante, a saber: a Revolução do 25 de Abril de 1974 e a independência das colónias portuguesas.

⁵⁴ RUGY, Anne de, op. cit., p. 3

⁵⁵ BAGANHA, Maria Ioannis, GÓIS, Pedro, op. cit. p. 255

⁵⁶ Ibidem, pp. 254, 255 ⁵⁷ Ibidem, p. 255

⁵⁸ BAGANHA, Maria Ioannis, GÓIS, Pedro, op. cit., p. 255

“Entre 1975 e o início dos anos 80, a imigração resultou menos da pressão interna do mercado de trabalho português, então afectado por altos níveis de desemprego, e mais da pressão gerada pela súbita e desorganizada transferência do controlo administrativo das colónias.”⁵⁹

1.3 Portugal, como país de imigração

Portugal é um destino de imigração relativamente recente.⁶⁰ De facto, a imagem comum é de um país de emigração para os mais diversos destinos e desde há vários séculos, através dos Descobrimentos, da colonização, da atracção que exerceram os territórios transatlânticos como os Estados Unidos e o Brasil e da migração intra-europeia desde a segunda metade do século passado.

Desde o início século XIX, a emigração portuguesa pode dividir-se em três grandes ciclos⁶¹: o ciclo clássico, que compreende os movimentos transoceânicos (Brasil e Estados Unidos) e onde se pretendia normalmente a fixação prolongada ou definitiva; o ciclo moderno desde o terceiro quartel do século XX, caracterizado pela emigração intra-europeia, com uma maior mobilidade entre países de partida e países receptores; e

o ciclo contemporâneo, iniciado em 1975 que é marcado pela instituição de um regime democrático em Portugal e, desde a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, em 1986, pelo princípio da livre circulação de trabalhadores.

Portugal tem sido, pois, muito mais um país de emigração, sendo que a imigração com a importância que vêm adquirindo em termos sociais, políticos, económicos e demográficos, é hoje uma realidade nova.

A imigração em Portugal começou a assumir relevância a partir de meados da década de 70. Até estes anos, a presença de população estrangeira era quase insignificante.

Destacam-se “os ingleses que se instalaram no norte do país para a produção e comércio do vinho do Porto desde o século XVIII, os nobres russos, exilados após a Revolução de Outubro, os refugiados de diversas proveniências europeias, sobretudo judeus que fugiam à guerra e às perseguições nazis e ainda as muitas famílias inglesas que foram radicar-se no Sul, após o fim do Império Britânico. E, antes de tudo isso, a

59 BAGANHA, Maria Ioannis, FERRÃO, João, MALHEIROS, Jorge Macaísta, op. cit. p. 148

60 ESTEVES, Maria do Céu (Org.), “Portugal, País de Imigração”, IDE, Caderno 22, Lisboa, 1991, pref.

61 BAGANHA, Maria Ioannis, GÓIS, Pedro, op. cit., p. 232

entrada em Portugal de sucessivas levas de Africanos ao tempo da colonização e ocupação das colónias portuguesas de então.”⁶²

Os anos 50 e a primeira metade dos anos 60 foram anos de quase estagnação em termos da presença de estrangeiros em Portugal.

“Os poucos estrangeiros residentes eram basicamente ou reformados, ou indivíduos integrados em sectores localizados da actividade económica, como o comércio de vinho do Porto e as minas, em que a sua presença remontava a períodos recuados da história portuguesa.”⁶³

Porém, a partir da segunda metade da década de 60, a intensificação do processo de industrialização e a entrada de Portugal na EFTA, traduziram-se numa abertura da economia ao exterior e numa subsequente fixação de residentes estrangeiros⁶⁴.

Verificou-se também, nesta época um aumento do turismo que propiciou a entrada de capitais estrangeiros no país, sobretudo para o Algarve onde se foram fixando, em número crescente, ingleses e alemães.

A partir de meados dos anos 60, começa a afirmar-se, embora de modo muito «ténue», o actual fluxo imigratório com origem nas ex-colónias africanas.⁶⁵ Eram, por um lado, estudantes africanos ou residentes nas colónias que vinham frequentar a universidade ou exercer profissões liberais ou negócios.

Por outro, trabalhadores não-qualificados que eram empregues sobretudo na construção civil, sendo quase todos exclusivamente recrutados em Cabo Verde.⁶⁶ Estes trabalhadores vinham colmatar a escassez de mão-de-obra em determinados sectores do mercado de trabalho devido, por um lado, à emigração de muitos nacionais para a Europa, por outro, pelo recrutamento militar maciço para a guerra nas colónias, nomeadamente em Angola, Moçambique e Guiné.

Sendo que Cabo-Verde que não fora atingido pela guerra em termos territoriais, tornou-se a origem de muitos trabalhadores. Embora a sua dimensão quantitativa, neste

⁶² ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, “História da Imigração em Portugal (I)”, Janus 2001, Anuário das Relações Exteriores, p.170⁶³ ESTEVES, Maria do Céu, et. al., op. cit., p. 20

⁶⁴ Ibidem p.20

⁶⁵ Ibidem

⁶⁶ ESTEVES, Maria do Céu, (coord), op. cit., p.20

período, fosse reduzida, esta população criou as bases da mais importante cadeia imigratória para Portugal⁶⁷.

“Nesta década [a imigração cabo-verdiana], foi estimulada pelo próprio governo português, que, para fazer face à falta de mão-de-obra provocada pela emigração portuguesa para França e pela guerra colonial, contrata em massa mão-de-obra cabo-verdiana. Esta é canalizada, sobretudo, para o sector da construção civil, já que decorria a construção do metropolitano de Lisboa assim como prosperava a indústria imobiliária ligada ao turismo no Algarve.”⁶⁸

Além desta imigração, sobretudo de raiz económica veio a processar-se outra, concentrada nos anos 61 e 62, de origem puramente política: ela resultou da perda da soberania nacional sobre o então designado Estado Português da Índia (Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli) quando aquele território foi ocupado pela União Indiana em Dezembro de 1961.

Refugiaram-se então em Portugal alguns milhares de pessoas oriundas daquela região e de etnia indiana, maioritariamente de expressão lusófona.

É importante referir que, neste período, estes movimentos migratórios eram entendidos como inter-regionais, uma vez que os habitantes dos territórios portugueses do Ultramar possuíam nacionalidade portuguesa, não sendo por isso contabilizados em Portugal como estrangeiros.

1.3.1 - A Revolução de Abril e a Independência das Colónias

Em meados dos anos 70 do século passado, além das mudanças na Europa, também as transformações sociais e políticas ocorridas no país vieram alterar o padrão dos movimentos migratórios de e para Portugal.

Em 1974 dá-se em Portugal a Revolução do 25 de Abril, que abriu caminho à concessão da independência das colónias e das possessões ultramarinas. Estas mudanças trouxeram, desde logo, algumas consequências.

Em primeiro lugar, com a mudança de regime dá-se o regresso de uma grande maioria de exilados políticos e, a curto prazo, na sequência do fim previsível da guerra em África, dos jovens que se tinham subtraído às obrigações militares ao partirem para o estrangeiro.

67 Ibidem

-68 SAINT-MAURICE, Ana de, “Identidades Reconstruídas – Cabo-verdianos em Portugal”, Celta Editora, Oeiras, 1997, p. 49

Em segundo lugar, na sequência das independências e do ambiente de descontrolo político e da insegurança subsequentes nesses territórios - Timor, Guiné, Moçambique e sobretudo em Angola -, obrigaram ao um retorno maciço e urgente da maioria dos portugueses e seus descendentes aí residentes. Estes portugueses ficaram conhecidos como retornados e o seu número situava-se entre as 500 000 e 800 000 pessoas.⁶⁹ Regista-se ainda a entrada em Portugal de pessoas de etnia africana de um estrato social médio e alto, provenientes desses territórios.

Em finais da década de 70 continuou a verificar-se um fluxo proveniente das excolónias, nomeadamente de cabo-verdianos, no quadro da corrente migratória que se vinha consolidando desde os anos 60. Este fluxo contribuiu grandemente para o significativo crescimento no número total de estrangeiros em Portugal.

Embora nestes anos, tal como noutros países da Europa meridional, Portugal fosse assumindo uma nova posição em termos dos movimentos migratórios europeus, o fluxo de Retornados contribuiu grandemente para que o aumento da imigração em Portugal. Para este período, as causas do aumento do número de estrangeiros em Portugal estão fortemente e sobretudo associadas à conjuntura vivida nestes anos.

1.3.2 As alterações no mercado de trabalho português

Após a fase marcada pela independência das colónias, abre-se um segundo período no ciclo de imigração em Portugal e que pode demarcar-se entre o início dos anos 80 e toda a década de 90. Com este segundo período de imigração coincidiu uma evolução positiva da economia portuguesa (aumento do PIB, níveis de desemprego comparativamente baixos)⁷⁰, o que se repercutiu na evolução dos fluxos migratórios. Como veremos, nestes anos, a imigração em Portugal é composta por fluxos de origens e características diversas.

Em primeiro lugar, verifica-se um fluxo de trabalhadores migrantes africanos, em particular das ex-colónias portuguesas, que já vinha assumindo importância, mas que é também reforçado pela entrada dos migrantes asiáticos, em particular chineses,

⁶⁹ ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, “História da imigração em Portugal (I)”, JANUS 2001, Anuário das Relações Exteriores, Público & UAL, p. 17070 BAGANHA, Maria Ioannis, FERRÃO, João, MALHEIROS, Jorge Macaísta, op. cit.. p. 149

paquistaneses e indianos.⁷¹ Neste âmbito verificou-se também um aumento da imigração irregular.

Em segundo lugar permanece um fluxo migratório proveniente de países europeus, nomeadamente de profissionais com habilitações ou reformados.

Finalmente, destaca-se ainda uma migração a proveniente do continente americano.

Trata-se, por um lado, de quadros brasileiros com competências adequadas às novas necessidades da economia portuguesa, por outro, de uma contra-corrente de uma antiga migração portuguesa que vinha da América, em particular dos Estados Unidos, do Canadá e da Venezuela e composta sobretudo por luso-descendentes.

“Esta diversificação da origem dos imigrantes aponta para uma mudança na posição de Portugal no contexto das migrações internacionais, para um papel mais significativo da procura do mercado de trabalho português no processo de recrutamento de estrangeiros e para uma maior relevância dos segmentos informais neste processo.”⁷²

Portugal vai ocupando uma nova posição no quadro das migrações internacionais. Esta circunstância está fortemente associada às mudanças, sobretudo de carácter económico, que ocorreram em Portugal neste período e que contribuíram, como factor atractivo, para o aumento da população imigrante no território nacional.

Em primeiro lugar, as oportunidades surgidas no mercado de trabalho português, nomeadamente nos sectores da construção civil, da restauração, etc., provocaram um ímpeto no processo de recrutamento de trabalhadores estrangeiros. Estes novos segmentos do mercado de trabalho constituíram bases de apoio para as redes migratórias e para a integração de diversos estrangeiros, nomeadamente africanos, mas também asiáticos na economia portuguesa. ⁷³

Em segundo lugar, a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986 teve por efeito o aumento do investimento directo e a disponibilidade dos fundos estruturais que proporcionaram a criação de novas iniciativas económicas e provocaram uma expansão económica geral.⁷⁴

Conjugados o boom económico, decorrente do florescimento de novos sectores e de determinados segmentos no mercado de trabalho e as consequências da adesão

⁷¹ Ibidem, p. 152

⁷² Ibidem, p. 149

⁷³ Ibidem

⁷⁴ Ibidem, p. 150

portuguesa à CEE, o mercado de trabalho português tornou-se mais atractivo, o que se traduziu no aumento dos fluxos migratórios.

Este desenvolvimento atraiu não só uma mão-de-obra pouco qualificada que vinha inserir-se em determinados segmentos do mercado de trabalho português, mas também muitos profissionais, europeus, com habilitações para o mundo empresarial português que, na sequência do estabelecimento das multinacionais, se fixaram no país. Também a melhoria das condições de vida atraiu, como vimos, outros europeus de países da União Europeia, que escolheram Portugal como destino turístico.

Desde o início da década de 80, o número de cidadãos provenientes de países da União Europeia em Portugal, nomeadamente do Reino Unido, de Espanha, da Alemanha e da tēm França tem aumentado exponencialmente.

Na senda de uma imigração de altos quadros, muitos cidadãos brasileiros vieram também instalar-se no país, aproveitando o facto de possuírem habilitações adequadas ao novo ambiente económico, como sejam, por exemplo, as competências em marketing.

Estas transformações no mercado de trabalho português, tal como noutros países da Europa meridional, deram origem a uma polarização na procura de activos estrangeiros. Por um lado verifica-se a existência de um segmento composto por nacionais de países europeus e do Brasil, com níveis de qualificação elevados, ocupados em posições de directores e quadros superiores administrativos ou em profissões científicas e técnicas.

Por outro, existe uma população imigrante empregue em actividades de baixa qualificação, proveniente sobretudo dos PALOP's. Esta mão-de-obra vem responder às necessidades de um mercado de trabalho que exige uma mão-de-obra mais flexível que vai substituindo a população autóctone nesses segmentos.

É importante referir que, muitos destes segmentos, nomeadamente o sector da construção civil, onde se verificou uma crescente necessidade de mão-de-obra, careciam de regulamentação. Esta circunstância deu lugar ao surgimento de uma imigração irregular. Assim, se por um lado, a economia favorecia uma certa informalidade do mercado de trabalho e, com isso, o recrutamento de imigrantes ilegais, por outro lado, o discurso político defendia um controle da imigração cada vez mais apertado.

Em consequência, ao longo deste período, verificou-se uma componente crescente de migração ilegal que foi, em parte, incluída posteriormente no segmento legal depois dos dois processos de legalização em 1992-93 e 1996.

1.3.3 Novas correntes, novos desafios

Em finais dos anos 90, em termos de migração internacional, os fluxos migratórios existentes, nomeadamente o de imigrantes de países africanos lusófonos, com o predomínio quantitativo da origem cabo-verdiana, continuaram a manter-se. Contudo, um dos aspectos que surge como mais marcante em finais da década de 90, é

o aparecimento de uma migração crescente a partir dos países do leste europeu. Começou por ser um número bastante reduzido na segunda metade dos anos 90, mas, em pouco tempo, foi assumindo proporções verdadeiramente extraordinárias, nomeadamente no dealbar do novo século.

Logo em 1996, o processo de legalização que então decorreu, evidenciou a existência de reduzido número cidadãos provenientes do leste europeu nomeadamente da Roménia. Em 1999, o número de cidadãos do leste europeu residentes em Portugal continuava a ser bastante reduzido. Contudo, pouco tempo depois, no início de Setembro de 2001, os migrantes do leste europeu eram já 50 000. A nacionalidade mais importante era a ucraniana, à qual se seguiam, embora com alguma distância os moldavos, os romenos os russos, em ordem decrescente.

A significativa expressão destas nacionalidades representa uma viragem significativa no quadro da imigração recente em Portugal, tão mais intrigante quanto não existem ligações históricas, culturais ou linguísticas entre Portugal e estes países. De facto, as tradicionais origens da migração de brasileiros e africanos dos PALOP integram-se num sistema migratório internacional unido pela língua portuguesa e por um passado histórico comum, o que não acontece em relação a qualquer um destes países.

A imigração de cidadãos deste países do leste europeu para Portugal decorre de um outro tipo de factores que, naturalmente, funcionaram, por um lado, como uma pressão no país de origem – “push factors” – e por outro, que exerceram atracção nos países receptores – “pull factors”

Os países de origem desta imigração viveram a regressão económica, que resultou do desmantelamento das antigas estruturas políticas, económicas e sociais dos países da antiga União Soviética. A regressão económica gerou pobreza e dificuldades o que provocou a saída de nacionais.

Por outro lado, a atracção que Portugal exerce como membro da União Europeia, e um conjunto de ideias percebidas sobre o país, nomeadamente de que as regras da imigração são menos restritivas que noutros países da EU, ou que a aquisição de estatuto legal seria mais fácil do que em qualquer outro lugar, e que há uma grande

necessidade de mão-de-obra em Portugal (parcialmente resultante dos fundos estruturais), funcionaram como “pull factors”.

A esmagadora maioria desta imigração começou a entrar no mercado de trabalho informal, em particular no sector da construção civil. As oportunidades no sector abundavam e as perspectivas para o futuro em termos de trabalho eram bastante promissoras.

Tratava-se, de início, de uma imigração masculina, mas a migração feminina manifestou algum acréscimo e emprega-se sobretudo na área da restauração e das limpezas.

Aos poucos, esta migração foi-se processando através de redes cada vez mais organizadas que alimentam sobretudo o contingente de imigrantes ilegais.

A segunda situação prende-se com as facilidades de movimentação dos cidadãos do Leste, após o desmoronamento das chamadas Democracias Populares, já nos anos 90.

Conjugando este facto com o desemprego e as dificuldades económicas vividas nesses países, tornou-se natural o estabelecimento de um fluxo de emigração europeia no sentido Este-Oeste, sendo que Portugal tem recebido muitos destes imigrantes nos últimos anos. Apesar dos esforços, o volume da componente clandestina da imigração atinge várias dezenas de milhares que naturalmente não figuram nas estatísticas oficiais.

1.4 A imigração africana

A imigração dos PALOP começou a ser realmente expressiva em Portugal após a descolonização, embora, como vimos, já desde a segunda metade da década de 60, se viesse afirmando um fluxo migratório de pequena dimensão, proveniente de Cabo Verde.⁷⁵ A partir dos anos de 1974 e 1975, a par do regresso dos portugueses residentes nas ex-colónias, fixam-se simultaneamente em Portugal alguns milhares de imigrantes africanos dos antigos territórios ultramarinos, pelo que se verificou então um aumento muito significativo da imigração com origem nos PALOP.⁷⁶

“O abrupto crescimento da população estrangeira residente no país, a partir da segunda metade da década de setenta, tem como características mais marcantes o lento, mas regular crescimento dos fluxos imigratórios provenientes da Europa e das Américas, por um lado, e a aceleração brutal, entre 1976 e 1980, da imigração com origem nos PALOP.”⁷⁷

⁷⁵ Os Censos de 1970 não fazem referência à população estrangeira residente.

⁷⁶ MACHADO, Fernando Luís, “Contornos e especificidades da Imigração em Portugal”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 24, 1997, pp. 9-44, p. 21

⁷⁷ ESTEVES, Maria do Céu (coord.), op. cit., p. 19

Com efeito, podemos dizer que uma das tendências marcantes da presença da população estrangeira residente em Portugal, ao longo das últimas décadas é a preponderância da população proveniente do continente africano, em particular, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Logo a partir da década de 60 vai-se afirmando uma migração de carácter laboral essencialmente proveniente de Cabo Verde.

Após o 25 de Abril de 1974, com o subsequente clima de instabilidade que se viveu, portugueses e africanos provenientes das ex-possessões ultramarinas vêm para Portugal. Diferentemente do fluxo anterior, que era sobretudo de carácter laboral esta migração era essencialmente composta por refugiados políticos que procuravam escapar aos efeitos das situações de guerra civil nos seus países, especialmente no caso de Angola e Moçambique.⁷⁸

“Ultrapassada esta conjuntura na década de 80 é possível verificar a cristalização de um novo padrão migratório marcado pela consolidação do movimento social das migrações laborais com origem em Cabo-verde e o seu progressivo alargamento aos restantes PALOP, bem como a persistência de migrações forçadas de menor amplitude envolvendo sobretudo refugiados vindos de Angola e Moçambique.”⁷⁹

Além da imigração laboral e de carácter político, foi-se também institucionalizando progressivamente uma corrente composta por estudantes dos PALOP que vinham para Portugal com o objectivo de frequentarem o ensino secundário e superior, assumindo uma maior relevância no caso da corrente proveniente da Guiné-Bissau.⁸⁰

Como veremos em seguida, é o grupo da população estrangeira residente em Portugal proveniente de África o que tem o maior peso no total da população estrangeira residente em Portugal. E, no conjunto desta população, a população residente proveniente dos PALOP constitui, como veremos, a esmagadora maioria.

Ainda assim, ao longo destes anos, apesar de, em termos absolutos, esta tendência continuar a verificar-se, o surgimento de novas nacionalidades de imigrantes em Portugal levou a que, a par do predomínio desta população, se fosse afirmando também alguma diversidade, no que respeita às origens da população estrangeira residente.

⁷⁸ Ibidem, p. 38

⁷⁹ SAINT-MAURICE, Ana de, op. cit., p. 5480 ESTEVES, Maria do Céu, op. cit., p. 38

Ainda assim, a população africana continua a constituir o maior número entre a população residente.

O quadro seguinte permite-nos visualizar a proporção, na população estrangeira residente, da população estrangeira residente proveniente de África, ao longo das últimas duas décadas.

QUADRO N.º 1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE SEGUNDO CONTINENTE DE ORIGEM

Evolução da população estrangeira residente segundo continente de origem

0
20.000
40.000
60.000
80.000
100.000
120.000
140.000
1981 1986 1991 1996 2001 2004

África

Europa

Ásia

América

Oceania

Apátridas

Desconhecido

Fonte: SEF – Serviços de Estrangeiros e Fronteiras

Com base no quadro anterior, podemos concluir que, em todos os anos apresentados, a população residente proveniente de África é preponderante atingindo em 2001 mais de 100 mil indivíduos residentes e em 2004 ultrapassa os 120 mil residentes africanos.

Em 2001, a população africana residente, representa mais de metade do total da população estrangeira residente em Portugal, como ilustra o gráfico seguinte.

81 Dados provisórios do SEF- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

QUADRO N.º 2 – PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO AFRICANA RESIDENTE NO TOTAL DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM PORTUGAL EM 2001

51%
31%
5%
13%
0% 0%
0%
África
Europa
Ásia
América
Oceania
Apátridas
Desconhecido

Percentagem da população africana residente no total da população estrangeira residente em Portugal em 2001

Fonte: SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Os dados mais recentes⁸², porém, apontam no sentido de uma ligeira retracção do peso desta população no total da população estrangeira residente.

QUADRO N.º 3 – PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO AFRICANA RESIDENTE NO TOTAL DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM PORTUGAL EM 2004

Percentagem da população africana residente no total da população estrangeira residente em Portugal em 2004

46%
32%
5%
17%
0% 0%
0%
África
Europa
Ásia
América
Oceania
Apátridas
Desconhecido

Fonte: SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Como se pode ver no quadro, em 2004, a população africana representa 46% do total, menos 5% do que em 2001. A população residente proveniente da América regista um aumento de 4% ao passo que a proveniente da Europa cresce 1%.

⁸² Dados provisórios do SEF- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Ainda assim, a população africana residente continua a ser preponderante, embora outras origens que não africanas se tenham vindo a afirmar.

Entre a população africana residente, a originária dos PALOP, tem sempre constituído um número bastante elevado, como se pode ver no quadro seguinte.

QUADRO N.º 4– EVOLUÇÃO COMPARATIVA DOS RESIDENTES DOS PALOP E DOS OUTROS PAÍSES AFRICANOS.

Evolução comparativa dos residentes dos Palop e dos de outros países africanos

0
20.000
40.000
60.000
80.000
100.000
120.000
140.000
1981 1986 1991 1996 2001 2004

PALOP

Outros países africanos

Fonte: SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Além de constituir o grupo mais significativo entre a população africana residente, o número de indivíduos proveniente dos PALOP tem vindo a aumentar, embora nem sempre com o mesmo ritmo de crescimento.

Em 2001, a população residente proveniente dos PALOP, entre a população africana residente, constituía uma esmagadora maioria.

QUADRO N.º 5 – EVOLUÇÃO COMPARATIVA DOS RESIDENTES DOS PALOP E DOS OUTROS PAÍSES AFRICANOS.

Percentagem da população residente dos PALOP no total da população africana residente em Portugal em 2001

5%

95%

PALOP

Out. países africanos

Fonte: SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Em 2001, 95% do total da população africana eram indivíduos residentes provenientes dos PALOP.

Em 2004, porém, os dados disponíveis⁸³ revelam uma ligeira diminuição da proporção da população residente proveniente dos PALOP no total da população africana residente.

QUADRO N.º 6 – PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO RESIDENTE DOS PALOP NO TOTAL DA POPULAÇÃO AFRICANA RESIDENTE EM PORTUGAL EM 2004

Percentagem da população residente dos PALOP no total da população africana residente em Portugal em 2004

94%

6%

PALOP

Out. países africanos

Fonte: SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

⁸³ Dados provisórios do SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

49

Em 2004, 94% da população residente africana, menos 1% do que em 2001, era proveniente dos PALOP.

Finalmente, referiremos uma outra tendência muito marcante que se vem verificando ao longo das últimas décadas e que é a preponderância da população cabo-verdiana residente sobre a população estrangeira residente proveniente de outros PALOP. No quadro que se segue pode visualizar-se a evolução da população residente de cada um destes países africanos.

QUADRO N.º 7 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE DOS PALOP POR PAÍS DE ORIGEM

Evolução da população residente dos PALOP por país de origem

0
1 0 .000
2 0 .000
3 0 .000
4 0 .000
5 0 .000
6 0 .000
1980
1982
1984
1986
1988
1990
1992
1994
1996
1998
2000
2002
2004
An g o l a
Ca b o -v e r d e
Gu i n é -B i s s a u
Mo ç a m b i q u e
Sã o T o m é e
Pr í n c i p e

Fonte: SEF – Serviços de Estrangeiros e Fronteiras

Como pode observar-se no quadro anterior, a população residente proveniente de Cabo Verde é aquela que, de longe, nas últimas décadas, apresenta os valores mais elevados.

No caso da restante população residente dos PALOP, a sua presença começa por se afirmar muito timidamente no início da década de 80. A partir de meados dos anos 90, no entanto, a população residente de Angola e Guiné-Bissau começou a assumir uma maior relevância. No caso destas nacionalidades, podemos verificar que os guineenses, ao longo dos anos, se vão aproximando dos valores da população angolana e, embora continuem a aumentar depois de 1993-1994, vão-se depois mantendo sempre aquém desta. No entanto, logo a partir do início da década de 90 vão-se distanciando nitidamente da população moçambicana e santomense, que nunca apresentou um crescimento exponencial.

Os moçambicanos e os santomenses residentes tiveram e continuam a ter uma dimensão comparativamente reduzida. No entanto, em meados da década de 90, os santomenses residentes registam um ligeiro aumento, mantendo-se num nível muito próximo dos valores da população moçambicana residente, para vir a superá-los, no final dos anos

90. A partir de 2000, todas estas nacionalidades continuam a aumentar.

Estes valores, apesar das variações, permitem-nos concluir da importância desta população residente dos PALOP, cuja evolução aponta no sentido do crescimento.

Em 2001, a percentagem da população residente de cada um dos PALOP no total da população residente destes países, era de acordo com o apresentado no quadro seguinte.

QUADRO N.º 8 – PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO RESIDENTE DOS PALOP NO TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE DESTES PAÍSES EM 2001

Percentagem da população residente dos PALOP no total da população residente destes países em 2001

22%

49%

18%

5% 6% Angola

Cabo-Verde

Guiné-bissau

Moçambique

São-Tomé e Príncipe

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

A população residente de Cabo-verde representa quase metade (49%) da população residente dos PALOP. A que tem menor expressão é a proveniente de Moçambique (5%). A população angolana residente apresenta a percentagem mais elevada logo a seguir à caboverdiana (22%), seguindo-se a guineense relativamente próxima da angolana (18%) e a santomense com apenas mais um ponto percentual que a moçambicana (6%).

No ano de 2004, de acordo com os dados disponíveis⁸⁴, podem apontar-se algumas ligeiras alterações em relação ao ano de 2001.

84 Dados provisórios do SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

51

QUADRO N.º 9 – PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO RESIDENTE DOS PALOP NO TOTAL

DA POPULAÇÃO RESIDENTE DESTES PAÍSES EM 2004

Percentagem da população residente dos PALOP no total da população residente destes países em 2004

23%

48%

18%

4% 7%

Angola

Cabo-Verde

Guiné-bissau

Moçambique

São-Tomé e Príncipe

FONTE: SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

As populações residentes provenientes de Cabo-verde e de Moçambique, apresentam ambas uma ligeira diminuição (1%) em relação ao ano anteriormente considerado. A população residente da Guiné-Bissau mantém-se nos mesmos valores percentuais. Por fim, tanto as populações angolana como santomense residentes apresentam um crescimento de 1% em relação ao ano de 2001.

Os dados apresentados sobre a população africana residente continuam a apontar no sentido do crescimento da população dos PALOP e nesta da população caboverdiana, pese embora vão ganhando alguma visibilidade outras nacionalidades e origens.

II. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE – O PAÍS E A DIÁSPORA –

53

2.1 História de São Tomé e Príncipe

Embora não possa precisar-se com rigor a data do achamento das ilhas do arquipélago de São Tomé e Príncipe, pensa-se, porém que a ilha de São Tomé terá sido encontrada em 21 de Dezembro de 1471 e que a ilha do Príncipe (chamada inicialmente Santo António ou Santo Antão⁸⁵) terá sido descoberta em 17 de Janeiro de 1472.

O dia e o mês são datas mais pacíficas do que o possível ano da descoberta destas ilhas. De facto, era costume dar-se às terras os nomes dos santos do dia em que eram descobertas. Quanto aos anos indicados, não existe consenso entre os historiadores, embora concordem que tenha sido entre 1470 e 1480, embora mais perto de 70 do que de 80.

Os descobridores dessas ilhas terão sido Pero Escobar e João de Santarém que, ao serviço de Fernão Gomes⁸⁶, prosseguiram as navegações portuguesas de reconhecimento da costa africana, a sul de São Jorge da Mina.

Os documentos escritos da época dão conta da sua situação geoestratégica, das suas características naturais, bem como da ausência de população. A ilha de São Tomé situava-se “a meio do Atlântico”, sendo uma base ou ponto de passagem importante. Ao mesmo tempo parecia ser um terreno fértil para cultivo, tornando-se, contudo, para esse efeito, necessário povoá-la.

Desde logo, a Coroa portuguesa ordenou o povoamento de todo o arquipélago, a fim de

o tornar verdadeiramente rentável.

Tendo por objectivo a colonização das ilhas, o rei D. João II introduz em 1495 o sistema das capitânicas-donatárias, concedendo ao povoadores grandes privilégios, por forma a atrair colonos para o arquipélago.

Não tendo os primeiros capitães-donatários apresentado resultados satisfatórios, o rei doou a Álvaro de Caminha a capitania de São Tomé em 29 de Julho de 1493. Este foi o verdadeiro impulsor da colonização da ilha. Por seu lado, a ilha do Príncipe recebe foral em 1500, sendo doada a António Carneiro. A ilha de Ano Bom manteve-se deserta durante um longo período, apesar de já ter sido doada a Jorge de Melo.

⁸⁵ a razão da alteração de Santo António ou São Antão para Príncipe foi em homenagem ao Príncipe D. João.

⁸⁶ Fernão Gomes era um rico mercador de Lisboa que, em Novembro de 1469 conseguiu da Coroa o arrendamento por cinco anos, posteriormente acrescidos de mais um e o direito de exclusividade do negócio da Guiné, com a condição de descobrir, em cada ano, 100 léguas de costa.

O povoamento do arquipélago, foi desde logo, como se viu, uma das grandes preocupações da coroa portuguesa. Foi, no entanto, um povoamento que, diferentemente do que sucedeu nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, não houve recurso apenas a portugueses. Com Álvaro de Caminha foram enviadas para São Tomé cerca de 1000 crianças judias, cujos pais haviam sido expulsos de Espanha por razões religiosas, bem como muitos degredados. Os portugueses foram também buscar escravos ao continente africano para trabalharem nas terras doadas em sesmarias. Juntamente com os colonos europeus, estes foram os primeiros povoadores de São Tomé, do Príncipe e de Ano Bom.

Uma das circunstâncias que contribuiu para este povoamento mais diversificado do arquipélago que, segundo se acreditava, estaria desabitado, foram as condições climáticas destas ilhas. Desde logo, a adaptação se revelou difícil tendo-se verificado inicialmente uma elevada mortalidade entre os europeus que aí procuravam estabelecer-se. Por isso também, estas ilhas eram, também por isso, entendidas como destinadas principalmente aos condenados.

Apesar das dificuldades, porém, o povoamento continuou, tendo sido recrutados muitos africanos, que se julgou estarem mais naturalmente adaptados a estes territórios hostis.

Esta necessidade de povoamento conduziu igualmente à miscigenação, promovida, como em tantos outros destinos do império, pela própria coroa. O Rei D. João II determinou, através de Carta Régia, que, na ilha de São Tomé fossem dados a cada degredado um escravo e uma escrava, “para nela fazer filhos, a fim da dita ilha se povoar.”⁸⁷

A localização do arquipélago, inicialmente na rota de Índia e, depois, entreposto entre a costa ocidental africana e a América do Sul, facilitou e propiciou o contacto das raças, das culturas e dos produtos.

“ Foi, na realidade, desde o final do século XV, uma das grandes encruzilhadas do mar

- Oceano onde se encontraram homens, negros e brancos, de diferentes proveniências com estilos de vida diferenciados e se misturaram plantas do Mediterrâneo, de África, da Ásia quente e chuvosa e da América do Sul. Foi a Ilha campo de ensaio de culturas, no sentido mais amplo.”⁸⁸

⁸⁷ GARCIA, Alberto, 1966 pp. 216-218, citado em ROMANA, Heitor, 1997 “São Tomé e Príncipe – elementos para um análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades”, I.S.C.S.P. – UTL, Lisboa.p.205

⁸⁸ ROMANA, Heitor, 1997, “São Tomé e Príncipe – elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades”, I.S.C.S.P. – UTL, Lisboa, p. 205

Também os portugueses da ilha da Madeira com os seus conhecimentos no fabrico do açúcar e de ocupação de terras virgens, e estrangeiros, como genoveses e franceses ligados ao fabrico do açúcar ou ao comércio vinham estabelecer-se nestas ilhas.

Foram ainda introduzidos no arquipélago escravos negros dos mais diversos tipos raciais, nomeadamente sudaneses, guineenses, bantos e sul-africanos.⁸⁹

No início do século XVI foi introduzida com sucesso no arquipélago a cultura da canado-açúcar e o fabrico de açúcar, que serviu de base e estímulo ao crescimento demográfico.

O açúcar de São Tomé, contudo, não foi capaz de concorrer com o açúcar do Brasil, nomeadamente da Baía, pelo que o arquipélago depressa conheceu a regressão económica, a partir do fim do século XVI. A esta circunstância juntaram-se, no entanto, outros factores de instabilidade, nomeadamente um período de perturbações sociais marcadas pelo naufrágio de um barco negreiro, cujos sobreviventes (angolares) se organizaram e aproveitaram as revoltas dos escravos para destruírem as roças. Esta conjuntura levou a que, já no início do século XVII, os habitantes com maior poder económico no arquipélago transferissem os seus capitais e os seus conhecimentos e experiência na cultura da cana-do-açúcar e do fabrico do açúcar para o Brasil onde encontravam também condições sociais mais favoráveis.

Este êxodo para o Brasil, teve por efeito a diminuição do crescimento demográfico, ficando a população praticamente reduzida aos descendentes mulatos dos primeiros colonos, ocupados numa agricultura de subsistência e num pequeno comércio gerado pelo abastecimento aos navios de passagem.

Um novo ciclo de dinamismo económico iniciou-se, porém, quando, no século XIX, foram introduzidas as culturas do café e do cacau. Foi o período de maior progresso social e económico do arquipélago.

Desde logo, as perspectivas de prosperidade abertas pelo café e pelo cacau atraíram para São Tomé colonos e capitais. Naturalmente, era necessária a mão-de-obra, pelo que se importaram escravos e, abolida a escravatura, foi recrutada muita mão-de-obra proveniente do continente africano: de Angola, Moçambique e Cabo Verde. O recrutamento desta mão-de-obra conduziu a um aumento dos efectivos demográficos.

⁸⁹ TENREIRO, F. 1961 citado em ROMANA, Heitor, op. cit. p. 206

Em finais do século XIX, o arquipélago alcança uma franca prosperidade, para o que contribuíram, entre outros aspectos, a divulgação de sistemas e práticas agrícolas relativos às novas culturas em ensaio e a regularidade das carreiras marítimas, o que permite o escoamento das produções, a introdução de novas culturas como o cânhamo, a baunilha, a canela, etc. e árvores de fronteira e ainda a submissão dos angolares.⁹⁰

Em 1909, porém, os produtores de chocolate alemães e britânicos boicotaram o cacau de São Tomé e Príncipe por considerarem que os trabalhadores das roças eram usados como escravos, o que arruinou a produção de cacau, bem como todo o seu sistema de produção.

Em 1951, tal como outras colónias portuguesas, São Tomé e Príncipe recebeu o estatuto de província ultramarina. A luta pela independência começou a afirmar-se num cenário de insatisfação com as condições de trabalho nas plantações, o que levou a numerosas greves de 1952 a 1973. A revolta de Batepá em 1953 que resultou num massacre foi uma tentativa falhada de alcançar a independência. Em 1960 foi formado um grupo independentista, o Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe que deu origem ao Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, reconhecido pela Organização de Unidade Africana.

Em 28 de Novembro de 1974 São Tomé e Príncipe assina com Portugal, em Argel um acordo de independência

2.1.1 A população

Pode dizer-se, em termos gerais que a estrutura social santomense se manteve relativamente estável desde meados do século XIX até à independência em 1975. A sociedade santomense é constituída historicamente por vários grupos. Recorrendo às classificações elaboradas por Francisco Tenreiro (1961), por João Pereira Neto (1972) e por S. Gonçalves (1972), o tecido social de São Tomé e Príncipe era composto pelos seguintes grupos: Naturais ou “filhos da terra”, que integravam os crioulos, os forros, os angolares, e os tongas; contratados, onde se incluíam caboverdianos, angolanos e moçambicanos; e a elite europeia.

Os crioulos são os descendentes das relações entre europeus e as escravas negras no período inicial da colonização. Segundo Francisco Tenreiro (1961), são uma espécie de

⁹⁰ TENREIRO, F, 1961, citado em ROMANA, Heitor, op. cit. p. 207

aristocracia sociológica que representam um passado marcado por um intenso processo de aculturação.

O forro é o escravo liberto após a abolição da escravatura, em consequência da revolução económico-social da segunda metade do século XIX. A estes vieram juntar-se os antigos proprietários nativos que eram livres desde o nascimento e que eram a elite de outrora. Contudo, devido à decadência económica caíram na miséria.

Acostumados a uma vida sem preocupações, sentiram-se revoltados pela nova situação, preferindo sofrer privações a terem que desempenhar qualquer trabalho, o que consideravam humilhante e indigno da sua antiga condição.

Os forros constituem o grosso dos naturais de São Tomé. Desprezam o trabalho da terra e tudo o que se relaciona com a roça, pela qual nutrem o maior desdém. Os forros vivem actualmente na periferia da cidade de São Tomé, constituindo áreas de grande densidade populacional. Nas suas relações com os outros grupos sociais, o forro mostra-se ainda arrogante e superior e só lentamente vai aceitando a modificação de tal comportamento. Quanto aos angolares, sabe-se apenas que sobreviveram ao naufrágio de um navio de escravos com destino ao Brasil num local designado de Sete Pedras, próximo de S. João dos Angolares e que partira de Angola.

Supõe-se que se fixaram inicialmente no mato junto à costa, indo depois ocupar praias mais próximas, formando povoamentos de pescadores. Foi como pescadores ou em actividades ligadas ao mar, como condutores de canoas que permaneceram até hoje e encontram-se por todo o litoral sul da ilha de São Tomé.

Desprezam igualmente o trabalho agrícola, mas aceitam o trabalho de derrube e corte da floresta, um costume que lhes terá ficado dos seus antepassados e que eles desempenham na perfeição. Este grupo é considerado o menos ocidentalizado da população, pelos seus hábitos, pela sua alimentação e pelo seu vestuário.

O significado do termo tonga corresponde, num sentido geral a “natural de São Tomé”.

O Tonga é filho dos serviçais que trabalhavam nas roças, onde nasciam. Foi o último a ser libertado, o que, em certa medida lhe confere um estatuto inferior ao do forro.

Permanece ainda muito ligado aos trabalhos da roça, pelo que aceita de bom grado desempenhar quaisquer trabalhos agrícolas e de serviço doméstico.

Os contratados eram os serviçais que trabalhavam na roça. Eram um grupo muito fechado, resultado da sua situação social e da forma como cumpriam a sua prestação de trabalho. A sua origem é maioritariamente caboverdiana, embora até recentemente se encontrassem também muitos angolanos e moçambicanos nos trabalhos agrícolas das

grandes propriedades. Habitavam na roça onde decorria toda a sua actividade. Viviam uma vida de isolamento, deslocando-se poucas vezes à cidade.

Os europeus eram, até meados de 1975, um pequeno grupo que ocupava posições chave do comando económico e administrativo.

Eram comerciantes, administradores de roças, proprietários, funcionários públicos e administrativos que mantinham superioridade sobre os outros grupos sociais; este grupo afirmara-se desde o início do povoamento em que foi o primeiro colonizador.

Foram eles que, até à independência dominaram as grandes propriedades agrícolas, de administradores a simples empregados de mato, e que na cidade resolvem os problemas de carácter burocrático ou oficial e ainda, por intermédio dos seus estabelecimentos comerciais, exercem influência na sociedade nativa.

A população de São Tomé e Príncipe está racialmente misturada, mas é predominantemente africana; inclui descendentes de escravos que tinham sido importados da Costa ocidental africana, colonizadores do Sul da Europa (principalmente portugueses) e trabalhadores contratados de Angola, Cabo Verde e Moçambique.

Nos anos 70 testemunhou o êxodo de 4000 residentes e o repatriamento de muitas centenas de refugiados santomenses de Angola.

2.1.2 A cultura

O português é a língua oficial de São Tomé e Príncipe. Existem também o dialecto de São Tomé e o dialecto do Príncipe. Também se fala o francês, nomeadamente os emigrantes santomenses no Gabão e cooperantes franceses e de outros países africanos de língua oficial francesa.

Quanto à religião, a maioria dos santomenses é católica, embora na verdade se viva em São Tomé e Príncipe um sincretismo religioso expresso no trinómio cristianismo – paganismo – feiticismo.⁹¹

Um das expressões desse sincretismo é também o facto de se encontrarem com frequência junto, por exemplo, de determinadas igrejas, pequenas esculturas feitas com olá-madeira, muito leve e macia a partir de que se constroem uns bonecos vestidos com trajes masculinos ou femininos, consoante o devoto em questão e que se chamam “pagá-devê”.

91 REIS, F., citado em ROMANA, Heitor, op. cit. p. 209

Em relação à cultura, vale a pena referir uma forma singular de teatro: a de uma peça única para cada ilha. Trata-se do Tchiloli em São Tomé e do Auto da Floripes na ilha do Príncipe. Embora não se saiba seguramente quais as suas origens, o seu enredo é bastante claro. O Auto da Floripes tem por enredo a guerra de Carlos Magno contra o almirante Balão e os reis mouros e é representada apenas uma única vez por ano no dia de São Lourenço. O Tchiloli, por seu lado tem como enredo a “A tragédia do Marquês de Mântua e do Imperador Carlos Magno” que terá sido uma obra introduzida em São Tomé em finais do século XVI. Pensa-se que o enredo desta peça é uma crítica disfarçada à colonização portuguesa.

Finalmente também a dança ocupa um lugar importante na cultura santomense, nomeadamente a Dança Congo e a Massemba, que é na realidade a origem do Samba do Brasil.

2.2 Breve resenha política

A história política de São Tomé e Príncipe desde a sua independência caracteriza-se pela existência de dois períodos distintos.

Um primeiro período estende-se desde 1975, ano da independência do país até 1990.

Durante estes anos, São Tomé e Príncipe vive um sistema político de cariz socialista e unipartidário em que o Presidente e o Primeiro-ministro são eleitos pelo Comité Central do partido único. Um segundo período situa-se desde 1990 até à actualidade e é caracterizado pela existência de um sistema multipartidário e pela eleição directa e universal do Presidente e do Primeiro-ministro.

Logo após a independência, Manuel Pinto da Costa e Miguel Trovoada tornam-se, respectivamente, os primeiros Presidente e Primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe. Foram ambos eleitos pelo Comité Central do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, único partido existente e que protagonizara a oposição à administração portuguesa até à independência do país.

O partido constituía-se como Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe em 1960 no Gana e era maioritariamente constituído por estudantes que tinham aderido ao movimento marxista-leninista. Embora diversas circunstâncias, nomeadamente geográficas não permitissem um forte mobilização popular, o Comité acabou por

transformar-se no Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), tendo Manuel Pinto da Costa sido eleito Secretário-Geral.

Em Novembro de 1974, o MLSTP assina com Portugal, na Argélia um acordo para a criação de um governo de transição em São Tomé e Príncipe e onde se estabelece a independência para o dia 12 de Julho de 1975.

Com a independência de São Tomé e Príncipe, o MLSTP, único partido, assume os destinos do país. Em 5 de Novembro de 1975, é aprovada a nova Constituição, que estabelece os órgãos clássicos de soberania – o Presidente da República, a Assembleia Nacional Popular, o Governo e os Tribunais – bem como a Lei Básica que estabelece o sistema do partido único.

Desde logo, no entanto, e durante todo o período deste sistema unipartidário, as divergências no partido foram uma questão recorrente.

“A Direcção do MLSTP, enquanto força dirigente do Estado, entre 1974 e 1990 passou ao longo daquele período por fases de tensão política que foram geradoras de grande instabilidade no seio do regime, consequência da existência de diferentes concepções sobre o papel dirigente do MLSTP e sobre a sua estrutura ideológica, que nunca foi formalmente assumida.”⁹²

Essas divergências no seio do partido tiveram por consequência o afastamento do Primeiro-ministro Miguel Trovoada pelo Presidente da República Manuel Pinto da Costa, tendo sido abolido o cargo de Primeiro-ministro.

Paralelamente foi-se organizando a oposição no exílio, nomeadamente em Portugal e no Gabão, através da Coligação Democrática da Oposição, que reclamava a realização de eleições multipartidárias.

A aproximação do fim da “guerra-fria”, do desmantelamento da URSS e dos seus países satélites levou a que o partido do poder fosse também procurando uma abertura política gradual que, no entanto, não o perigasse como única força política do país.

“Contudo, as notícias sobre o início da derrocada do Bloco de Leste contribuíram para avolumar o descontentamento de alguns sectores mais esclarecidos da sociedade civil são-tomense, verificando-se um aumento de tom nas exigências de democratização do sistema político, facto que terá levado o MLSTP a tornar mais abrangente o processo de abertura político anunciado pelo Comité Central do Movimento, em Outubro de 1987.”⁹³

92 ROMANA, Heitor, “São Tomé e Príncipe –Elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades”, ISCSP; 1997, p.174

93 Ibidem p. 175

O MLSTP anuncia, finalmente a realização de uma reforma constitucional, que incluía a realização de eleições presidenciais e legislativas por sufrágio universal em 1990 bem como restabelecimento do cargo de Primeiro-ministro.

O projecto inicial da nova Constituição a ser promulgado iria garantir o multipartidarismo, os direitos humanos e a abolição da pena de morte. O projecto de Constituição é aprovado em Março de 1990 pela Assembleia Nacional Popular, tendo sido ratificada por referendo popular em Agosto de 1990. É também agendada a realização de eleições legislativas e presidenciais para esse mesmo ano.

Com a aprovação e aplicação da nova Constituição Política cria-se um novo quadro político-institucional e inicia-se a II República. Dá-se a ruptura com o sistema de governação em vigor de 1975 a 1990: o sistema do partido único dá lugar ao multipartidarismo e a soberania do Estado pertence ao povo que a exerce através de sufrágio secreto, directo e universal.

As primeiras eleições legislativas por sufrágio directo, secreto e universal, realizam-se em Janeiro de 1991, tendo sido vencidas, por maioria absoluta, pelo PCD/GR e com a estrondosa derrota do MLSTP/PSD. Daniel Daio toma posse como primeiro-ministro no mês seguinte.

As eleições presidenciais, as primeiras por sufrágio directo e universal realizam-se nesse mesmo ano. Miguel Trovoada, apoiado pelo PCD/GR e pela CODO foi o único candidato, que alcançou 81,8% dos votos. É de salientar, no entanto, a elevada abstenção nestas eleições, comparando com a das eleições legislativas.

No ano seguinte realizam-se as primeiras eleições autárquicas que são ganhas pelo MLSTP, resultado que foi interpretado como um primeiro sinal de descontentamento face ao Governo do PCD/GR e que marcou o início da recuperação política eleitoral do MLSTP/PSD. Também nestas eleições, a abstenção foi bastante significativa.

Entretanto, os desentendimentos entre o Presidente da República, Miguel Trovoada e o governo do PCD/GR, originaram uma ruptura, em 1992, que levou à queda do Governo de Daniel Daio e do seu sucessor, Norberto da Costa Alegre. Realizaram-se, então, eleições antecipadas em 1994, tendo sido vencedor o MLSTP.

Miguel Trovoada é o vencedor das eleições presidenciais em Julho de 1996, derrotando Manuel Pinto da Costa. Dois anos depois, nas legislativas de 1998, o MLSTP ganha a maioria dos assentos parlamentares. Em 2001, Fradique de Menezes do partido da Acção Democrática Independente, é eleito Presidente da República.

2.3 Família e parentesco

Para compreender a sociedade santomense é importante referir-nos ao sistema de parentesco existente e que determina e localiza os indivíduos nesta sociedade.

O sistema tradicional de parentesco em São Tomé e Príncipe apresenta algumas características, a saber: a enorme incidência das uniões de facto, a quase inexistência do casamento monogâmico⁹⁴, e a prática tradicional de uma forma de poligamia, designada de “poligamia multipolar”⁹⁵ que se traduz na existência de “relações de visita”.

Tradicionalmente, em São Tomé e Príncipe, quando uma rapariga pretende casar ou concretizar uma união, ela deve apresentar o rapaz aos seus pais. Este deve fazer uma proposta no sentido dessa união junto dos mesmos. Caso se trate de uma segunda união, essa aprovação já não é necessária. A rapariga deixa a casa dos pais e, caso tenha poucos rendimentos, deve ir viver para a casa dos sogros.

Contudo, o que é frequente e tolerada é a existência de relacionamentos posteriores e simultâneos em relação a uma primeira união – a poligamia.

Quando o homem pretende ter este relacionamento além de um primeiro casamento ou união, ele deve arranjar casa para a nova mulher iniciando-se assim uma “relação de visita” (poligamia multipolar). A poligamia multipolar designa a situação em que os homens têm mais do que uma mulher, vivendo estas em habitações diferentes.

Esta prática está na origem da proliferação de lares monoparentais liderados pelas mulheres e na existência de “filhos ilegítimos”.

Muitas das mulheres que lideram os lares monoparentais mantêm uma relação de visita com homens que já têm uma primeira mulher e com a qual vivem numa relação coresidencial.

Na base destas relações de visita está, muitas vezes, a situação difícil em que algumas mulheres vivem e que as tornam dependentes deste tipo de relacionamentos com as suas contrapartidas. Por exemplo, nestas relações de visita, o homem deve, desde logo, providenciar casa para a mulher.

“Uma mulher pobre a viver sozinha pode estabelecer uma relação de visita com um homem, tornando-se a sua segunda ou terceira mulher, concedendo-lhe os seus favores sexuais em troca de uma contribuição em bens ou dinheiro. Normalmente o homem só suporta materialmente essa mulher e os seus filhos enquanto a relação durar.”⁹⁶

94 UNDP, -“ As mudanças de 1990 a 2002 e o Desenvolvimento Humano “ - Relatório do

Desenvolvimento Humano de São Tomé e Príncipe 2002, UNDP, www.undp.org, p.7395 Este termo é referido em BONFIM, João do Sacramento, op. cit., p. 38

96 Relatório Desenvolvimento Humano, op. cit., p.74

Normalmente quando emigra, o homem constitui uma nova família no país de destino, por força desta prática de poligamia e também como forma de colocar um fim a uma relação.

“Como a grande maioria das relações não é de casamento formal nos moldes conhecidos na cultura ocidental, a sua dissolução é menos complexa do que é também conhecido nos casamentos formais.”⁹⁷

O sistema de parentesco e de relações da sociedade santomense, bem como a organização dos lares, resulta na atribuição de determinados papéis sociais aos homens e às mulheres, e disso é também consequência.

Tradicionalmente, por toda a África é dado um grande valor à reprodução.

“The status of women – whose activities are centered around reproduction, the physical and emotional nurturance of children, and household maintenance – is enhanced by the supreme symbolic link attached to them and their crucial role in reproduction.”⁹⁸

Por isso, a feminilidade é associada à fecundidade. Daqui decorre que, o nascimento de filhos, seja numa relação co-residencial, seja numa relação de visita, é tradicionalmente considerado o maior motivo de orgulho para as mulheres. Por seu lado, a masculinidade é associada ao vigor sexual, que se traduz no nascimento dos filhos.

“Uma mulher que renuncie à procriação (...) torna-se suspeita de esterilidade; se pretender planejar a sua fecundidade perde o mais importante atributo de feminilidade.(...) Se um homem não tiver filhos torna-se suspeito de impotência, se tiver poucos filhos diz-se que tem falta de vigor sexual.”⁹⁹

No sistema tradicional de parentesco em São Tomé e Príncipe, marcado pela prática de uma poligamia multipolar, e pelo culto da fecundidade, as mulheres tendem a ser muito mais mães e prestadoras de cuidados do que esposas. E, seja ou não em lares monoparentais, as mulheres devem assumir a principal responsabilidade no cuidado dos filhos.

⁹⁷ BONFIM, João do Sacramento, op. cit, p. 3898 JAMES, Stanlie M., “Mothering, a possible Black feminist link to social transformation?”, JAMES, Stanlie, M., BUSIA, Abena P. A., “Theorizing Black feminisms – The Visionary Pragmatism of Black Women”, Routledge, London and New York, 1993, p. 45

⁹⁹ Ibidem

“Por hábito, o povo santomense dificilmente concebe a vida fora do núcleo familiar onde às mulheres está principalmente reservado o papel de servir o homem, cuidar da casa e dos filhos, mais do que fazerem companhia um ao outro em circunstâncias de igualdade.”¹⁰⁰

No caso dos lares monoparentais essa responsabilidade traduz-se numa maior sobrecarga para as mulheres.

Esta circunstância leva a que se torne necessário o desenvolvimento de redes de entreajuda, sobretudo para corresponder à prestação de cuidados aos filhos e à família. Aliás, é comum entre as mulheres africanas a maternidade partilhada ou, se quisermos a maternidade-outra.

Enquanto que nas culturas ocidentais, a maternidade é entendida como a presença constante e exclusiva da mãe, nas culturas africanas, a maternidade é compreendida como um dever de toda a comunidade.

“While mothering does indeed incorporate a nurturing component for one’s biological offspring, it is also not uncommon for African women to undertake nurturing responsibilities for children other than their immediate offspring.”¹⁰¹

Em São Tomé e Príncipe, as mulheres jovens, por exemplo, que não têm meios de subsistência ou que iniciam uma nova relação, podem pedir à mãe do seu “pai de filho” ou à sua própria mãe para tomar conta de uma ou mais crianças, embora as crianças mais novas fiquem quase sempre com a mãe.

Quando a criança cresce, mesmo que o seu pai esteja numa outra união co-residencial, ele pode levá-la para a nova casa onde vive com outra mulher que dele cuidará, embora essa não seja a regra. Além disso, um homem, ao iniciar a relação com uma mulher que já tem filhos, deve garantir a subsistência dos seus “enteados”, se a mulher não os conseguir colocar em casa de parentes. Neste contexto, a figura de padrasto ou de madrasta perdem a sua conotação negativa, porquanto a maternidade e a paternidade aparecem, de certa forma, separados da simples biologia. Também o conceito de órfão não cabe neste tipo de sociedades uma vez que toda a comunidade se sente comprometida no cuidado e educação das crianças.

No entanto, é às mulheres que é atribuída socialmente a responsabilidade do cuidado dos filhos e da família.

100 BONFIM, João do Sacramento, op. cit., p. 38

101 JAMES, Stanlie M., op. cit., p. 45

Num estudo¹⁰² realizado no bairro do Riboque, um dos bairros mais populares nos arredores da cidade capital do país, este aspecto é particularmente evidenciado.

“Muitas das inquiridas do sexo feminino sentem também que enquanto os homens se podem desejar ao luxo de falhar nos seus deveres com a família, elas são sempre «obrigadas», devido às suas responsabilidades para com os filhos, a ter uma maior adaptação às situações.”¹⁰³

Quando se trata de mulheres que vivem sozinhas ou que não são apoiadas pelos seus parceiros, elas procuram adoptar algumas estratégias, entre as quais a maternidade partilhada, para poderem criar e sustentar os seus filhos.

“(…) pedir ajuda aos parentes mais chegados; realizar todo o tipo de pequenos trabalhos remunerados (limpar casas, lavar roupa para fora, tomar conta de idosos, capinar...); colocar alguns filhos em casa de outras pessoas ou arranjar-lhes bons padrinhos; vender na rua (comida confeccionada, lenha carvão, vegetais, etc.)”¹⁰⁴

O nascimento de uma criança implica o dispêndio de mais tempo dedicado a tarefas familiares, mas não necessariamente a diminuição do tempo dedicado ao trabalho remunerado, quando este existe. Esta circunstância implica uma grande sobrecarga para as mulheres, principalmente para aquelas que vivem sós.

Em África, a maternidade partilhada, anteriormente referida, é também um modo de libertar um pouco estas mulheres da responsabilidade dos cuidados dos filhos.

É importante referir, no entanto, que se vêm verificando algumas mudanças que evidenciou o referido estudo relativo ao Bairro do Riboque. Entre os jovens tornam-se mais frequentes os relacionamentos esporádicos que não são nem relações de visita nem de co-habitação, bem como cada vez mais mulheres a romperem com os padrões de monogamia feminina assumindo relações extra-conjugais. Além disso, verificam-se alguns casos em que, ao invés de ser o homem a estabelecer a residência do casal, é a mulher que tem as condições para tal. Verifica-se ainda uma tendência crescente para um domínio das mulheres da sua fecundidade.¹⁰⁵

Alguns estudos, nomeadamente da diáspora africana nos Estados Unidos da América evidenciam a intensidade da reprodução de alguns traços específicos do sistema de

¹⁰² UNDP, op. cit, p. 71

¹⁰³ Ibidem

¹⁰⁴ Ibidem

¹⁰⁵ Ibidem

parentesco e relações africanos, nomeadamente a ausência do casamento e o recurso à maternidade partilhada.

Num estudo de Deussen, as mulheres africanas da diáspora nos Estados Unidos apresentam ideais de independência e autonomia, mas divergentes da independência e autonomia dos casais da classe média americana.

“(…) rather it was based on the kin networks and shared responsibility for children (...) For these women, more isolated mothering would have been impracticable, but it was also undesirable ideal; they resisted assumptions that the deserving mother must be singularly and exclusively present.”¹⁰⁶

¹⁰⁶ BLUM, Linda M. DEUSSEN, Theresa, “Negotiating Independent motherhood – Working-Class African American Women talk about marriage and motherhood”, *Gender & Society*, Vol. 10, N.º 2, April 1996, 199-211, p. 208

2.4 Emigração santomense

Como refere João do Sacramento Bonfim¹⁰⁷, a sociedade santomense mostra-se muito pouco compreensiva perante a decisão daqueles que querem emigrar¹⁰⁸. E, embora São Tomé e Príncipe fosse terra de acolhimento para fluxos de origens diversas, nem o termo emigrar, nem o termo emigrante são de uso corrente no vocabulário santomense.¹⁰⁹

Com efeito, a história cultural e política deste país determinou, de certo modo, a percepção e a imagem que existe do emigrante.

“A principal imagem que tem o santomense sobre a emigração e o emigrante, parece ser uma vida de serviidão, de subserviência e de marginalidade (...).”¹¹⁰

Ao contrário do que poderíamos ser levados a concluir, esta imagem não decorre da ausência de contacto com a realidade da emigração. Na realidade, durante o período colonial, São Tomé e Príncipe foi o destino de imigrantes de proveniências diversas.

“A verdade é que durante o período colonial, São Tomé e Príncipe foi, de facto, um receptor de mão-de-obra vinda essencialmente de Cabo Verde, de Angola, de Moçambique e raramente da Guiné-Bissau, já sem falar dos portugueses que tinham invadido o território e imposto a sua soberania.”¹¹¹

Além destes, chegaram também ao arquipélago imigrantes vindos da África Ocidental Inglesa e também indianos e macaenses¹¹². Algumas fontes¹¹³ registam ainda a presença de escravos vindos do Gabão.

Estes imigrantes e escravos eram recrutados para trabalharem nas grandes plantações agrícolas de cacau, café ou copra, que eram designadas de roças.

“Foram inicialmente recrutados por métodos coercivos, embora mais tarde e sobretudo no caso caboverdiano, o tivessem feito pela real necessidade de trabalho remunerado em virtude do desemprego e das carências provocadas pelas prolongadas secas que ainda hoje assolam o território.”¹¹⁴

¹⁰⁷ BONFIM, João do Sacramento, “Os processos migratórios em São Tomé e Príncipe e a corrente portuguesa” Tese de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2000

¹⁰⁸ BONFIM, João do Sacramento, op. cit. p. 29

¹⁰⁹ Ibidem, p.10

¹¹⁰ Ibidem, p.18

¹¹¹ Ibidem, p. 10

¹¹² Existem ainda presentemente alguns descendentes destes macaenses como revela a existência de apelidos como Loi Heng, Tem Jua, Jen Choi e Lau Chong. BONFIM, João do Sacramento, op. cit. p.11

¹¹³ Smith (1991), citado em BONFIM, op. cit., p11

¹¹⁴ BONFIM, op. cit., p. 11

Os trabalhadores que vinham para as roças eram designados, pejorativamente pelos santomenses por serviçais ou contratados¹¹⁵. Muitos destes trabalhadores vivam nas roças em condições verdadeiramente “degradantes e humilhantes”¹¹⁶: alojamentos precários e insuficientes para eles e para as suas famílias e sem condições sanitárias, hospitais eram mal-equipados, etc. Todas estas condições tornavam difícil a vida destes contratados, que eram, além disso, duramente castigados e punidos fisicamente no caso de algum incumprimento.

Os santomenses, por seu lado, conhecendo as condições a que estes imigrantes recrutados se sujeitavam, sempre se recusaram a aceitar trabalhar nestas plantações.

“Em face das condições em que se encontravam os contratados, os santomenses que sempre resistiram ao trabalho contratado das plantações sentiam-se privilegiados, de certa forma presunçosos e promoveram algum xenofobismo em relação aos trabalhadores contratados, achando-os sem crédito da devida dignidade.”¹¹⁷

Esta relação entre os santomenses e estes contratados agravou-se quando as autoridades coloniais, principalmente de origem angolana, utilizaram muitos desses imigrantes para virem a exercer uma forte repressão sobre o povo santomense, num episódio que ficou conhecido como o Massacre de Batepá em 1953. Na origem deste massacre está o facto de os trabalhadores santomenses se recusarem a aceitar o regime de trabalho imposto nas roças. Mas este repúdio pelo trabalho nas roças deve-se também, de certo modo a razões de um foro mais afectivo; com efeito, as terras que pertenciam anteriormente aos santomenses estavam agora na posse dos colonos portugueses que as teriam obtido fraudulenta ou violentamente.¹¹⁸

A crescer, a imagem que muitos nacionais têm de que São Tomé e Príncipe é uma terra rica, onde os problemas se devem apenas a uma má governação do país¹¹⁹, sugere, de certo modo, que além desta, não há uma outra razão para deixar o país e de que essa mesma má governação força os santomenses a sair.

¹¹⁵ A designação de contratados deriva da promessa que lhes era feita de contratos de trabalho justos.

¹¹⁶ BONFIM, op. cit., p.12

¹¹⁷ Ibidem, p. 17

¹¹⁸ Ibidem, p.18

¹¹⁹ Ibidem

“Quando se aborda um qualquer cidadão imigrante santomense, quase todos são unânimes em referir que se não fosse a incompetência e a corrupção dos governos do país, ninguém precisaria de estar a passar por isso, onde isso significa (...) a sujeição ao rigor e exigência do trabalho ao frio, ao tratamento subalterno e grosseiro, uma certa sensação de que não se é desejado pelos cidadãos nacionais do país de acolhimento, no caso vertente, Portugal, afectando o seu tradicional orgulho.”¹²⁰

Esta visão negativa do emigrante e da emigração traduz-se numa quase total ausência destas expressões no vocabulário santomense.

“Em São Tomé e Príncipe, mesmo quando se tenha em perspectiva um projecto de emigração usa-se geralmente as expressões ir de viagem, tenho vontade de sair (...) e nunca pretendo emigrar, por exemplo, para enquadrar o seu projecto de ganhar a vida num estado nacional diferente do seu, seja pois no

Gabão, em Angola ou Portugal para só citar os destinos mais comuns.”¹²¹

Tendo em conta que a emigração é socialmente incompreendida e não assumida, o pior que poderia suceder para um santomense que emigrou era que esse seu projecto fracassasse e ele regressasse ao país sem nada. O principal objectivo é assim "juntar alguma coisa" no país de destino para usufruir em São Tomé e Príncipe.

Ainda assim, apesar da resistência dos santomenses, sobre cuja origem acima reflectimos, em assumir a realidade da emigração, é, no entanto, indiscutível a existência de uma diáspora santomense, sendo os principais destinos, como se aflorou, Angola, Gabão e Portugal.

Em relação a Angola, a presença de santomenses é anterior à independência destes dois países, favorecida, sobretudo, pela facilidade de mobilidade que tinham entre os estados enquanto funcionários da administração colonial. Muitos destes santomenses viram-se forçados a retornar ao seu país na sequência da guerra civil de 1975. Ainda assim, muitos foram atraídos para este território, em grande parte, procurando seguir o exemplo daqueles que para aí foram e triunfaram. A corrente santomense para Angola foi também estimulada pela falta de mão-de-obra, na sequência da guerra que ocupava e dizimava muitos soldados.

¹²⁰ Ibidem, p.19

¹²¹ Ibidem, p.22

“Só os cidadãos angolanos vivendo ainda mais para o conflito armado não poderiam suprir toda a necessidade [de mão-de-obra], pelo que novas oportunidades se abriram para os emigrantes santomenses.”¹²²

Mas também ao nível do funcionalismo público em Angola surgiram oportunidades para nacionais santomenses que, a este nível, concorriam em situação de igualdade com os cidadãos angolanos.

“É de se crer que todo este conjunto de atractivos, incluindo um salário maior e a oferta de outras oportunidades de vida tenha servido de incentivo à emigração santomense para Angola.”¹²³

O Gabão é outro dos principais destinos da emigração santomense. Este fluxo apenas se origina em 1975, incentivado pela ligação entre o governo gabonês e os membros do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe que aí permaneceram até à independência em Julho de 1975. Mas foi sobretudo o comércio informal que atraiu a população dos santomenses.

“Do Gabão traziam principalmente açúcar, arroz, sabão, cerveja, peças de vestuário (em especial as interiores) e tecidos (panos africanos) e levavam essencialmente hortaliças, animais vivos, coco e matabala, um tubérculo da família das batatas.”¹²⁴

Finalmente, em relação à emigração de santomenses para Portugal, esta é anterior à independência de São Tomé e Príncipe.

“Aproveitando a mobilidade proporcionada pelo funcionalismo público e as facilidades criadas a pensar nos quadros coloniais, como as férias gratuitas de noventa dias, os santomenses começaram a tomar contacto mais intenso com a sociedade portuguesa. Para além deste grupo também os tripulantes que pela força da sua profissão aportavam a vários territórios do império.”¹²⁵

Após a independência do país, alguns santomenses foram para Portugal com outros cidadãos portugueses; nalguns casos tratavam-se de indivíduos que tinham servido como empregados domésticos durante o tempo colonial e que quiseram acompanhar as famílias que serviram.

¹²² Ibidem, p. 37

¹²³ Ibidem, p. 38

¹²⁴ Ibidem, p. 40

¹²⁵ Ibidem, p. 101

Por outro lado, também alguns cidadãos santomenses chegaram a Portugal, em consequência do deflagrar da guerra em Angola.

Depois, tanto a reunificação familiar como a chamada de familiares e amigos, contribuiu para este aumento da população santomense. Como veremos mais adiante, no caso das inquiridas neste trabalho, logo após o seu estabelecimento em Portugal, a maioria assumiu como primeira prioridade trazer os filhos para junto de si.

O aumento da emigração santomense para Portugal insere-se no quadro das mudanças que ocorreram nos últimos anos e que atraíram a população santomense: a estabilidade e a paz social, a adesão à Comunidade Europeia que permitiu a obtenção de fundos estruturais para a construção de importantes obras públicas e para desenvolvimento das unidades empresariais.

Também a necessidade de mão-de-obra gerada em sectores como a construção civil, os serviços de limpeza e o trabalho doméstico favoreceram a mobilização de mão-de-obra estrangeira. Resta referir as medidas sociais de apoio e protecção como a segurança e a assistência social e as melhorias verificadas nas pensões de reforma.

“Todo este conjunto de condições favoráveis dá-se ao mesmo tempo que em São Tomé e Príncipe como nos novos estados nacionais que foram outrora colónias portuguesas, crescem os factores de repulsão. Impondo-se a lógica do conhecido e o funcionamento das redes migratórias, tudo se conjugou, por conseguinte, para que se intensificasse em São Tomé e Príncipe a partir de 1982/1983, a acompanhar a experiência cabo-verdiana e o movimento semelhante nos restantes países dos Cinco [países saídos da CONCP], o ciclo do el dorado português.”¹²⁶

Depois de tomada a decisão de migrar, este projecto efectiva-se através de uma bolsa de estudos, de uma autorização de evacuação médica, através de acordos bilaterais e ainda pela obtenção de vistos de turismo que acabam por traduzir-se em estadias mais ou menos longas ou definitivas. Mas os próprios familiares ou amigos no país receptor podem influenciar no sentido do seu estabelecimento.

De facto, não pode ignorar-se o efeito indirecto da demonstração¹²⁷ devido aos contactos entre os santomenses no país de origem e a comunidade santomense emigrante.

¹²⁶ Ibidem, p. 112

¹²⁷ Ibidem, p. 116

“Os fluxos migratórios são alimentados, geralmente, pela descrição aliciante e faraónica que é feita pelos emigrantes nas cartas que enviam aos familiares, pelo súbito aumento da capacidade de consumo dos familiares dos emigrantes, pela demonstração de bem estar e comodidade que fazem os próprios durante as suas visitas de férias ou estimulada pelo envio de bens pertencentes às pessoas emigradas, em especial automóveis. É o que se verifica com a emigração santomense para Portugal”¹²⁸

Apesar da falta de tradição desta prática de emigrar, o facto é que a comunidade santomense tem vindo a crescer em Portugal, embora como veremos, as razões da vinda para Portugal nem sempre demonstrem que se está perante um projecto migratório conscientemente assumido.

Esta circunstância pode ser exemplificada com o facto de, apenas em 1997, se constituir efectivamente em Portugal uma Associação da comunidade de São Tomé e Príncipe.¹²⁹ É bem possível que a inexistência de uma cultura de emigração e a consideração objectiva de que existe uma comunidade santomense, ainda que comparativamente menor que outras, fora de São Tomé e Príncipe dificultem, em certa medida o exercício da cidadania.

Esta circunstância poderá provocar um certo alheamento de questões frequentemente suscitadas entre comunidade emigrantes como a reivindicação de direitos, a luta contra desigualdades, a mobilização colectiva no sentido de alcançar o bem-estar e a qualidade de vida para a comunidade.

2.4.1 A imigração santomense em Portugal

Nesta breve caracterização da população santomense residente procuraremos salientar os aspectos que nos parecem mais relevantes para o propósito deste trabalho como sejam a evolução do número de residentes santomenses em Portugal, os principais distritos de fixação, o peso da população feminina no total dos santomenses residentes e ainda as suas ocupações profissionais.

a) Evolução e fixação da população santomense residente

A visibilidade de uma população santomense residente em Portugal é relativamente tardia em comparação com a população residente de outros PALOP.

¹²⁸Ibidem, p. 116

¹²⁹ Ibidem

QUADRO N.º 1 -EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE DOS PALOP SEGUNDO O PAÍS DE ORIGEM

Evolução da população residente dos PALOP segundo o país de origem

0
 10. 000
 20. 000
 30. 000
 40. 000
 50. 000
 60. 000
 1980
 1982
 1984
 1986
 1988
 1990
 1992
 1994
 1996
 1998
 2000
 2002
 2004

Ango la

Ca bo -ve rde

Guiné-Bis s au

Mo çam bique

São To mé e P ríncipe

FONTE: SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Em 1980, a população residente de São Tomé e Príncipe apresentava valores bastante baixos se comparados, por exemplo, com os da população residente de Cabo-verde e que eram inferiores ao da população angolana, mas ligeiramente superiores aos de Moçambique e aos da Guiné-bissau. Só no ano de 1983, é que a população residente destes dois países supera a população residente de São Tomé e Príncipe, circunstância que se mantém até 1999. Neste ano, porém, a população residente de São Tomé e Príncipe (4809) ultrapassa o número dos residentes de Moçambique (4502). Esta tendência mantém-se: em 2001, a população residente de São Tomé e Príncipe é de 6304, ao passo que a de Moçambique é de 4726. Em 2004, os dados existentes¹³⁰ apontam para 7928 indivíduos residentes de São Tomé e Príncipe e 5010 de Moçambique.

A população residente de São Tomé e Príncipe, foi aumentando mais ou menos todos os anos das últimas décadas, como se pode ver no quadro que se segue.

QUADRO N.º 2 -EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE DESDE 1980

Evolução da população residente de São Tomé e Príncipe

7 1 57 2 38 5 81 1 3 1
 1 2 7 9
 1 4 2 3
 1 5 6 3
 1 6 2 5
 1 7 3 0
 1 8 7 3
 2 0 3 4
 2 1 8 32 5 4 52 9 1 13 7 8 24 0 8 2
 4 2 3 4

4 3 0 4
4 3 8 84 8 0 95 4 3 76 3 0 46 9 6 87 3 1 37 9 2 8
0
2. 0 0 0
4. 0 0 0
6. 0 0 0
8. 0 0 0
10. 0 0 0
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004

Po p u l a ç ã o r e s i d e n t e d e S ã o T o m é e P r í n c i p e

FONTE: SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

130 dados provisórios do SEF – Serviços de Estrangeiros e Fronteiras

74

Os anos de 1994 e de 2001 foram os que registaram um crescimento mais significativo. Nestas datas verificou-se um acréscimo de mais de 850 indivíduos em relação ao ano anterior. Por sua vez, nos anos de 1987 e 1997 registam-se os valores mais baixos, no que diz respeito ao ritmo de crescimento. Nestes dois anos, a população residente aumentou para menos de 100 indivíduos.

No que diz respeito às zonas de fixação, é sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa que se concentra a maioria da população residente de São Tomé e Príncipe.

QUADRO N.º 3 -EVOLUÇÃO DO NÚMERO DA POPULAÇÃO RESIDENTE DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NOS PRINCIPAIS DISTRITOS DE FIXAÇÃO DESDE 1981

Evolução do número da população residente de São Tomé e Príncipe nos principais distritos de fixação

0
1.000
2.000
3.000
4.000
5.000
6.000
1981 1986 1991 1996 2001 2004
Lisboa
Porto
Setúbal
Coimbra

Fonte: FONTE: SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Lisboa e Setúbal aparecem como as zonas de fixação desta população no início da década de 80, circunstância que se mantém até ao presente. Porto e Coimbra, embora muito aquém dos outros distritos referidos, registam também a presença de residentes de São Tomé e Príncipe. Inicialmente, o distrito do Porto registava um valor superior ao de Coimbra, mas, a partir de meados da década de 90, Coimbra vem superar o distrito do Porto. Em 2001, esta tendência mantém-se.

QUADRO N.º 4 -POPULAÇÃO RESIDENTE DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NOS PRINCIPAIS DISTRITOS DE

FIXAÇÃO EM 2001

População residente de São Tomé e Príncipe nos principais distritos de fixação -2001

4428
109
1328
115
0 1000 2000 3000 4000 5000

Lisboa
Porto
Setúbal
Coimbra
População
residente de
São Tomé e
Príncipe

Fonte: FONTE: SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Neste ano, a preponderância do distrito de Lisboa é notória, sendo que aí residem 4428 indivíduos de São Tomé e Príncipe, ao que se segue o distrito de Setúbal com 1328 pessoas. Os valores dos distritos de Coimbra (115 residentes) e do Porto (109 residentes) são, como pode verificar-se, bastante próximos.

Em 2004, de acordo com os dados disponíveis 131, o número de residentes de São Tomé e Príncipe aumenta em cada um dos distritos considerados.

QUADRO N.º 5 -POPULAÇÃO RESIDENTE DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NOS PRINCIPAIS DISTRITOS DE FIXAÇÃO EM 2004

População residente de São Tomé e Príncipe nos principais distritos de fixação - 2004

5364
131
1921
126
0 1000 2000 3000 4000 5000 6000

Lisboa
Porto
Setúbal
Coimbra
População
residente de
São Tomé e
Príncipe

Fonte: FONTE: SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Lisboa e Setúbal mantêm-se como os principais locais de fixação desta população respectivamente com 5364 e 1921 indivíduos de São Tomé e Príncipe. No entanto, neste

131 dados provisórios do SEF- Serviços de Estrangeiros e Fronteiras

ano, os dados disponíveis¹³² apontam para o aumento da população santomense no distrito do Porto em relação a esta população no distrito de Coimbra, diversamente do que sucedera no ano de 2001.

Em Lisboa, estes imigrantes concentram-se em espaços periféricos urbanos muito degradados como Santo António dos Cavaleiros, Quinta do Mocho (Loures), Charneca do Lumiar. No distrito de Setúbal os núcleos mais importantes são, na Costa da Caparica, em Santa Marta de Corroios, no concelho do Seixal, nomeadamente em Vale de Chicharos – conhecido por “Jamaica”, no Fogueteiro e ainda no Barreiro. ¹³³

No que concerne à proporção de cada um dos sexos no total da população residente de São Tomé e Príncipe podemos afirmar que, ao longo dos anos se foi verificando uma aproximação da proporção de homens e de mulheres.

Em 1991, sendo a população santomense residente de 2183 indivíduos, 1062 eram mulheres. Comparando com os outros PALOP, a proporção de mulheres santomenses, no total de população santomense residente, é significativa.

QUADRO N.º 6 -PROPORÇÃO DE HOMENS E MULHERES RESIDENTES SEGUNDO A NACIONALIDADE DOS PALOP EM 1991

Poporção de homens e mulheres segundo a nacionalidade 1991

3292

11236

1271

1434

1062

0 5.000 10.000 15.000 20.000

A

CV

G

M

STP

Mulheres

Homens

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Embora com pouca expressividade em termos absolutos, a proporção das mulheres santomenses na população santomense residente é significativa. Esta relação é apenas superada pela população angolana residente. Neste caso, a proporção de mulheres

¹³² dados provisórios do SEF- Serviços de Estrangeiros e Fronteiras

¹³³ JANUS, 2001, Anuário das Relações Exteriores, Público & Universidade Autónoma de Lisboa, p. 173

angolanas residentes, ultrapassa a dos homens: de entre os 5738 indivíduos que constituem esta população residente, 3292 são mulheres.

QUADRO N.º 7 -PROPORÇÃO DE HOMENS E MULHERES RESIDENTES SEGUNDO A NACIONALIDADE DOS

PALOP EM 2001

Poporção de homens e mulheres residentes dos PALOP segundo nacionalidade - 2001

9858
21299
5344
2153
3201
0 5.000 10.000 15.000 20.000 25.000 30.000

A

CV

G

M

STP

Mulheres

Homens

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

A população santomense é a única que, de entre os PALOP, tem uma proporção de mulheres superior à dos homens.

Em 2001 residem em Portugal 6304 santomenses, de entre os quais, 3201, mais de 50% são mulheres. É a única nacionalidade dos PALOP, entre a população residente, em que se verifica esta situação.

Em 2004, a população santomense é a que continua a ter esta característica: o número de mulheres santomenses residentes é superior ao número de homens santomenses residentes.

QUADRO N.º 8 -PROPORÇÃO DE HOMENS E MULHERES RESIDENTES SEGUNDO A NACIONALIDADE DOS

PALOP EM 2004

Porporção de homens e de mulheres no total da população residente dos PALOP por nacionalidade em 2004

12105

24494

7004

4128

2340

0 5.000 10.000 15.000 20.000 25.000 30.000 35.000

A

CV

GB

M

STP

Mulheres

Homens

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Em 2004 os dados disponíveis apontam para o facto de entre os 7928 indivíduos, 4128 eram mulheres, portanto, mais de 50% desta população. Este aspecto é particularmente interessante porque, embora a população santomense residente em Portugal, seja uma das menos significativas, em termos absolutos e quando comparada com os outros PALOP, ela tem este aspecto distintivo que é a preponderância da população feminina.

b) Ocupações profissionais

O Recenseamento Geral da População de 1991 revelava que a população santomense residente activa¹³⁴ e inactiva¹³⁵ santomense, tendo em conta o sexo, se encontrava distribuída do seguinte modo:

¹³⁴ “Conjunto de indivíduos com idade mínima especificada que, no período de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).” www.ine.pt “conceitos estatísticos” 15 de Janeiro de 2006

¹³⁵ “Conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade que, no período de referência não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estão empregados nem desempregados, nem a cumprir

o serviço militar obrigatório.” www.ine.pt “conceitos estatísticos” 15 de Janeiro de 2006

79

QUADRO N.º9 -DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTES SANTOMENSE SEGUNDO POPULAÇÃO ACTIVA E INACTIVA (1991)

Total Homens Mulheres
População activa 1376 754 622
População inactiva 631 173 458

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (dados não publicados)

Com base nos dados do quadro anterior, podemos, desde logo, salientar a discrepância, do peso de cada um dos sexos no total da população activa e inactiva: a população masculina é superior à feminina no total da população activa, mas inferior no que concerne à população inactiva.

A preponderância das mulheres na população inactiva sugere a presença de jovens e idosos que já não podem ser incluídos no grupo da população activa.

Vejamos seguidamente quais as profissões/ocupações em que esta população se encontra, comparativamente, mais concentrada. Para esta análise elegemos as cinco profissões que mais se evidenciaram no recenseamento de 1991 e no recenseamento de 2001 sendo que sobre este, nos debruçaremos mais adiante.

No quadro abaixo (nº10), apresentam-se as cinco profissões/ocupações em que a população residente santomense em Portugal se concentrava aquando do XIII Recenseamento Geral da População de 1991.

QUADRO N.º 10 -DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE SANTOMENSE PELAS CINCO PRINCIPAIS PROFISSÕES/OCUPAÇÕES (1991)

Profissões Total
1 Estudantes 310
2 Empregados domésticos e outro pessoal de limpeza 191
3 Trabalhadores da construção civil de tosco 145
4 Desempregados 123
5 Trabalhadores não-qualificados da indústria extractiva e construção civil 93

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (dados não publicados)

Os dados do Instituto Nacional de Estatística relativos ao Censos de 1991 revelam que, entre a população santomense, o grupo dos estudantes é, comparativamente, o mais expressivo. De salientar que, embora fosse o grupo mais significativo, não correspondia

a uma actividade remunerada. É importante destacar que entre estes principais grupos, o dos “Desempregados” apresenta-se como o quarto mais significativo. Se considerarmos as cinco principais profissões/ocupações tendo em conta o sexo, teremos, em relação aos homens santomenses, a seguinte distribuição:

QUADRO N.º 11 -DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SANTOMENSE DO SEXO MASCULINO PELAS CINCO PRINCIPAIS PROFISSÕES/OCUPAÇÕES (1991)

Profissão/Ocupação H T

1 Estudantes 145 310

2 Trabalhadores da construção civil de tosco 141 145

3 Trabalhadores não-qualificados da Indústria extractiva e construção civil 93 93

4 Desempregados 55 123

5 Condutores de veículos a motor 29 29

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (dados não publicados)

Verificamos que, em relação aos homens santomenses, o grupo dos estudantes é aquele onde se concentra mais população. Destacamos que o grupo dos “Desempregados” ocupa o quarto lugar entre as cinco principais profissões/ocupações.

No que diz respeito às mulheres santomenses activas, a sua distribuição pelas cinco principais profissões/ocupações onde se concentram, apresenta-se do seguinte modo:

QUADRO N.º 12 -DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SANTOMENSE DO SEXO FEMININO PELAS CINCO PRINCIPAIS PROFISSÕES/OCUPAÇÕES (1991)

Profissão/Ocupação M T

1º Empregados domésticos e outro pessoal de limpeza 186 191

2º Estudantes 165 310

3º Desempregados 68 123

4º Ecónomos e empregados serviço de restauração 60 71

5º Trabalhadores da ind. têxtil e vestuário 16 18

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (dados não publicados)

Observamos que a principal profissão/ocupação onde se concentra a população feminina é a dos “Empregados domésticos e outro pessoal de limpeza”. Destacamos também a posição dos “Desempregados”, neste caso, o terceiro grupo mais significativo da distribuição da população feminina pelas cinco principais ocupações/profissões.

Ao compararmos a distribuição dos homens santomenses residentes com a das mulheres santomenses residentes podemos salientar alguns aspectos. Em primeiro lugar, que há diferenças quanto às profissões/ocupações principais pelas quais se encontram distribuídos os homens e as mulheres residentes santomenses activos, respectivamente os “Estudantes” e os “Empregados domésticos e outro pessoal de limpeza”. Esta diferença é realçada se considerarmos que as mulheres, ao contrário dos homens, estão concentradas primeiramente numa actividade remunerada.

Em segundo lugar, comparando individualmente a população masculina e feminina com a população total, podemos concluir que a distribuição da população masculina é mais próxima da distribuição da população total do que a distribuição da população feminina. Tanto na população total como na população masculina a profissão/ocupação onde se concentram ambas as populações é a dos “Estudantes”. É de referir, no entanto, que o grupo dos “Estudantes” é bastante significativo também para a população feminina, ainda que, como vimos, não ocupe o primeiro lugar na sua distribuição pelas cinco principais ocupações/profissões onde se concentram.

Também o grupo dos “Desempregados” ocupa a mesma posição quer na distribuição da população total, quer na distribuição da população masculina. Em relação ao grupo dos “Desempregados”, e este é um terceiro aspecto, podemos observar que o grupo dos “Desempregados” é mais expressivo na população feminina do que na população masculina. Entre os homens santomenses residentes, os desempregados ocupam a quarta posição, ao passo que, relativamente às mulheres santomenses residentes, esse grupo tem um maior peso, sendo o terceiro grupo mais significativo entre os cinco principais onde aquelas se concentram.

Em suma, podemos concluir, com base nos dados de 1991 que existem algumas diferenças entre os sexos em relação às principais profissões/ocupações onde se concentram: que a população masculina têm um maior peso na população activa do que a população feminina e que a sua distribuição se apresenta mais próxima da distribuição do total da população, mas que, diferentemente, é a população feminina que se concentra primeiramente numa actividade remunerada. Ainda assim, é entre esta população que o desemprego é mais significativo.

Atentemos, agora, aos dados relativos à população santomense activa, nos Censos de 2001. Neste recenseamento, a população residente santomense distribuía-se do seguinte modo:

QUADRO N.º 13 -DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE SANTOMENSE SEGUNDO POPULAÇÃO ACTIVA E INACTIVA (2001)

Total Homens Mulheres
População activa 6019 2873 3146
População inactiva 2498 1046 1452

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (dados não publicados)

No quadro acima, podemos observar, desde logo, que o número das mulheres santomenses, não só é superior aos homens no caso da população inactiva, como supera a população masculina activa.

No que diz respeito às principais profissões/ocupações onde se concentra a população santomense residente, a distribuição desta apresenta-se da seguinte forma:

QUADRO N.º 14 -DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE SANTOMENSE PELAS CINCO PRINCIPAIS PROFISSÕES/OCUPAÇÕES (2001)

Profissão/Ocupação T
1º Pessoal de limpeza, lavadeiras, engomadores de roupa e trabalhadores similares 1313
2º Estudantes 948
3º Trabalhadores da Construção Civil e Obras Públicas 677
4º Desempregados 544
5º Ecónomos e empregados serviço de restauração 383

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (dados não publicados)

Os censos de 2001 revelam como ocupação/profissão mais significativa do total da população santomense a de “Pessoal de limpeza, lavadeiras, engomadores de roupa e trabalhadores similares.” O grupo dos “Desempregados” aparece como o quarto grupo mais significativo.

Ao compararmos os dados do Recenseamento de 2001 com os de 1991, relativos ao total da população santomense, vemos que se verifica uma alteração em relação ao grupo mais relevante, onde se concentra a população santomense residente: a profissão/ocupação dos “Estudantes” dá lugar, em 2001, à profissão/ocupação “Pessoal de limpeza, engomadores de roupa e similares” passando-se de uma actividade não remunerada a uma actividade remunerada. Ainda assim os “Estudantes” continuam a ter uma importância comparativa. Em relação ao grupo dos desempregados, não se verificam diferenças entre os dois recenseamentos.

Se considerarmos o mesmo tipo de informação, mas por sexo, o resultado dos Censos de 2001, no que diz respeito à população masculina santomense, apresenta-se da seguinte forma:

QUADRO N.º15 -DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SANTOMENSE DO SEXO MASCULINO PELAS CINCO PRINCIPAIS PROFISSÕES/OCUPAÇÕES (2001)

Profissão/Ocupação H T

1º Trabalhadores da construção civil e obras públicas 675 677

2º Estudantes 462 948

3º Trabalhadores não-qualificados das minas e da construção civil 219 290

4º Desempregados 213 544

5º Condutores de veículos a motor 112 113

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (dados não publicados)

A profissão/ocupação “Trabalhadores da construção civil e obras públicas” aparece como a mais significativa, sendo que os Estudantes, o grupo mais significativo em 1991, aparece logo em seguida. A população masculina aparece concentrada numa actividade remunerada.

Quanto à população feminina santomense activa, as cinco profissões/ocupações principais onde se concentra são as seguintes:

QUADRO N.º16 -DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SANTOMENSE DO SEXO FEMININO PELAS CINCO PRINCIPAIS PROFISSÕES/OCUPAÇÕES (2001)

Profissão/Ocupação M T

1º Pessoal de limpeza, lavadeiras, engomadores de roupa e similares 1294 1313

2º Estudantes 486 948

3º Ecónomos e pessoal do serviço de restauração 346 383

4º Desempregados 331 544

5º Trabalhadores não-qualificados das minas e da construção civil 71 290

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (dados não publicados)

A principal profissão/ocupação onde aparece primeiramente concentrada a população feminina é a de “Pessoal de limpeza, lavadeiras, engomadores de roupa e similares”, tal como em 1991. A maior diferença é a da diminuição do peso do grupo dos

“Desempregados”, do terceiro para o quarto grupo mais significativo do conjunto das cinco principais profissões/ocupações para a população feminina.

Se comparamos agora a distribuição da população feminina e da população masculina, em 2001, pelas principais ocupações/profissões, encontramos, desde logo, alguns aspectos convergentes.

Em primeiro lugar, diferentemente do que sucedera em 1991, em ambos os casos, a população aparece concentrada primeiramente numa actividade remunerada, imediatamente seguida do grupo dos estudantes. Em segundo lugar, o grupo dos “Desempregados” encontra-se na mesma posição em ambas as populações.

No que diz respeito ao total da população e à sua distribuição salientamos dois aspectos.

Um primeiro aspecto é o de que, nesta década, se evoluiu no sentido da afirmação da concentração da população santomense, primeiramente, numa actividade remunerada, diversamente do que se verificara em 1991.

Um segundo aspecto é que, na relação com a população santomense total, ao longo destes anos, a população feminina foi assumindo um maior peso no total da população activa, de tal forma que a própria distribuição da população total evoluiu no sentido de uma maior configuração com a distribuição da população residente santomense activa do sexo feminino, diferentemente do que se verificara em 1991, em que essa configuração era muito mais próxima da distribuição da população masculina.

Esta evolução caracterizada pelo aumento do peso da população residente santomense feminina e pela preponderância da população com uma ocupação remunerada permitenos tirar duas conclusões importantes.

Em primeiro lugar, que a população residente santomense, tanto masculina como feminina, vem participando no mercado de trabalho, assim o demonstra a concentração primeiramente numa actividade remunerada, o que leva a crer que outros motivos (económicos, de trabalho) que não os estudos possam estar na origem, em muitos casos, da fixação e permanência da população santomense em Portugal.

Naturalmente muitos dos que eram estudantes se encontram agora no mercado de trabalho, mas não podemos ignorar que também a população santomense residente em Portugal foi crescendo ao longo destes anos.

Em segundo lugar, que essa população residente santomense, que participa no mercado de trabalho é maioritariamente feminina. Em relação a este aspecto, não podemos ignorar que, em 2001, a população feminina total superou a população masculina, mas nos censos de 1991, diferentemente do que se passava com a população masculina, as

mulheres, como vimos, apareciam já concentradas primeiramente numa actividade remunerada.

Ao longo destes anos, em paralelo com a evolução no sentido de uma maior participação da população residente santomense no mercado de trabalho, verificou-se, como fizemos referência, o aumento do peso da população feminina total entre a população activa. E consequentemente, podemos associar a afirmação do peso e preponderância da população feminina no total da população activa a razões de fixação e permanência de relacionadas com um âmbito económico e de trabalho.

Esta circunstância permite-nos desde logo, concluir que o sentido da evolução da população feminina foi-se destacando e afirmando nesta década para vir a determinar o sentido da evolução da população total. Em suma, podemos dizer a respeito da comunidade santomense residente em Portugal que, não só é uma população maioritariamente feminina, ao contrário do que sucede com outras comunidades dos PALOP, mas que participa efectivamente como força de trabalho no mercado de trabalho português.

III. MIGRAÇÃO FEMININA - PERSPECTIVAS E CONCEITOS –

87

3.1 Estudo da Migração feminina

Uma das características dos movimentos migratórios na actualidade é, entre outros aspectos, a sua feminização.

“Temporary and permanent movements are globalizing, accelerating, diversifying and feminizing.”¹³⁶

Ou seja, a proporção das mulheres no total da população migrante tem aumentado ao longo das últimas décadas e em todas as regiões do globo.

Apesar deste aumento e da crescente visibilidade, alguns autores consideram que o estudo das experiências das mulheres como migrantes no país receptor permanece incompleto.

Eleanor Kofman et al¹³⁷, referem que, “Despite the increasing presence of migrant women in Europe and recognition of feminization of migration, mainstream literature on migration has continued to ignore their presence.”¹³⁸

Françoise Gaspard¹³⁹, por seu lado refere «The long silence about the presence of foreign women in European host countries and the particular processes of female immigration.»¹⁴⁰ quer em termos políticos, quer em termos académicos.

Patrícia R. Pessar e Sarah J. Mahler¹⁴¹, vêm corroborar estas afirmações:

“Despite Ravenstein’s early observation, most twentieth century research up through the early 1970s focused almost exclusively on male migrants, while women were presumed to play passive roles as companions.”¹⁴²

Hania Zlotnik¹⁴³, por seu lado, vem acrescentar que negligenciar o estudo da mulher migrante, enviesa o próprio estudo das migrações internacionais.

¹³⁶ KOFMAN, Eleanor et al, “Gender and International Migration in Europe – Employment, welfare and politics”, Routledge, London and New York, 2000, p. 3

¹³⁷ KOFMAN, Eleanore, et al, op. cit.

¹³⁸ Ibidem.. p. 3

¹³⁹ GASPARD, Françoise, “Invisible, Demonised and Instrumentalised – Female migrants and their daughters in

Europe”, *Shifting Bonds, Shifting Bounds – Women Mobility and Citizenship in Europe*, Ferreira, Virgínia et al, (ed.) , Celta, 1998 ”

¹⁴⁰ GASPARD, Françoise, op. cit. p. 126

¹⁴¹ PESSAR, Patrícia R., MAHLER, Sarah J., “Transnational Migration: Bringing Gender in” ,

International Migration Review, Center for Migration Studies of New York, New York, 2003¹⁴² PESSAR, Patrícia R., MAHLER, Sarah J., op. cit. , p.814

¹⁴³ ZLOTNIK, Hania, “The South-to-North Migration”, *International Migration Review*, n.º 109, vol. 29, Center for Migration Studies, 1995, p. 230

Estes autores apresentam diversas razões para o facto de as experiências das mulheres migrantes não serem ainda suficientemente estudadas, apesar de as mulheres terem sido participantes nos processos migratórios.

“The spatial movement of population has always involved, to a greater or lesser extent, the participation of women. Movement from one nation-state to another has not been the exception.”¹⁴⁴

É importante referir, no entanto, que, na realidade, mulheres e migração são duas temáticas que, há muito, aparecem interligadas. A migração masculina, teve fortes repercussões na vida das mulheres que eram esposas e mães e que viam os seus maridos ou filhos partir.

Por exemplo, a emigração leva a que as mulheres que ficam assumam as responsabilidades que antes recaíam sobre o casal ou unicamente sobre o homem e que vão além do seu domínio tradicional.¹⁴⁵

As mulheres vêm-se sozinhas com a responsabilidade de criar e educar os seus filhos, com a necessidade de desempenharem alguns dos trabalhos masculinos, sobretudo quando se trata do ambiente rural e periodicamente, a procurar uma actividade assalariada para ganhar um pouco mais, porque as remessas enviadas pelo marido são muitas vezes irregulares e insuficientes.¹⁴⁶

No entanto, a experiência das mulheres como migrantes, começou a ganhar visibilidade a partir dos anos 80, depois do aumento exponencial das mulheres que migravam no quadro do reagrupamento familiar, embora as mulheres migrantes tivessem sido participantes do mercado de trabalho dos países receptores, antes desse período. Este interesse tardio em relação a experiência das mulheres migrantes deveu-se, por um lado, ao modelo migratório dominante na literatura sobre migrações e, por outro, à teoria das migrações internacionais. O modelo migratório, extraído da experiência migratória europeia do pós-II Grande Guerra Mundial assentava na visão do migrante como homo economicus, frequentemente a visão dos governos dos Estados receptores, o que impedia que outras dimensões da vida do migrante fossem consideradas. A teoria das migrações internacionais, com as suas diversas perspectivas, também opostas, mostrou-se por vezes insuficiente para captar a realidade da migração feminina.

¹⁴⁴ ZLOTNIK, Hania, *op. cit.*, p.229

¹⁴⁵ WALL, Karin, “A outra face da migração: Estudo sobre a situação das mulheres que ficam no país de origem”, *Cadernos Condição Feminina, Comissão da Condição Feminina*, 1992, p.35 - 36

¹⁴⁶ *Ibidem*

89

Ainda assim, emergiram alguns conceitos que se tornam essenciais para compreender a experiência da mulher migrante, bem como trabalhos relevantes que permitem lançar pistas sobre o caminho a seguir.

3.2 Um modelo migratório dominante

Uma das razões primeiramente apontadas para uma tão prolongada negligência do estudo das mulheres migrantes é o facto de a própria conceptualização das migrações internacionais ter sido ser retirada de um modelo de migração essencialmente laboral e centrado no homem e em que a mulher era vista como inactiva e dependente daquele.

“Migrants were assumed to be single men in search of employment, although throughout the labour migration period women both migrated and participated in economy.”¹⁴⁷

Nas migrações internacionais, o migrante era o homem aventureiro que partia à procura de novas e melhores oportunidades numa outra região ou país e ao qual se juntava mais tarde a mulher e os filhos ou então que retornava a casa dando mostras de sucesso no seu projecto migratório.

Este modelo de migração é baseado na migração que se deu para os estados europeus, nomeadamente para o Norte da Europa, que permaneceu após a Segunda Grande Guerra Mundial até ao início da década de setenta e que compreendeu três fases. A primeira fase foi a da migração de homens jovens¹⁴⁸ e só; seguiu-se uma segunda fase de um fluxo migratório composto por uma grande proporção de homens mais velhos e casados; finalmente, numa terceira fase, após o fechamento das fronteiras no início dos anos 70, muitos desses homens trazem as suas mulheres e os seus filhos para junto de si, dando-se assim a reunificação familiar.

Este padrão migratório não perdeu a sua importância e, por isso, continuou a determinar

o estudo das migrações internacionais. A redução das migrações internacionais a este padrão trouxe consequências para o modo como as mulheres migrantes eram encaradas: por um lado, que as mulheres não participam nos processos migratórios como mão-deobra, por outro, que as mulheres migram apenas no quadro da reunificação familiar, sendo que apenas seguem os homens no seu percurso migratório, o que reforça a ideia das mulheres como passivas e dependentes daqueles.

¹⁴⁷ KOFMAN, Eleanor et al, op. cit., p. 13

¹⁴⁸ Os jovens têm uma maior predisposição para migrar do que os mais velhos, dado o seu maior espírito aventureiro e as suas menores responsabilidades, nomeadamente responsabilidades familiares.

Naturalmente que durante o período da migração laboral em massa, a mão-de-obra recrutada correspondia às necessidades de sectores-chave da reconstrução europeia e do desenvolvimento económico, como sejam as indústrias transformadoras e da construção, para os quais a mão-de-obra masculina parecia mais adequada.

Não pode, no entanto, também descurar-se a presença das mulheres nesta migração laboral. Com efeito, na Europa do pós-guerra verificou-se a procura de mão-de-obra por parte de determinados sectores tradicionalmente considerados femininos como a enfermagem, o trabalho doméstico, o ensino, etc.

Nos anos 60 e 70, as mulheres assumiam um número bastante expressivo na migração portuguesa, espanhola e jugoslava para França. Verificava-se também um número significativo de mulheres caribenhas que partiam, independentes, à procura de emprego para Inglaterra, bem como de mulheres irlandesas para esse destino e que ultrapassaram mesmo o número de homens emigrantes.

Nestas décadas, as taxas de actividade das mulheres estrangeiras eram mais elevadas que as das nacionais da maioria dos Estados receptores, com excepção da França em que a taxa de actividade das nacionais era já elevada.

E, mesmo na fase anterior à reconstrução económica e ao período da migração laboral em massa, verificaram-se exemplos de uma migração maioritariamente feminina. É o caso da emigração irlandesa, que referimos, que tinha como destino a Grã-Bretanha e que começou a assumir-se logo a partir de meados do século XIX. Outro exemplo diz respeito à presença das mulheres nas migrações transatlânticas e que se tornaram maioritárias nas correntes migratórias para os Estados Unidos a partir de 1930.

Em relação à forte presença das mulheres na migração familiar, não pode efectivamente ignorar-se que, quando no início da década de 70, diversos Estados europeus receptores fecharam as suas fronteiras à imigração laboral, a migração de carácter familiar aumentou grandemente e o número das mulheres que entrou na Europa, nesse contexto, foi bastante significativo. Foi por isso que a migração feminina ficou fortemente associada e dependente da migração familiar. Tal como a migração de trabalho foi considerada masculina na sua composição, a reunificação familiar foi considerada como maioritariamente feminina.¹⁴⁹

A associação das mulheres migrantes à migração de natureza familiar e a uma situação de dependência em relação ao homem migrante é menos uma escolha das mesmas do

¹⁴⁹ Evidências recentes de muitos países revelam uma masculinização da reunificação familiar. O corolário é que as mulheres são agora, em grande medida, agentes da reunião familiar, com os homens como dependentes importados.

que a conjugação de diversos factores que continuam a empurrar as mulheres migrantes para determinados espaços e realidades. Esses mesmos factores contribuíram para obscurecer a visibilidade das mulheres migrantes, numa altura em que a migração familiar lhe reconheceu a importância estatística. Foram as condições dos países receptores que contribuíram principalmente para que as mulheres migrantes e as suas experiências fossem parcial ou quase totalmente ignoradas.

Em primeiro lugar, a sua entrada no país receptor era um direito que obtinham, mas como derivando do direito à reunificação familiar, ou seja, por serem esposas ou filhas dos trabalhadores migrantes.

Em segundo lugar, as mulheres migrantes não tinham direito a trabalhar na maioria dos estados europeus nos anos iniciais após a sua entrada. Mesmo que algumas trabalhassem no seu país de origem e que desejassem trabalhar no país receptor, as alternativas residiam ou na vida doméstica ou no sector informal da economia, com o subsequente défice de direitos e de oportunidades.

Em terceiro lugar, uma das condições que determinava a regularização nos Estados receptores era frequentemente o emprego estável, circunstância baseada num modelo de trabalho masculino. Diferentemente, as mulheres inserem-se, como vimos, em sectores da economia considerados informais, como o trabalho doméstico, limpezas, venda ambulante e que se caracterizam por uma certa precariedade, dificultando-se assim a sua regularização e contribui para a sua relativa invisibilidade.

A visão do migrante apenas como homo economicus levou a que fosse dado um maior enfoque à migração laboral, sendo que o homem migrante era reconhecido por trabalhador migrante.

Finalmente, as condições de reunificação familiar estabelecidas pelos Estados receptores traduziam-se na necessidade de conformidade a um modelo de família tradicional, constituída pelo casamento, em que o homem aparecia como “chefe de família” e a esposa e os filhos como únicos dependentes. Tratava-se de uma noção de família baseada no tipo de família nuclear, o que excluía outros modos de coabitação, como os existentes nos países de origem destas populações.

Françoise Gaspard, refere ainda um outro aspecto que está na base dos poucos estudos relativos à mulher migrante e que é o facto de, em relação aos homens, a sua entrada e permanência na sociedade receptora ser comparativamente pacífica.

“The arrival of foreign women did not cause much concern. The collective fear was of single male workers, who were a threat to “our” wives and “our” daughters. The arrival of a wife

was, therefore, a way of “stabilising” them. Moreover, the wives do not disturb public order. They do not appear in crime statistics, or at least, very rarely.”150

Ao contrário dos homens, elas não prejudicam a ordem pública e normalmente não aparecem nas estatísticas de crime, pelo que não chamam a atenção da sociedade e dos governantes e, aparentemente, não apresentam problemas de integração. A crescente visibilidade e participação das mulheres migrantes no mercado de trabalho, a migração feminina fora do quadro da reunificação familiar e a importância que vem sendo reconhecida à economia informal vêm, por um lado, destronar uma visão da mulher migrante como dependente, por outro dissociar o migrante da sua situação laboral, principalmente do trabalho estável e regular.

3.3 Teoria das migrações internacionais

As perspectivas que, tradicionalmente, têm procurado explicar as migrações internacionais têm-se, grosso modo, polarizado em perspectivas de análise micro ou funcionalistas e perspectivas de análise macro ou estruturalistas.

A perspectiva funcionalista, por exemplo, na linha das teorias neo-clássicas, procura explicar o fenómeno migratório centrando-se no indivíduo. A decisão de migrar do indivíduo é tomada de um modo racional: o indivíduo pesa os custos e benefícios da migração e migra para o destino que considera poder trazer-lhe maior benefício económico.

A decisão de migrar é movida pelo desejo do indivíduo de melhorar as suas condições de vida e é uma resposta às desigualdades reais ou percebidas na distribuição das oportunidades económicas. Um dos índices pelo qual o indivíduo mede racionalmente os custos e benefícios da migração é a diferença salarial.

De acordo com este modelo, a força de trabalho move-se à procura de salários elevados a partir de áreas onde se verifica a escassez de capital e a abundância de mão-de-obra para áreas onde se verifica a abundância de capital e a escassez de mão-de-obra ou das áreas rurais para as urbanas ou dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos.

Os teóricos que se situam nesta linha de pensamento consideram a migração como benéfica, porque ela permite equilibrar e aproximar os níveis de desenvolvimento das áreas de partida das áreas de destino.

150 GASPARD, Françoise, op. cit., p. 130

Defendem que a competição entre os migrantes na região de destino conduz à diminuição dos salários, que as remessas promovem o desenvolvimento do país e que o retorno dos migrantes é uma mais-valia para o país de origem, uma vez que, no país de destino, tinham sido capazes de adquirir novas competências de que o país de origem pode usufruir.

O resultado seria o do crescimento económico da região de origem, a eliminação das desigualdades espaciais e da diferença salarial que estão na causa da migração.

A perspectiva estruturalista, por seu lado incide num nível de análise macro e tem em conta os contextos estruturais da sociedade de origem. Considera que as causas da migração são as desigualdades socio-espaciais para as quais a migração surge como alternativa.

Ao invés da anterior, a perspectiva estruturalista considera que a migração vem aumentar as diferenças e os níveis de desenvolvimento entre o país de origem e o de destino. A perda do capital humano no país de origem, aumenta aí as desigualdades e perpetua o subdesenvolvimento.

É nesta linha que se insere a teoria neo-marxista da dependência, que explica as migrações, no quadro de uma desigual distribuição de poder político e económico em que assenta o capitalismo.

A migração é a mão-de-obra barata dos países pobres que serve os interesses do capital nos países ricos e contribui ainda mais para o seu subdesenvolvimento sendo, por isso, uma forma de exploração dos países pobres pelos países ricos. Segundo esta perspectiva, os migrantes, na verdade, são forçados a migrar, tornando-se assim vítimas do sistema capitalista. Deste modo, os trabalhadores migrantes não são verdadeiramente livres na sua escolha, como na anterior perspectiva, mas estão condicionados pelas desigualdades de poder político e económico em que assenta o capitalismo.

Ambas as perspectivas, embora opostas, possuem legitimidade. Se por um lado, o indivíduo tem poder de decisão e alguma autonomia, por outro, não pode ignorar-se que

o contexto estrutural em que se insere vai frequentemente influir nas suas decisões. Por outras palavras, se por um lado, as estruturas sociais, económicas e culturais influem significativamente nas migrações internacionais, não pode ignorar-se que o próprio indivíduo tem uma acção e é distinto de outros sujeitos às mesmas estruturas.

Assim as perspectivas que procuram explicar as migrações internacionais não se reduzem (nem podem) a uma explicação meramente estrutural ou exclusivamente funcionalista.

Por isso, uma perspectiva específica das migrações internacionais tem de ser capaz de interligar estes dois elementos – acção e estrutura – que não podem ser dissociados se pretendemos captar as causas, a dinâmica e as consequências observáveis de um determinado movimento migratório.

O debate relativo à interligação entre acção e estrutura não é, porém, exclusivo do campo das migrações internacionais, mas noutras ciências sociais, sobretudo na sociologia.

Diversos autores procuram explicar esta relação da acção e da estrutura como aspecto fundamental para compreender a dinâmica social e onde os movimentos migratórios são inseridos.

Anthony Giddens, por exemplo, na sua teoria da estruturação explicita a ligação intrínseca e a interdependência entre acção e estrutura. Para Giddens, as estruturas são regras e recursos que, tanto podem capacitar como constringer a acção humana. Mas, ao mesmo tempo, os agentes sociais fazem uso das regras e dos recursos dessas estruturas para alcançarem os seus objectivos através das suas acções individuais e colectivas que ocorrem no dia-a-dia e que vão ou não reproduzir ou transformar as estruturas. Assim, da mesma forma que os indivíduos recorrem às regras e exploram os recursos das estruturas na acção social quotidiana, assim também essas práticas sociais são reforçadas e sedimentadas a longo prazo nas instituições que constituem o sistema social (estruturas).

3.3.1 Abordagens integradoras

As abordagens integradoras surgem, assim, na tentativa de superar a dicotomia acção – estrutura. Consideram que a migração é, por um lado, fruto de uma decisão individual, por outro, a manifestação de uma sociedade que impõe constrangimentos aos indivíduos.

Estas perspectivas, ao procurarem estabelecer a ligação entre um nível de análise macro e um nível de análise micro, vão especificar um objecto de análise intermédio que possa sintetizar as duas abordagens dicotómicas.

De entre as várias tentativas, as propostas que surgiram como as mais coerentes são as que consideram a família e as redes de migrantes. Considera-se que ambas são objectos empíricos que residem algures entre o indivíduo e a sociedade; tanto a família como as redes sociais são apresentadas como meios que têm em conta, tanto o conjunto de

acções dos decisores individuais, como a estrutura de constrangimento do comportamento pela economia política global ou nacional.¹⁵¹

No que concerne à família, considera-se que a decisão de migrar é parte de uma estratégia do agregado familiar para melhorar as suas condições de vida.

A família era classicamente entendida como homogénea, sendo que os indivíduos do agregado familiar agiam de modo altruísta uns em relação aos outros, tomando, desse modo, a decisão de migrar. Esta noção clássica de família para explicar a dinâmica das migrações internacionais traduzia-se, no entanto, numa simples substituição do indivíduo racional e calculista pela família racional e calculista, o que não vinha diferir muito das perspectivas funcionalistas.

Além disso, uma vez que as decisões de migrar reflectem também as relações de poder na família, elas são influenciadas tanto por interesses individuais como por interesses colectivos, em que influem aspectos diversos.¹⁵² A família, num sentido lato, está pois, longe de ser homogénea e racional.

Como refere Hondagneu-Sotelo, “Opening the household «black box» exposes a highly charged political arena where husbands and wives and parents and children may simultaneously express and pursue divergent interests and competing agendas.”¹⁵³

Reconhecendo esta complexidade das relações familiares, no entanto, torna-se inegável a importância da família nas migrações internacionais e bem assim em todos os processos sociais.

Em primeiro lugar, porque a família, seja nuclear ou extensa, é um agente socializador por excelência que transmite aos indivíduos valores e normas culturais que vão influenciar no sentido ou não da migração dos seus membros. Essas normas e valores traduzem-se igualmente em determinadas obrigações por parte dos seus membros ao longo do espaço e do tempo. Este aspecto tem consequências, nomeadamente para as mulheres no que diz respeito ao papel que lhes é atribuído e que é o da prestação de cuidados que tem de ser assegurado também num quadro migratório, estejam os seus dependentes no país de origem ou no país receptor.

Em segundo lugar, porque, além dos valores ou normas veiculadas, as próprias características da família vão favorecer ou não a migração dos seus membros.

151 GOSS, Jon, LINDQUIST, Bruce, 1995 “Conceptualizing International Labor Migration: A Structuration Perspective”, *International Migration Review*, vol. XXIX, No. 2, Center for Migration Studies, p.327.

152 Investigações etnográficas sugerem que os membros da família muitas vezes não seguem os interesses colectivos e às vezes lutam abertamente contra o poder normativamente investido no homem da família.

153 HONDAGNEU-SOTELO (1994), citado em KOFMAN, Eleanor et al, op. cit. p. 27

“A number of studies show that the motivation and ability to migrate as well as the pattern of migration are influenced by the resources levels of household, the age and sex structure of the family/households and the stages of family life cycle.”¹⁵⁴

Assim, por exemplo, as famílias com mais recursos, mais facilmente financiam um ou dois membros para migrarem sendo que as famílias com menos adultos e com mais dependentes poderão ser menos propensas à migração, por falta de quem reúna as condições para o fazer. Também este último aspecto parece ser relevante no caso das mulheres, pois permite equacionar se o facto de, na família, a mulher ser a principal prestadora de cuidados surge como obstáculo para a mesma decidir migrar. Frequentemente, o recurso a outros familiares para a prestação de cuidados a dependentes aparece como uma alternativa; no entanto, a idade dos filhos, por exemplo, é uma condicionante.

A família tem igualmente um papel determinante nos próprios projectos migratórios. Como refere Maria Engrácia Leandro:

“É normalmente na família e em função da família de orientação ou de procriação e numa dada situação que se concebem, tomam forma e realidade e reelaboram os projectos migratórios.”¹⁵⁵

De facto, é a família que, frequentemente vem legitimar as opções do migrante em termos de projecto migratório, quer quando o migrante parte para proporcionar àquela melhores condições de vida, quer quando permanece, adiando assim o regresso, para impedir que os filhos sofram a ruptura com a sociedade receptora ou para favorecerem a integração e promoção dos mesmos no país de destino.

Nas migrações internacionais, a família está, assim, longe de ser irrelevante. Trata-se de uma entidade que tem permanecido no tempo e no espaço mas, ao mesmo tempo,

“reinventando-se e criando condições de adaptação à luz das várias mutações económicas, sociais e culturais.”¹⁵⁶ E, ao mesmo tempo, aparece integrada noutras dinâmicas sociais.

¹⁵⁴ BOYD, Monica, “Family and personal networks in international migration: recent developments and new agendas”, *International Migration Review* xxii, n.º 3, p. 642

¹⁵⁵ LEANDRO, Maria Engrácia, “Dinâmica social e familiar dos projectos migratórios – uma perspectiva analítica”, *Análise Social*, vol. XXXIV (170), 2004, 95 – 118, p. 95.

¹⁵⁶ LEANDRO, op. cit. , p. 97

No caso das mulheres migrantes, assume importância significativa. Em primeiro lugar, porque as mulheres aparecem permanentemente associadas à migração familiar, apesar de a família não ser o universo exclusivo onde se move a mulher migrante. Depois, porque o seu papel vem muitas vezes sofrer o impacto da migração e a sua mobilidade tem consequências para si próprias, diferentes das dos homens e que se reflectem na família, nomeadamente no que diz respeito aos seus dependentes e às relações de poder no seio da família. Finalmente, porque o universo familiar complementa as relações sociais e comunitárias que o migrante desenvolve.

A crítica à perspectiva centrada na família refere que, em termos da teoria das migrações internacionais, a mesma não soluciona o impasse entre as perspectivas funcionalistas e as perspectivas estruturalistas, principalmente porque as famílias são apenas parte do conjunto de instituições que desempenham um papel no processo migratório. Nós reafirmamos que, para o estudo da mulher migrante e, tendo em conta o papel que a mulher desempenha na família e como é influenciada pela mesma, a sua importância é significativa.

O estudo da família para explicar o fenómeno migratório, despertou o interesse para o papel das redes sociais, que estarão na base do estabelecimento das redes migrantes.

As redes sociais traduzem-se nas ligações dos indivíduos, não só às famílias, mas também aos amigos e à comunidade, bem como as associações forjadas através de actividades sociais e económicas que agem como ligação e através das quais flúem a informação, a influência e os recursos.¹⁵⁷

No caso da migração laboral, as redes sociais assumem uma especial relevância. Elas providenciam aos potenciais migrantes informações sobre destinos disponíveis, contactos, etc. no destino, a assistência em forma de alojamento e emprego, reduzem o custo da migração, permitem a continuidade cultural e a comunicação com a comunidade de origem, tornando-se mediadoras entre o migrante e a sociedade de destino.

Embora sejam recursos explorados pelo migrante, ajudam também a determinar a natureza da migração, influenciando a disponibilidade de destinos e as condições de emprego, podendo desenvolver-se numa auto-sustentação, independentemente das circunstâncias iniciais.

¹⁵⁷ GOSS, Jon, LINDQUIST, Bruce, op. cit., p. 329

Na linha das redes sociais, Jon Goss e Bruce Linqvist¹⁵⁸ apresentam um outro conceito, alternativo à família e às redes sociais e que é o conceito de “instituição migrante”, que é baseado na já referida teoria da estruturação de Giddens.

O conceito de “instituição migrante” é definido como “a complex articulation of individuals, associations and organizations which extends the social action of and interaction between these agents and agencies across time and space.”¹⁵⁹

A institucionalização da migração resultou da rotinização de determinadas práticas de interação social entre os indivíduos potenciais migrantes e agentes institucionais. As práticas de interação social, por seu lado, vão também reproduzir as regras e os recursos da instituição migrante.

O principal contributo da noção de instituição migrante prende-se com o facto de englobar uma miríade de agências e organizações que operam no negócio da migração. A instituição migrante tem sido também um conceito útil para explicar a “feminização” da migração laboral.

Embora nem todos os processos migratórios estejam formalmente institucionalizados do mesmo modo, diferentes tipos de canais e organizações profissionais facilitam e regulam fluxos migratórios contemporâneos, mesmo dos migrantes com habilitações.

Esta noção de “instituição migrante”, no entanto, aparece fortemente associada à migração laboral. Para o estudo da mulher migrante, uma perspectiva orientada apenas para o aspecto laboral é, no mínimo, redutora. Ao mesmo tempo, denota uma certa formalidade que, embora se coadune com a migração laboral e com todos os actores e agências envolvidos neste processo, não parece suficiente para captar alguns aspectos de natureza informal da migração feminina, como sejam, por exemplo, outros motivos que não os económicos, que possam estar na origem da decisão de migrar.

Retiraremos das abordagens integradoras o conceito de rede, entendido não apenas no sentido de mediação entre o indivíduo e a sociedade receptora, mas enquanto produto de uma estratégia, consciente ou inconsciente, do migrante para dar resposta à complexidade das situações que se lhe colocam tanto no país receptor como no país de origem; não apenas como uma rede de relações, mas também de cuidados e de assistência, em que o indivíduo é menos um elemento passivo, do que um construtor activo. Este é um aspecto essencial da migração feminina.

158 GOSS, Jon, LINDQUIST, Bruce, op. cit.,

159 Ibidem p. 319

3.4 Alguns aspectos relevantes para o estudo das mulheres migrantes

O desenvolvimento das abordagens integradoras abre o caminho para uma visão integrada e dinâmica das migrações internacionais.

Para estudar a migração feminina, uma abordagem integradora apresenta-se como a mais adequada, porque tem em conta os condicionalismos estruturais que influem sobre o indivíduo e a acção individual como capacidade que o indivíduo tem para agir sobre o ambiente cultural e social que o rodeia.

A pouca tradição de estudo da migração feminina, a sua dependência de um modelo migratório masculino, decalcado da experiência migratória da Europa do pós-guerra e as diversas perspectivas que procuram explicar as migrações internacionais, impediram por exemplo, que no estudo sobre as migrações internacionais se tivesse em conta a representação que é feita dos sexos e como essa representação tem efeitos principalmente para as mulheres.

De facto, a representação que se faz dos sexos numa determinada sociedade tem efeitos para as mulheres que nela estão inseridas. Mas, que efeitos pode ter para as mulheres quando, pela experiência da migração elas se movem em mais do que uma sociedade ? Assim, quer na sociedade de origem, quer na sociedade receptora, a representação que é feita das mulheres vai determinar e condicionar muitas das suas acções. Nas migrações internacionais, a persistência de um modelo migratório baseado numa determinada visão da migração da Europa do pós-II Grande Guerra Mundial, impediu que esse elemento de ordem estrutural, cuja importância nos debruçaremos mais adiante, fosse considerado, como era, por exemplo, o subdesenvolvimento económico, a pobreza, etc. O género, que é essa representação que é feita dos sexos, implica forçosamente uma reflexão sobre a migração feminina, sob uma nova perspectiva.

Definimos, sucintamente esta categoria de análise:

“‘Gender’ (...) is a cultural term and refers to the different roles which society ascribes to men and women and therefore distinguishes between ‘masculine’ and ‘feminine’ stereotypes”¹⁶⁰.

Trata-se pois de um “termo cultural” para definir os papéis que são socialmente atribuídos ao homem e à mulher. Corresponde, pois, a um aspecto de ordem estrutural de uma determinada sociedade e que vai influenciar o quotidiano dos indivíduos.

¹⁶⁰ HEYWOOD, Andrew, “Political Ideologies- An Introduction”, Macmillan, 1992, p. 226

Apesar da sua relevância, o género tem sido, durante muito tempo, negligenciado, assim

o foram alguns aspectos da experiência migratória feminina, pelas razões que anteriormente referimos.

“On the whole, gender has rarely been considered a significant analytical category within European literature on migration, which has remained gendered blind. Migrants have been treated as asexual categories and feminists researching women have often focused on nationals rather than immigrant women.”¹⁶¹

A ausência desta categoria de análise no estudo das migrações deve-se, em grande parte, ao facto de os diversos campos disciplinares como a história e a sociologia, serem eles próprios produzidos por homens e que têm ignorado a dimensão do género na sociedade.¹⁶²

Nas migrações internacionais, a importância da categoria do género deve-se ao facto de a representação que é feita das mulheres numa determinada sociedade e, no caso da mulher migrante, na sociedade de origem e na sociedade receptora determinar suas decisões e estratégias. Ao mesmo tempo, essa representação pode dificultar em maior ou menor grau a sua mobilidade, não só a partir do país de origem, como também no país receptor.

“Despite the enormous influx of women into the labour market (...) the idea persists that their place is in home. It is not surprising that female migrants should have been exclusively viewed as spouses, mothers and housewives.”¹⁶³

Culturalmente, um dos principais papéis que é atribuído às mulheres é o da prestação de cuidados seja a descendentes dependentes, os filhos e, por vezes, os netos, seja a ascendentes dependentes como os pais, avós e, frequentemente, os sogros.

Ora, numa situação de migração, esse papel da prestação de cuidados que é atribuído às mulheres, gera expectativas da sociedade de origem e da sociedade de destino em relação ao compromisso daquelas em desempenharem esse papel ou providenciarem nesse sentido.

A expectativa existente em relação ao papel das mulheres numa determinada sociedade, seja o da prestação de cuidados ou outros, é um aspecto de ordem estrutural dessa sociedade e que é igualmente interiorizado pelas próprias mulheres.

¹⁶¹ KOFMAN, Eleanore, et al, op. cit., p. 18

¹⁶² GASPARD, Françoise, op. cit.

¹⁶³ Ibidem, p. 129

Quanto à capacidade de acção do indivíduo, que referimos, esta reside, principalmente na competência que tem para otimizar recursos no sentido da prossecução dos seus objectivos. Num contexto migratório, também são necessários recursos, seja para o estabelecimento no país receptor, seja para a obtenção de um emprego, etc. Deste modo, as redes surgem como um importante recurso que o migrante pode otimizar para agir no ambiente em que se move. Neste contexto, o conceito de rede corresponde a interacção social.

A importância das redes sociais, em particular, nas migrações internacionais, intensificou-se com o processo de globalização que veio alterar grandemente a dinâmica espaço-temporal das migrações internacionais.

“Globalization, defined as a proliferation of cross-boarder flows and transnational networks, has changed the context for migrations.”¹⁶⁴ Consequentemente, a globalização favoreceu o aparecimento das comunidades transnacionais, ou seja, de grupos cuja identidade (as referências e as pertenças) não estão baseadas apenas num único território.¹⁶⁵

“We define ‘transnationalism’ as the process by which immigrants forge and sustain multi-stranded social relations that link together their societies of origin and settlement (...) An essential element is the multiplicity of involvements that transmigrants sustain in both home and host societies.”¹⁶⁶

Nestes espaços transnacionais, as redes facilitam as conexões transnacionais em que os migrantes se movem; através dessas redes, os migrantes participam em mais do que uma sociedade.¹⁶⁷ As redes sociais são o eixo principal de articulação da realidade transnacional¹⁶⁸, pois conectam migrantes e não-imigrantes.

“By binding migrants and nonmigrants together in a complex web of social roles and interpersonal relationships, these personal networks are conduits of information and social and financial assistance.”¹⁶⁹

¹⁶⁴ CASTELS, Stephen, “Migration and Community Formation under Conditions of Globalization”, *International Migration Review*, Center for Migration Studies of New York, p. 1143

¹⁶⁵ CASTLES, Stephen, op. cit., p. 1157

¹⁶⁶ BASCH, GLICK SCHILLER et BLANC-SZANTON, 1994, citado em PORTES, Alejandro, “Globalization from Below: The Rise of Transnational Communities”, Princeton, University, September, 1997, p. 4

¹⁶⁷ KOFMAN, Eleanore, et al, op. cit., p. 29

¹⁶⁸ ARIZA, Marina, “Migración, familia y transnacionalidad en el contexto de la globalización: algunos puntos de reflexión”, *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 61, n.º 4, Oct-Dic., 2002, p. 58

¹⁶⁹ BOYD, Monica, “Family and Personal Networks in International Migrations: Recent Developments and New Agendas”, *International Migration Review*, volume xxiii, n.º 3 p.639.

Neste sentido, as redes (formais ou informais), em ambiente transnacional, aparecem como recursos para o migrante.

“Networks constitute an important resource for migrants who use them to gain employment, housing and other resources in the migration setting.”¹⁷⁰

Estas redes, consolidadas nesta realidade transnacional, explicam a participação simultânea dos migrantes na sociedade receptora e na sua comunidade de origem.

“Social networks comprising households, friends and community ties are crucial for an understanding of settlement patters, employment and links with the homeland.”¹⁷¹

O migrante faz uso destas redes como recurso para fazer escolhas, delinear estratégias, alcançar objectivos.

O conceito de rede torna-se essencial para captar as diferenças entre a migração feminina e a migração masculina.

“(…) resulta evidente que a abordagem por redes se afigura uma metodologia particularmente adequada ao estudo da diferença sexual. Com efeito, ela permite ao investigador delinear a morfologia e o conteúdo (material e simbólico) da esfera relacional feminina, bem como analisar a experiência feminina enquanto centro da rede relacional das relações entre a esfera privada e as instituições; permite analisar a relação entre a mulher e o grupo de referência primário (a família, os parentes, etc.), bem como os caminhos e as trajectórias das mulheres migrantes e a mobilidade feminina no que respeita ao grupo familiar.”¹⁷²

As redes, utilizadas como um recurso pelas mulheres migrantes permitem, por exemplo, que elas correspondam às expectativas do papel que lhes atribuído de prestadoras de cuidados a dependentes ascendentes e descendentes, simultaneamente no país de destino e no país de origem. Às expectativas, como mulher, associam-se as expectativas como migrante, pelo que a família espera também a assistência financeira.

“Women in particular have played nurturing roles (nurses, carers and domestic labour) and sustained households in societies of emigration and immigration.”¹⁷³

A família/unidade doméstica aparece como uma das componentes importantes da rede social baseada na migração.¹⁷⁴ As redes familiares e de parentesco aparecem como um

¹⁷⁰ KOFMAN, Eleanore, et al, op. cit., p. 29

¹⁷¹ KOFMAN, Eleanore, et al, op. cit., p. 29

¹⁷² PISELLI, Fortunata, “Mulheres migrantes: uma abordagem a partir da teoria das redes”, Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 50, Fevereiro, 1998, p. 117-118 ¹⁷³ KOFMAN, Eleanore, et al, op. cit., p. 29

¹⁷⁴ BOYD, Monica, op. cit., p. 642

recurso que as mulheres migrantes utilizam para, por exemplo, prestarem cuidado e assistência aos seus, através do espaço transnacional. As redes permitem, assim, atenuar

o impacto que a mobilidade feminina tem na estrutura do seu universo familiar. Finalmente, destacamos o conceito de agência. Trata-se de um conceito identificado com o termo “agency”, mas essa identificação não parece ser a mais correcta, porque “agency” refere-se à simples acção, por oposição a estrutura. A precisão do termo e o significado encontrámo-los numa definição, em língua portuguesa, onde o termo aparece num sentido distinto de “agency”(acção).

“Entendemos a agência como espaço onde se encontram as estruturas e os agentes; é uma fusão de circunstâncias estruturais e capacidade propulsora. A agência é duplamente condicionada, desde cima, pelo equilíbrio entre restrições e limitações por um lado; recursos e facilitadores propiciados pelas estruturas por outro; e, desde baixo, pelas aptidões, talentos, habilidades, conhecimento e atitudes dos membros da sociedade; bem como organizações, sejam elas colectividades, grupos ou movimentos sociais.”¹⁷⁵

Este conceito interligamo-lo com os já referidos conceitos de género e de redes.

Apresentámos o conceito de género como um elemento de ordem estrutural que influi na vida das mulheres, migrantes ou não-migrantes. Em relação ao conceito de rede referimo-lo como recurso de que o migrante dispõe para mitigar o impacto da mobilidade.

O conceito de agência para o estudo da mulher migrante, por seu lado, permite perceber como é que, por um lado, o género pode influir na potencial mulher migrante e no seu percurso e, por outro, como é que, apesar desses constrangimentos e com esses constrangimentos culturais, as mulheres gerem e optimizam recursos para poderem delinear um projecto migratório, realizá-lo e minimizar as consequências da mobilidade. O conceito de agência surge, assim, como a síntese destas duas realidades: o género e os recursos disponíveis. Ou seja, como é que as mulheres migrantes, sob esses constrangimentos, fazem uso dos recursos que têm disponíveis no espaço transnacional.

¹⁷⁵ JÚNIOR, Cláudio Dias, “Capital social e violência: uma análise comparada em duas vilas de Belo Horizonte”, Tese de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, Dezembro de 2001, p.2

IV. MULHERES MIGRANTES NO ESPAÇO TRANSNACIONAL

105

4.1 O género na migração internacional

Tendo-nos anteriormente referido ao género como elemento de ordem estrutural de uma determinada sociedade, pretendemos desenvolver este conceito no quadro das migrações internacionais.

Antes de mais, porém, parece-nos de toda a relevância discorrer sobre o sentido e significado deste conceito.

O género, sendo um aspecto de ordem estrutural, pode variar de sociedade para sociedade. É um “termo cultural” que, teoricamente, difere no espaço e pode evoluir no tempo. Distingue-se, por isso, da variável “sexo” que se refere simplesmente aos factores biológicos que distinguem os “homens” das “mulheres” e que são, por isso, considerados, inalteráveis. O género é, usado para definir o modo como as sociedades representam a diferença biológica do sexo, a partir do que a sociedade atribui diferentes papéis aos homens e às mulheres. Deste modo, a simples diferença biológica é extrapolada para domínios de actividade, tarefas, espaços, vestuário, etc., que são considerados como masculinos ou como femininos. As diferenças biológicas são entendidas como naturais e inevitáveis.

O género é, assim, o modo como, numa determinada sociedade, é representada a diferença sexual. Sendo uma estrutura, corresponde a um conjunto de relações sociais institucionalizadas que tem poder sobre os indivíduos; as instituições estão imbuídas de uma determinada ideologia do género. Os indivíduos estão enculturados em ver essas distinções como inevitáveis e não como constructos humanos. Aquilo que é, na verdade, uma representação é visto como algo natural e imutável. A extrapolação da simples diferença sexual para outros domínios da vida traduz-se depois no binómio masculino/feminino: determinadas características, funções, tarefas, etc., são identificadas e atribuídas de acordo com este binómio.

A extrapolação da diferença sexual traduzida no binómio masculino/feminino vai originar ainda outras representações e dualidades. As dicotomias cultura/natureza, inteligível/sensível, alma/corpo aparecem associados ao binómio masculino/feminino, em que cultura, inteligível e alma aparecem associados ao universo masculino, ao passo que natureza, sensível e corpo aparecem associados ao universo feminino.

Por exemplo, a função da maternidade, de “dar à luz”, que são atributos únicos do corpo feminino levou a que as mulheres fossem representadas como seres da natureza, por oposição à cultura. Esta ligação à natureza é também a pertença ao mundo da

sensibilidade, do afecto e dos cuidados corporais. A dicotomia natureza/cultura, surge assim, pela associação de características concretas e específicas do corpo feminino a determinados conceitos, realidades, tarefas, etc.

Esta ligação da mulher ao natural pela função exclusiva da maternidade e do “dar à luz”, liga-a a determinadas tarefas como a alimentação, criação e educação dos filhos e a determinados espaços, como a vida doméstica. No entanto, estas tarefas não são algo natural, mas verdadeiramente uma imposição cultural.

A atribuição de determinados papéis às mulheres, com base na diferença sexual, como tratando-se de algo natural, não é, por si só, o aspecto mais relevante de qualquer abordagem que trate as questões do género. O aspecto mais saliente é, na verdade, a visão maniqueísta que lhe está subjacente e que subvaloriza tudo quanto é associado ao universo feminino.

“More than having been defined according to one of the poles of the dichotomy, what concerns women is the undervaluation of the pole of nature both from a social and political point of view. As if they were unable to transcend this corporeal, emotional and sensitive sphere; unable to transcend this capacity to make bodies, when at the same time they are demanded to be able to perform a long-lasting task: that of bringing up an unfinished infant (in-fans) being, in order to build up its autonomy, independence and speech, so that it becomes a subject, capable of reasoning.”¹⁷⁶

Assim, tal como os conceitos corpo/natureza/sensível aparecem subvalorizados em relação a alma/cultura/inteligível, assim o sexo feminino, identificado com os primeiros, aparece subvalorizado em relação ao sexo masculino associado aos últimos.

Esta desigualdade entre os sexos, decorrente da subvalorização do feminino em relação ao masculino traduz-se numa relação de poder, o poder do masculino sobre o feminino,

o poder do homem sobre a mulher. Esta relação de poder é designada pelos teóricos feministas de patriarcado, que significa o domínio do homem tanto na família como na sociedade. O termo engloba, não só a supremacia do homem sobre a mulher, mas também a supremacia do marido-pai e a subordinação, não apenas das mulheres, mas também dos filhos.

¹⁷⁶ JOAQUIM, Teresa, “Social Citizenship and Motherhood”, 1998, *Shifting Bonds, Shifting Bounds – Women Mobility and Citizenship in Europe*”, FERREIRA, Virgínia, TAVARES, Teresa, PORTUGAL, Sílvia (ed), Celta Editora, Oeiras, , p.77

Considera-se que o patriarcado tem dominado em todas as sociedades, embora o grau de opressão sexual tenha variado em diferentes culturas e em épocas distintas. Assim, por exemplo, nas sociedades ocidentais essa forma de opressão tem diminuído de modo significativo, sobretudo no século XX, com as mulheres a obterem o direito de voto, a terem um maior acesso à educação, à contracepção, a obterem o direito ao divórcio, etc. Por outro lado, em determinados Estados, nomeadamente nos Estados islâmicos, as mulheres vivem ainda um conjunto de constrangimentos que vão desde aspectos tão simples da vida quotidiana como o vestuário até à participação na vida social e política. Apesar das diferenças culturais e da evolução ao longo dos séculos, as mulheres são inequivocamente, por força de ideologia do género existente, o sexo subordinado em todas as sociedades.

Mas se, por um lado, podemos atestar que existem efectivamente discursos e práticas sociais hegemónicas em diferentes sociedades, que se relacionam com a diferença sexual e a reprodução biológica e estabelecem formas de representação em torno delas, por outro, a generalização do termo patriarcado poderá ser também abusiva e enviesar a análise e a explicação desses mesmos discursos e práticas hegemónicas. O patriarcado está frequentemente consignado a uma região geográfica específica ou a um período histórico determinado.

Val Moghadam (1994)¹⁷⁷, situa o patriarcado numa determinada zona geográfica que vai do Norte de África ao longo do Médio Oriente às planícies do subcontinente indiano e partes da China rural.

Por sua vez, Carole Patman (1988)¹⁷⁸ refere que o patriarcado é específico do período histórico pré-moderno, ao passo que, no Estado moderno liberal, o termo patriarcado deve ser substituído pelo termo fraternidade. Isto porque, enquanto que no patriarcado, o pai governa tanto os homens como as mulheres, na fraternidade os homens obtêm o direito de governar sobre outras mulheres na esfera doméstica privada, mas concordam com um contrato de ordem social de igualdade, entre eles, na esfera pública e política. O conceito de fraternidade, porém, não permite perceber, por exemplo, porque é que, em muitas sociedades, algumas mulheres têm poder sobre outros homens e sobre outras mulheres.

¹⁷⁷ Ibidem

¹⁷⁸ citada em YUVAL-DAVIS, Nira, “Gender and Nation”, SAGE Publications, London, California, Nova Dehli, 1997 p. 7

108

Ao mesmo tempo, a generalização dos diversos conceitos que procuram explicar a subordinação do sexo feminino ao sexo masculino excluem o facto de, em certas situações concretas, a opressão das mulheres não se dever apenas a práticas hegemónicas baseadas na diferença sexual, mas também e frequentemente, a outras formas de opressão e divisão sociais como sejam a classe e a etnicidade.

Por esta razão, alguns autores rejeitam, por exemplo, a utilização da noção de patriarcado como se se tratasse de um sistema social distinto e independente de outros sistemas sociais como o capitalismo e o racismo. Como refere Avtar Brah¹⁷⁹, torna-se fundamental não compartimentar as opressões.

A ideologia do género dominante numa determinada sociedade vai assim interagir com outros aspectos estruturais como a classe social, o grupo ou etnia, a idade, etc., pelo que os constrangimentos sociais não se resumem apenas à ideologia do género existente.

A ideologia do género, no entanto, embora reconhecendo-se a influência de outros aspectos de ordem estrutural reflecte primeiramente a dimensão da percepção que as sociedades têm da diferença sexual. Embora a opressão das mulheres esteja associada a diversos factores, é o género que mais imediatamente demarca o universo feminino do universo masculino, polarizando-os.

No campo das migrações internacionais, uma das principais consequências da inclusão do género foi o facto de permitir isolar a experiência feminina da mobilidade da experiência masculina e perceber as suas diferenças. Essas diferenças entre a migração masculina e feminina situam-se ao nível das suas causas, das suas consequências e da sua dinâmica.

4.2. Causas da migração feminina

As razões económicas aparecem frequentemente como as principais causas da decisão de migrar.

Facilmente se compreende que, quando um país já não oferece oportunidades económicas e há o conhecimento e a percepção de que essas oportunidades existem num outro lugar, o indivíduo decide migrar. Assim, muitos indivíduos migram por razões económicas para os países em relação aos quais, entre outros aspectos, percebem também oportunidades para melhorar economicamente as suas vidas.

¹⁷⁹ Ibidem

As mulheres migram por razões como a pobreza, a expropriação das suas terras, dívidas, razões políticas e outros constrangimentos de ordem estrutural sobre os quais têm pouco controle e em relação aos quais a migração surge como uma alternativa possível.

De entre esses constrangimentos de ordem estrutural existentes na sociedade de origem destaca-se o género, porquanto vai limitar o acesso a espaços e a recursos, ao destinar para as mulheres determinadas funções e tarefas.

A migração aparece, assim, para muitas mulheres como a fuga aos constrangimentos estruturais vividos na sociedade de origem, o que, no entanto, não implica a ausência dos mesmos na sociedade receptora. Com efeito, as oportunidades oferecidas nas sociedades receptoras são percebidas e nem sempre reais, mas a sociedade de origem é aquela que o indivíduo conhece, onde se deu a sua socialização e onde vive, em primeiro lugar, as suas primeiras experiências de socialização boas e más. As estruturas sociais revelam uma determinada ideologia do género menos constrangedora para os homens do que para as mulheres.

Esta subvalorização, presente em diversas sociedades, limita o acesso a recursos e oportunidades pelas mulheres, mas limita outros espaços da sua liberdade pessoal. A migração surge, pelo menos aparentemente, como a possibilidade de ampliação dos seus espaços e de acesso a novos recursos.

Por isso, também as razões da migração das mulheres diferem ou podem diferir das dos homens, assim a ideologia do género da sociedade de origem tem impacto e consequências diferentes para uns e para outros. Por conseguinte, outras razões, que não económicas podem favorecer a migração das mulheres.

Por exemplo, nas sociedades onde a legislação é mais conservadora e onde não é permitido o divórcio, quando a mulher vê a sua vida afectada por um casamento falhado, por exemplo, ou eventualmente marcada pela violência doméstica, então migrar aparece como a única alternativa possível para fugir a essas realidades, ter possibilidade de melhorar a sua situação pessoal e, muitas vezes, recuperar o respeito por si própria e a auto-estima. A migração é, muitas vezes, uma forma de começar uma nova vida.

A respeito da emigração portuguesa para França, Caroline Brettell¹⁸⁰ na sua obra refere:

“Para muitas raparigas, o simples desejo de evasão do confinamento do meio de origem, onde as críticas são frequentes e severas, e de constrangimento da autoridade

¹⁸⁰ BRETTELL, Caroline, “Já chorei muitas lágrimas – História de Vida”; Universidade Nova de Lisboa, Ciências Humanas e Sociais, Série Investigação, Lisboa, 1978,

familiar são imperativos de ordem psicológica que chegam a sobrepor-se a condicionamentos de ordem económica.”181

Quando a mulher começa a enviar remessas para a família e a exhibir sinais exteriores de bem-estar material ou quando vai de férias ao seu país, pode ver, o seu estatuto melhorar na comunidade de origem. O seu próprio percurso como mulher migrante, que dá mostras de sucesso, pode influenciar outras mulheres da sua terra na decisão de migrar.

Sendo que a migração surge, frequentemente, como uma possibilidade de fuga para a mulher aos constrangimentos da sociedade de origem e às expectativas que essa sociedade tem em relação ao papel que deveria desempenhar, a migração permite-lhe, de certo modo, “transgredir” determinadas normas relacionadas com o seu papel social, podendo subtrair-se às mesmas.

Não pode descuidar-se o facto de também os homens verem na migração uma possibilidade de “transgredirem” normas da sua sociedade de origem. No entanto, esta circunstância é bem mais incidente no caso das mulheres, uma vez que os constrangimentos relativos aos comportamentos das mulheres são normalmente maiores do que os dos homens.

O estudo da migração feminina favorece assim a emergência de razões não-económicas como causas da migração, além das comumente referidas, que são as razões de ordem económica.

4.3 Diferentes géneros, diferentes estratégias

Tal como relativamente às causas, a mobilidade traz também consequências diversas para os homens e para as mulheres, sobretudo porque a imutabilidade e rigidez das representações que se fazem da diferença sexual do país de origem podem ser questionadas no contacto com o país receptor ou com outra realidade diversa.

Frequentemente, mas também aparentemente, a migração representa, desde logo, para as mulheres a entrada numa sociedade menos segregada que a sociedade original no que diz respeito ao género. Naturalmente, esta circunstância permite o acesso a uma maior variedade de recursos e uma participação em novos espaços, o que aumenta ainda mais a sua mobilidade e liberdade.

181 BRETTELL, Caroline, op. cit.,p. 15

No caso dos homens, comparativamente ao que sucede com muitas mulheres, a migração internacional tem o efeito inverso que é o de uma restrição parcial da sua mobilidade e raio de acção, bem como uma perda de poder tanto fora como dentro da família.¹⁸² Esta alteração nas relações de poder entre os homens e as mulheres é uma das consequências da mobilidade, uma vez que vai atenuar a desigualdade existente entre o homem e a mulher migrante e colocá-los numa situação equiparada.

Com efeito, a migração representa, para muitas mulheres, a inserção no trabalho extradoméstico, o que leva a que muitas passem a ter o seu próprio rendimento. Esta circunstância permite-lhes uma maior independência em relação aos seus companheiros e uma possibilidade de escaparem a um sentimento de obrigação e dependência em relação aos mesmos.

Esta alteração nas relações de poder, pela mobilidade, pode, inclusivamente, criar tensões no casamento ou relacionamento. Por exemplo, muitos homens ficam inquietos perante a possibilidade das suas mulheres trabalharem, uma vez que entendem que isso lhes traz a elas uma maior independência, o que constitui uma ameaça ao poder que eles exercem. Por outro lado, embora talvez menos mencionado, o facto de a mulher se mover em espaços extra-domésticos leva muitas vezes a que o seu companheiro/marido receie o abandono e/ou a infidelidade.¹⁸³

Tendo em conta que estas mulheres experienciaram, no seu país de origem, relações de poder que as colocavam em desvantagem em relação aos homens, o aumento do seu poder e autonomia, pela migração, pode ser um incentivo para permanecerem no país de destino.

Por isso, mesmo se o seu projecto migratório inicial previsse uma estadia mais ou menos breve no país de destino, a satisfação pessoal que as novas circunstâncias lhe proporcionam, levam a que aquele sofra alterações no sentido de uma permanência mais prolongada no país receptor: o desejo inicial de regressar parece, em muitos casos, desvanecer-se.

Consequentemente, muitas mulheres migrantes vão abandonar a estratégia original de acumulação e retorno e reavaliar a ideia de sucesso no projecto migratório.

¹⁸² PESSAR, Patrícia R., Mahler, Sarah J., “Transnational Migration: Bringing Gender in” , International Migration Review, Center for Migration Studies of New York, New York, 2003

¹⁸³ em determinadas culturas, este receio é ainda maior, devido à crítica que a comunidade faz.

“The project is itself, however, liable to change during the migration. The desire to return seems, in many cases, to fade, either because is too risky, politically or economically, or because their economic and social integration into the host country, however modest, offers advantages and a possibility for individual satisfaction which became difficult to give up.”¹⁸⁴

Para os homens, o impacto da sociedade receptora, com o subsequente aumento da autonomia das mulheres e mitigação das desigualdades que existiam na sociedade de origem, sobre os homens e sobre as mulheres migrantes, tem um efeito diverso, que é o do regresso à terra natal, deixando a sua mulher no país receptor.

Também nos filhos se revela uma tendência semelhante consoante se tratem de homens ou mulheres. Assim, por exemplo, os filhos rapazes, mesmo nascidos no país receptor estão normalmente mais dispostos a aceitar o retorno ao país de origem dos pais e têm uma maior tendência para afirmarem que o seu país é o dos seus pais. Por seu lado, as filhas, embora manifestem lealdade aos seus pais e à sua cultura, excluem a possibilidade de retorno.

Além de as perspectivas em relação ao retorno serem tendencialmente diversas de acordo com o sexo, também as suas estratégias no país receptor se apresentam tendencialmente distintas. Diversos estudos (Pessar; Jones-Correa; Gaspard) concluem que as mulheres têm uma maior tendência para desenvolverem estratégias consistentes com o estabelecimento a longo prazo ou permanente no país de destino, ao passo que os homens tecem estratégias que os ligam muito mais às terras de origem e ao eventual retorno.

Assim, enquanto que os homens poupam o seu dinheiro para o enviarem para o país de origem, a tendência manifestada pelas mulheres é para gastarem uma parte dessas poupanças no país receptor. No caso das mulheres, esta circunstância contribui fortemente para o adiamento do retorno ao país de origem, onde as oportunidades de trabalho são limitadas e o controle social mais restrito e principalmente na comunidade de origem e de socialização.

O adiamento do regresso com o subsequente desenvolvimento de estratégias no sentido de um estabelecimento a longo prazo ou mesmo definitivo no país de destino deixam,

¹⁸⁴ GASPARD, Françoise, “Invisible, Demonised and Instrumentalised – Female migrants and their daughters in Europe”, *Shifting Bonds, Shifting Bounds – Women Mobility and Citizenship in Europe*, Ferreira, Virgínia et al, (ed.) , Celta, 1998, p.115

de certa forma, transparecer uma maior facilidade de adaptação e, em última análise, de integração no país receptor das mulheres em relação aos homens. Esta circunstância, no entanto, pode estar associada à maior satisfação com a nova realidade onde se encontra e que motiva os esforços no sentido da adaptação e da integração mas não pode igualmente ignorar-se o facto de a própria sociedade receptora ser comparativamente mais tolerante em relação à presença das mulheres migrantes.

4.4 As contradições da migração internacional

Vimos que uma das consequências da mobilidade para as mulheres é, muitas vezes, a possibilidade de independência, a ampliação do espaço onde se move e um aumento do seu poder no relacionamento entre os sexos.

Esta circunstância deve-se ao facto de a mobilidade ou a migração permitir que as mulheres se afastem de uma sociedade (a de origem) onde os constrangimentos derivados da ideologia do género dominante limitam a sua acção. O que significa que a sociedade receptora se apresenta livre de constrangimentos para as mulheres, ou seja, que não há uma ideologia do género que se traduza numa subvalorização do sexo feminino.

Vimos, no entanto, que, quando, em meados dos anos 70, muitas mulheres imigraram na sequência da reunificação familiar, elas experienciaram as consequências de uma determinada ideologia do género estar imbuída nas políticas migratórias de então.

As sociedades receptoras têm portanto uma determinada ideologia do género que, embora em muitos casos, possa parecer mais branda em relação às mulheres, apresenta também constrangimentos às mesmas.

Assim, a ideia de que a migração é um modo de as mulheres se libertarem dos constrangimentos vividos na sociedade de origem, não pode ser generalizada, pelo que a migração não pode ser entendida ingenuamente como uma porta aberta para a liberdade das mulheres. A sua inserção na sociedade receptora dá-se normalmente através do mercado de trabalho, onde as alternativas que se lhes apresentam são, na verdade, as menos atractivas.

“Nevertheless, (...) not all migration has necessarily resulted in an improved status for women. The entry into domestic service often leads to the deskilling of female labour and the illegal trafficking in women is simply degradation and exploitation”¹⁸⁵

Vimos anteriormente que, um dos factores que pode induzir-nos a pensar a migração das mulheres como possibilidade de emancipação e autonomia é o facto de apresentarem, com frequência, estratégias que apontam para uma permanência mais longa ou definitiva no país receptor. No entanto, se, além do sexo, forem tidas em conta outras variáveis como a classe, a idade e o estado civil, as conclusões poderão ser diversas.

Assim, se por um lado, as mulheres casadas, ou com companheiro têm tendência para se estabelecerem permanentemente ou a longo prazo no país receptor, as viúvas, divorciadas ou solteiras pares, têm certa tendência para não o fazer. Não encontramos evidências para corroborarem estas afirmações, mas parece-nos que a carência de suporte afectivo, pode estar na origem da necessidade de retorno à comunidade de origem. Outros factores têm ainda de ser tidos em linha de conta como, por exemplo, o tipo de relacionamento com outros membros da comunidade no país receptor.

Retomando a questão inicial, podemos dizer que a entrada da mulher na sociedade receptora não constitui na realidade uma subtracção total aos constrangimentos impostos por uma determinada ideologia do género.

Em primeiro lugar, porque, como vimos, a sociedade receptora tem ela mesma uma ideologia do género dominante, por outro, porque, apesar da mobilidade, as mulheres migrantes continuam ligadas à sua comunidade de origem com a qual continuam comprometidas.

De facto, apesar da migração poder ser vista como um modo de emancipação e autonomia femininas, não permite obliterar toda a história, socialização, significado e marcas da sociedade de origem na vida das mulheres migrantes.

O paradigma transnacional da migração internacional, propiciado pelo fenómeno da globalização, relembra-nos que, mais do que nunca, o migrante transnacional se move em diversos espaços e tem diferentes tipos de vínculos ao país de origem.

Por isso, a migração não é a simples mudança de um espaço físico ou identitário mas, na verdade, uma ampliação do mesmo, portanto sem obliterar a sociedade de origem, e

¹⁸⁵ SKELDON, Ronald, “Migration and development: a global perspective”, Longman, Harlow,, 1997,

p. 163

115

sem permitir que, ao mesmo tempo, as suas referências originais se mantenham fixas e intactas no espaço (físico e identitário) da sociedade receptora.

Através dos vínculos e contacto permanentes com o país de origem perpassam as características da sua sociedade de origem, as estruturas e assim também a ideologia do género aí dominante e as expectativas em relação ao seu papel na sua sociedade de origem. A mulher migrante está, com frequência, comprometida com o seu país de origem. Não pode esquecer-se que ela própria é também o reflexo da sua sociedade de origem e, por isso, está também marcada pela ideologia do género aí dominante. Ela própria possui um sentido de obrigação para corresponder a determinadas expectativas, circunstância que se repercute ao nível das escolhas que for fazendo no seu percurso migratório.

4.5 Consequências da mobilidade feminina

Como vimos, a migração implica para as mulheres uma possibilidade de autonomia e emancipação sem um “corte de laços” com o seu país de origem.

A razão primeira da manutenção desses vínculos é a família, uma vez que uma das consequências da mobilidade no espaço transnacional é a fragmentação da família.

“Una de las claras consecuencias de los procesos de globalización y transnacionalidad sobre la estructura familiar es la tendencia a la fragmentación de las unidades familiares y la dispersión de los espacios residenciales.”¹⁸⁶

Devido à fragmentação da unidade familiar é requerido um esforço no sentido de preservar os laços para manter a integridade familiar no espaço transnacional. As mulheres aparecem como as principais responsáveis por fazer com que os laços familiares se mantenham.

As mulheres migrantes aparecem, não só fortemente comprometidas com a manutenção da integridade familiar, mas também com a mitigação das consequências que a sua mobilidade pode ter para os seus.

A separação da unidade familiar, pela migração do homem ou da mulher traz consequências sobretudo para os filhos. A migração da mãe, no entanto, tem um maior impacto na vida daqueles. Alguns estudos¹⁸⁷ evidenciam que a ausência da mãe pode provocar uma regressão no processo de aprendizagem dos menores, situações de

¹⁸⁶ ARIZA, Marina, “Migración, familia y transnacionalidad”, Revista Mexicana de Sociología, vol. 64, n.º 1, Oct-Dic., 2002 p.64¹⁸⁷ ARIZA, Marina, op. cit., p. 72

abandono escolar, gravidez na adolescência, bem como uma sobrecarga de tarefas domésticas sobre as filhas.

“La ausencia de la madre parece tener un efecto desestabilizador más fuerte sobre la familia que la ausencia del padre, pues ellos no asumen los roles domésticos, sino que delegan en otros parientes el cuidado y la atención de los hijos.”¹⁸⁸

Para mitigarem a separação física dos filhos, as mulheres procuram accionar formas, ainda que indirectas, de prestação de cuidados e assistência. A circunstância da separação física pela migração e a concomitante necessidade de prestação de cuidados e assistência levaram a uma ampliação do sentido tradicional de “maternidade”, adoptando-se o conceito de “maternidade transnacional” para designar “circuitos de afecto”, cuidado e apoio económicos entre mães e filhos que vivem separados pela migração.¹⁸⁹

Neste contexto, as mulheres migrantes aparecem como construtoras de “redes de afecto”, como meio de alcançarem, no âmbito da prestação de cuidados e assistência, uma forma de ubiquidade no espaço transnacional.

Através dessas redes, que são recursos existentes no espaço transnacional, elas organizam o cuidado das crianças, muitas vezes, por sentido de obrigação, mas também como imposição cultural e social, elas organizam também o cuidado dos idosos.

Estas redes são assim a resposta à pressão e também à preocupação e ao sentido de responsabilidade pela prestação de cuidados e assistência a dependentes ascendentes ou descendentes.

As mulheres migrantes vêm-se, assim, frequentemente, no centro de um feixe de obrigações para com os seus seja no país de origem, seja no país receptor, seja em ambos, que muitas vezes se torna difícil gerir, ao que acresce a carência de apoio que algumas sentem por estarem longe da família e verem-se perante o desafio permanente de tentarem de conciliar a vida profissional com a vida familiar.

Louise Ackers, no seu estudo *Cuidar à distância. Mulheres, Mobilidade e Autonomia na União Europeia*¹⁹⁰, que teve por população-alvo mulheres migrantes europeias para países da União Europeia, chama a atenção para a necessidade de prestação de cuidados e de assistência pela mulher migrante durante os seus ciclos de vida e a

¹⁸⁸ Ibidem

¹⁸⁹ HONDAGNEU-SOTELO Y AVILA, 1997, citado em ARIZA, Marina, op. cit., p. 70

¹⁹⁰ ACKERS, Louise, “Cuidar à distância. Mulheres, Mobilidade e Autonomia na União Europeia”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 50, 1998

117

pressão que a mesma constitui para si, o que se traduz numa perda gradual da autonomia sentida no período inicial após a migração.

A prestação de cuidados e assistência aos dependentes ascendentes como os pais e, por vezes, os sogros no país de origem revela-se particularmente difícil, por ser mais uma responsabilidade acrescida ao cuidado dos filhos, ou porque, liberta deste, a mulher não consegue subtrair-se ao compromisso permanente da prestação de cuidados e assistência no país de origem, seja pelo sentido de obrigação, seja pelas expectativas que sobre ela recaem em relação ao desempenho desse papel.

A título de exemplo, o referido estudo evidencia que, mesmo quando há irmãos com os quais possa ser partilhada a tarefa de prestação de cuidados aos pais, o mais comum é que sejam as filhas a assumir as responsabilidades de assistência, mesmo que vivam noutra país.

“A natureza das responsabilidades pode ir do suporte continuado nos cuidados de tipo pessoal, a férias prolongadas destinadas a cuidar de pessoas necessitadas ou aliviar outros irmãos encarregados de idêntica tarefa; até formas de apoio como por exemplo o envio de dinheiro, a coordenação de períodos de acompanhamento ao domicílio, o aconselhamento ou a prestação de apoio emocional.”¹⁹¹

Quando não é possível às mulheres prestarem uma assistência a nível pessoal, muitas materializam o seu apoio através de contributos monetários, do contacto com organizações de assistência social (providenciando formas de acompanhamento no domicílio), ou «organizando» redes de apoio informais.¹⁹²

As estratégias delineadas podem mesmo culminar na circunstância de as mulheres trazerem os pais para junto de si, o que pode trazer também algumas consequências para os próprios como sejam, por exemplo, o desconhecimento da língua, a dificuldade de integração, etc.

Como foi afluído, a prestação de cuidados e de assistência no espaço transnacional e, em particular, a dependentes no país de origem é mais uma responsabilidade acrescida para as mulheres, do desempenho desse mesmo papel no país receptor, além da conciliação do mesmo com a sua vida profissional.

A migração implicou, para as mulheres, o distanciamento familiar e com este uma menor possibilidade de obterem algum apoio informal por parte da família, sobretudo

¹⁹¹ ACKERS, Louise, op. cit., 136

¹⁹² Ibidem, p.137

em momentos importantes da sua vida como, por exemplo, a experiência da maternidade no país receptor.

No referido estudo de Louise Ackers, muitas mulheres referiram-se à “falta de ajuda no plano prático e afectivo”¹⁹³ durante esse período.

“Quebrados os laços de parentesco e a ligação comunitária com o país de origem, falta-lhes o tipo de apoio com que contam muitas mulheres para poderem conciliar o trabalho remunerado e não-remunerado e para manterem relações equilibradas com os respectivos parceiros.”¹⁹⁴

Mesmo tendo família no país receptor, pelo lado do seu cônjuge, o relacionamento difícil com aquela e a subsequente falta de apoio informal levaram algumas mulheres a experienciarem situações de isolamento e de solidão.¹⁹⁵

Para fazer face a este problema da falta de apoio no cuidado e criação dos filhos, este estudo revelou algumas opções que estas mulheres tomaram: fazer visitas à família no país de origem, onde têm o apoio da mãe e das irmãs, mandar os filhos para o país de origem ou então mandar a sua mãe vir para junto de si durante algum tempo, após o nascimento de cada filho. Outros aspectos entram aqui em linha de conta como o facto de estas mulheres terem ou não filhos em idade escolar e recursos económicos para suportar as eventuais deslocações.

Apesar da relevância deste estudo, não pode ignorar-se o facto de esta população-alvo estar culturalmente circunscrita a nacionais de países da União Europeia. Um dos aspectos que está associado à responsabilidade da prestação de cuidados e assistência é a questão da “maternidade exclusiva”, ao contrário da noção de “maternidade partilhada” ou “maternidade outra” que é frequente, por exemplo, entre os povos africanos. Além disso, a noção de família, para os africanos tem um sentido muito mais amplo, o que contribui para que se desenvolva uma maior solidariedade tanto no país de origem como no país receptor.

4.6 Agência e migração

Embora os elementos estruturais de uma determinada sociedade imponham constrangimentos aos indivíduos, não é menos verdade que os indivíduos não são simplesmente receptores passivos, mas que possuem capacidade de agir com e apesar

¹⁹³ Ibidem, p. 124

¹⁹⁴ Ibidem

¹⁹⁵ Ibidem, p. 125

dos condicionalismos sociais. Por isso, no que concerne ao género como elemento estrutural e condicionante, as mulheres também não são apenas receptoras passivas dos efeitos desses modelos na sociedade onde estão inseridas. Ou seja, também elas têm capacidade de agir perante as imposições e os constrangimentos.

Como vimos, a migração feminina favorece, à partida, o aumento da sua autonomia, sobretudo pela mudança para um ambiente menos rígoroso em relação às mulheres e pelo desempenho de uma actividade remunerada, a melhoria do seu estatuto perante a sua comunidade de origem e contribui para o aumento do seu poder na relação entre os sexos. No entanto, referimos igualmente que a migração não subtrai as mulheres a determinadas responsabilidades no país de origem sobretudo para com a família, com consequências diversas e que, além disso, são um acréscimo às que já têm na sociedade receptora, juntamente com a necessidade de conciliação dessas responsabilidades com a sua vida profissional. Em consequência, as mulheres vêm-se obrigadas a tomar opções e a delinear estratégias que facilitem as suas vidas no cenário transnacional.

Essas opções e estratégias surgem como uma resposta para mitigar os efeitos dos constrangimentos impostos seja na sociedade de origem, seja na sociedade receptora, embora essas respostas decorram das expectativas que, no espaço transnacional, existem em relação às mulheres.

Para as mulheres, a decisão de migrar, por exemplo, embora influenciada por outros aspectos de ordem estrutural como a classe social, a idade, a região, a composição do agregado familiar, etc., vem contrariar a representação das mulheres como passivas e dependentes e percebê-las como possuindo a capacidade de se imporem, minimamente, pela sua acção, aos condicionalismos existentes.

Por outro lado, no espaço transnacional, as estratégias que delineiam, as opções que tomam, por forma a darem resposta às expectativas que sobre elas recaem e às pressões vividas, são o produto da optimização dos recursos que têm disponíveis, nomeadamente pela gestão de redes.

É neste sentido que nos referimos ao conceito de agência, entendida como a capacidade de, com e apesar dos constrangimentos existentes da mais diversa ordem, optimizar recursos e delinear estratégias para minimizar e mesmo contrariar os efeitos desses condicionalismos.

Para compreender a migração feminina, o conceito de agência torna-se essencial, porquanto permite perceber as mulheres como assumindo o papel de decisoras, de gestoras, de agentes e de força criativa no espaço transnacional.

Ou seja, as mulheres migrantes, não só conseguem, mais ou menos, corresponder a expectativas culturais e sociais no espaço transnacional, como conseguem conciliar, minimamente, esse aspecto com o seu projecto pessoal de independência e autonomia, que se consubstancia principalmente no desempenho de uma actividade remunerada. Naturalmente, que a conciliação destas realidades e papéis, em ambiente transnacional, não é fácil e está longe de ser plena, acarretando consequências como recursos económicos insuficientes, trabalho precário e informal, pouco acompanhamento escolar dos filhos, etc.

Por isso, apesar do seu papel activo, por oposição à representação das mesmas como passivas e dependentes, a sua acção é muito limitada no que toca à mudança quer nas vidas destas mulheres, quer nas estruturas das sociedades em que se movem. De facto, a agência, ou seja, essa capacidade de agir com os condicionalismos existentes e com os recursos disponíveis no sentido da mudança, converte-se num aspecto residual do percurso migratório feminino.

Embora, seja um aspecto residual não é menos importante. O aumento da migração feminina, nomeadamente fora do contexto da migração familiar, é um indicador de que, apesar das dificuldades permanentes, a migração aparece como uma alternativa; e que a acção e a decisão femininas, pela sua rotinização e reconhecimento, podem contribuir para uma mudança de ordem estrutural.

V. SER MULHER E DE SER MIGRANTE – O
EXEMPLO DO MERCADO DE TRABALHO -

122

5.1 A inserção na sociedade receptora

Como se referiu anteriormente, a migração representa, para muitas mulheres, a possibilidade de se subtraírem a determinados constrangimentos sociais no seu país de origem. No entanto, é importante referir que a migração é também a entrada numa outra sociedade que é igualmente marcada por uma determinada ideologia do género, nalguns casos bem mais evidente que a existente no país de origem das mulheres migrantes. Como relata Mirjana Morokvasic, a respeito do enorme contingente de mulheres migrantes que entrou na Europa a partir de meados dos anos setenta, “Women who joined these migration streams were faced with the dominant western ideology – where a breadwinner is a man and a woman a dependent – and were assigned the status of dependents, whether this dependency was genuine or not. This ideology of male support has not only shaped immigrant/minority women’s social, legal and economic position in the immigrant countries, but it has usually been assumed to apply even more so to their societies of origin.”¹⁹⁶

Ao mesmo tempo, a condição de migrante pelo ingresso numa sociedade diversa, levanta, por si só, constrangimentos que não eram vividos no país de origem. Com frequência, o conhecimento insuficiente da língua e da cultura do país receptor, bem como dos seus direitos, colocam o migrante numa situação fragilizante. Na sociedade receptora, a própria noção de migrante encerra um conjunto de representações e pré-conceitos que resultam na discriminação e inferiorização do migrante. A segregação decorre da percepção de uma diferença que passa pelo próprio aspecto físico e que identifica o migrante como o “Outro”. A representação que é feita do migrante nas sociedades receptoras dá, muitas vezes, origem a situações de racismo aos mais diversos níveis.

Sendo que a entrada na sociedade receptora ocorre frequentemente pelo ingresso no mercado de trabalho, a situação social do migrante vai ser em grande parte definida em função da sua situação em relação ao mercado de trabalho e à posição que aí ocupa. Como refere Rafael Pérez Molina, “(...) parece existir una relación directa y recíproca entre el lugar que se ocupa en la escala social y el que ocupa en la escala laboral.”¹⁹⁷

Mas, com frequência a posição laboral dos migrantes é de desvantagem em relação aos trabalhadores nacionais, o que ocorre por diversas razões.

¹⁹⁶ MOROKVASIC, Mirjana, “ ‘In and out’ of the labour market: Immigrant and minority women in Europe”, *New Community*, 19 (03), April 1993, p. 472

¹⁹⁷ MOLINA, Rafael Pérez, “La interrelación de los aspectos culturales y laborales en la integración de los inmigrantes”, *Studi Emigrazione/Études Migrations*, XXXIII, n. 121, 1996, pp. 94, 95

Michael Piore refere que “the migrants themselves appear to be largely unskilled; typically, they cannot speak the language of the host country; often, they are unschooled and illiterate even in their own language; they sometimes come from backward rural areas, with little contact with the kind of urban, industrial environment where they work and live.”¹⁹⁸

Mas, como já foi aflorado, também as diferenças devidas à origem nacional e étnica e o seu não-reconhecimento nas sociedades receptoras têm um impacto negativo na posição social, na mobilidade e nas oportunidades dos trabalhadores estrangeiros. Neste cenário, as mulheres migrantes surgem como o grupo mais desfavorecido na dupla realidade de serem mulheres e de serem migrantes e que é sentida em diversos contextos e em particular ao nível do mercado de trabalho do país de destino.

“Inequalities [in the labour market for women] became heightened among migrant women who face a double set of “sexist relations” to those internal to the migrant group and to those of the dominant group and the state.”

De facto, as mulheres migrantes ou pertencentes a minorias étnicas são o ponto de intersecção¹⁹⁹ da desvantagem e exclusão étnica e de género, sobretudo ao nível do mercado de trabalho.

Essa desvantagem decorre de dois aspectos característicos do mercado de trabalho das sociedades receptoras destas mulheres migrantes. São eles: a segmentação do mercado de trabalho em que os migrantes são empurrados para os sectores mais desvalorizados e podendo mesmo entrar numa economia informal ou subterrânea, e a persistência do padrão da divisão sexual do trabalho que ilustra a existência de uma ideologia do género, que determina o recrutamento, não só da mão-de-obra nacional mas também estrangeira.²⁰⁰

5.2 Mercado de trabalho das sociedades receptoras e o migrante

Como se viu anteriormente, e recorrendo à teoria das migrações internacionais, a migração é fortemente condicionada, por um lado, por certos factores, reais ou percebidos, que no país receptor funcionam como factores de atracção ao potencial

¹⁹⁸ PIORE, Michael J. 1979, “Birds of Passage – Migrant Labor and Industrial Societies”, Cambridge University Press, New York

¹⁹⁹ ANTHIAS, Floya, YUVAL-DAVIS, Nina, 1993, “Racialized Boundaries - Race, Nation, Gender, Colour and Class and the Anti-Racist struggle”, Routledge, London and New York, p. 123

²⁰⁰ Este estudo revelou alguns casos em que a diferença étnica se sobrepõe ao género. Uma entrevistada e a filha de uma chegaram a trabalhar na construção civil.

migrante, por outro, por factores que, no país de origem, funcionam como factores de repulsão, ou seja, que incitam ou provocam o movimento migratório.

Podem identificar-se como factores de repulsão – pull factors –, porque conduzem à decisão de migrar, a elevada densidade populacional e o crescimento acentuado da população, a pobreza, a falta de oportunidades económicas, a repressão ou a violência política e étnica, os conflitos armados, a degradação ambiental e os desastres naturais.²⁰¹ Os factores de atracção, os chamados push factors, são aqueles que atraem o potencial migrante e incluem a oferta de emprego, a disponibilidade de terra, as oportunidades económicas, a liberdade religiosa e a liberdade política.²⁰²

Assim, seja ou não um processo mais ou menos complexo a migração é um processo biunívoco, ou seja, é condicionado por determinados factores, tanto no país de origem como no país de destino.

A enumeração e teorização dos factores, sejam de repulsão ou de atracção, que podem estar na origem de um movimento migratório têm-se polarizado, grosso modo, e como vimos anteriormente entre as perspectivas clássicas, liberais e economicistas e as perspectivas marxistas e estruturalistas.²⁰³

Em relação, por exemplo, à migração laboral para a Europa no período do pós-II Grande Guerra Mundial, podem apontar-se as carências de mão-de-obra em sectores cruciais, e portanto, razões de ordem económica, como estando na origem deste importante movimento migratório e que funcionaram como um poderoso factor de atracção.

No entanto, neste particular, deverá também referir-se que, além de factores de ordem económica, também factores históricos influíram na direcção desses movimentos, o que explica, por exemplo, a forte migração de trabalhadores magrebins durante esse período para França.

Com resume Hermann M. Kurthen, num estudo sobre as desigualdades que se verificam no mercado de trabalho, no caso particular da Alemanha,²⁰⁴ “(...) the entry of migrant workers from different ethnocultural and national backgrounds into an economic system is often the result of specific historical and labour shortages, in particular

²⁰¹ IOM- International Organization for Migration, 1997, “Overview of International Migration”, IOM, p. 20.

²⁰² Ibidem

²⁰³ Por exemplo, algumas teorias defendem que a motivação para o processo migratório é a diferença salarial entre a região de origem e as oportunidades económicas no país de destino. Esse diferencial efectivamente existe, mas parece não ser ele que governa o processo migratório. Os países de origem não são tipicamente os países de menor rendimento, que forneça o maior diferencial salarial. (PIORE, Michael J. op. cit. p.5)

²⁰⁴ KURTHEN, Hermann M., “Ethnic and gender inequality in the labour market: the case of West Berlin and Germany”

occupational and industrial sectors combined with specific “push and pull” factors in the host as well as in the sending country, under conditions of an open regional or world labour market system.”²⁰⁵

Sabe-se, no entanto, que uma das grandes causas da migração é de ordem económica, ainda que ocultando outras mais específicas, sobretudo porque uma grande maioria das pessoas migra para procurar emprego.²⁰⁶

E o aspecto do emprego é bastante relevante como parte do processo de integração sociocultural no país receptor.

5.3 Segmentação do mercado de trabalho

Uma das características do mercado de trabalho dos países industrializados é a sua segmentação ou desigualdade. Piore define do seguinte modo essa diferenciação: “É a aceção de que o mercado de trabalho das nações altamente industrializadas estão divididas em segmentos relativamente impermeáveis que assim determinam padrões de emprego.”²⁰⁷

Por este facto, certos grupos, com determinadas características vão aparecer sobre-representados em certas actividades do mercado de trabalho em detrimento de outras.

As características dos trabalhadores e as pertenças ou grupo a que estão associados determinam a sua inserção no mercado de trabalho e a sua posição laboral. Porque dificultam o acesso a um certo emprego e não a outro e assim justificam a sobre-representação de certos grupos em sectores específicos, temos a diferenciação e estratificação do mercado laboral.

“A pertença a uma ou outra classe social ou a um grupo étnico ou outro serão outros dos componentes fundamentais que actuarão na estruturação selectiva dos ditos mercados. E é assim, porque qualquer destes elementos condicionará o acesso distinto a conhecimentos, recursos e potencialidades de acesso aos mesmos, que acabarão por materializar-se na hierarquização laboral e na composição diferencial dos mercados de trabalho.”²⁰⁸

²⁰⁵ KURTHEN, Hermman M. op. cit., p. 87
²⁰⁶ Este aspecto torna-se notório quando se trata de uma migração temporária. Neste caso, o migrante é um verdadeiro homo economicus, cuja motivação única é ganhar dinheiro, regressando ao fim de um curto espaço de tempo.

²⁰⁷ PIORE, Michael J. op cit.

²⁰⁸ KURTHEN, Hermman M. op. cit. p. 87

Além da classe social e da origem/etnia podemos igualmente apontar o género²⁰⁹ como um dos elementos principais que vão condicionar o acesso e a posição no mercado laboral e que contribuem substancialmente para a desigualdade e segmentação dos mercados de trabalho.

Contudo, estes elementos diferenciadores em termos laborais são apenas o reflexo de uma realidade mais profunda e que é a dinâmica das próprias relações sociais.

De facto, classe social, origem/etnia, sexo e idade, entre outros, são elementos que classificam socialmente os indivíduos, o que se reproduz no mercado de trabalho. São as relações sociais que se vão concretizar em certas maneiras de repartir o trabalho, pelo que são as desigualdades sociais que estão na base das existentes em termos laborais.

Além disso, as desigualdades que se verificam ao nível laboral, porque não vão contestar as desigualdades sociais, acabam por reforçá-las.

Fazendo uso dos elementos diferenciadores em termos laborais, Piore refere que no mercado de trabalho segmentado, ou também designado de mercado de trabalho dual, os homens, nacionais, brancos encontram-se num “sector primário” do mercado de trabalho caracterizado pelo emprego estável, bem pago, com boas condições e com forte organização sindical. Por seu lado, os trabalhadores migrantes, de minorias étnicas e as mulheres concentram-se num “sector secundário”, onde existe grande instabilidade de emprego, más condições de trabalho e uma fraca organização e representação sindical. Embora se tenham verificado mudanças ao nível do mercado de trabalho, no que diz respeito à estabilidade, por exemplo, o facto é que o mercado de trabalho se encontra segmentado e desigual, circunstância que se vem acentuando.

As alterações que se deram nas economias europeias, contribuíram para que essas diferenciação e estratificação se acentuassem. E, como se referiu, também a diversidade social e cultural e o subsequente contacto com a mesma, bem como a participação crescente, mas sobretudo visível, das mulheres no mercado de trabalho acentuaram essa segmentação.

Para o nosso âmbito de estudo destacaremos a origem/etnia e o género como elementos diferenciadores no acesso e na posição no mercado de trabalho.

²⁰⁹ Também a idade se vai tornando cada vez mais um elemento estratificador ao nível do mercado de trabalho.

5.4 Migrantes e segmentação

A segmentação dos mercados laborais é também o resultado das mudanças que ocorreram nas economias europeias.

A globalização económica criou, nos países industrializados, um número crescente de oportunidades para trabalhos altamente qualificados, mas também muitas oportunidades em sectores como limpezas, catering, segurança, etc., sendo a grande maioria do trabalho nesses sectores caracterizado por uma certa precariedade.

Na Europa do Sul, em particular, a expansão das economias provocou o aumento da oferta de emprego. Em sequência, a mão-de-obra nacional foi praticamente absorvida, verificando-se uma escassez de mão-de-obra em determinados sectores. Naturalmente, essa escassez verifica-se nos sectores menos atractivos do mercado de trabalho, uma vez que os nacionais preferem os trabalhos que asseguram as melhores condições, que são mais bem pagos e de maior prestígio. Os migrantes vão assim ocupar os trabalhos que a mão-de-obra nacional recusa realizar, dando-se assim uma progressiva substituição dos migrantes nos segmentos menos valorizados do mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo, o acesso aos empregos diverge consoante se tratem de trabalhadores nacionais ou trabalhadores estrangeiros, sendo que o recrutamento destes está dependente, em grande parte, da sua situação legal.²¹⁰

Muitos passam facilmente a uma situação irregular, quando não podem regularizar a sua autorização de trabalho ou residência, pelo que muitos acabam por ficar no país de forma clandestina e aumentar o número dos que se encontram na economia informal.

“(…) Hay una situación de división étnica o grupal del mercado de trabajo como consecuencia de prejuicios culturales generados por el contacto, así como por la propia estructura de un mercado de empleo que tiende a seleccionar entre trabajadores altamente cualificados o, por el contrario, seleccionar a aquellos, entre los que se encuentran los inmigrantes, que aceptan condiciones de empleo precarias, con un alto índice de temporalidad y movilidad.”²¹¹

Assim, os empregos disponíveis para os migrantes são frequentemente aqueles que os nacionais rejeitam. Caracterizam-se por requererem poucas habilitações, por serem normalmente, mas não sempre, mal pagos, por serem conotados com um estatuto social inferior e envolvem, muitas vezes, condições de trabalho duras e desagradáveis e uma considerável insegurança. Raras vezes são oferecidas possibilidades de progredirem

²¹⁰ Por exemplo, no caso do acesso a certos empregos na Administração Pública estes estão apenas disponíveis para os nacionais.

²¹¹ MOLINA, Rafael Pérez, op. cit. p. 98

para oportunidades de trabalho mais bem pagas e mais atractivas.²¹² Além disso, são os empregos que se encontram em maior risco em caso de recessão económica.

5.5 Divisão sexual do trabalho

Como foi afluído anteriormente, o género é, além da classe e da etnia, um elemento constitutivo na formação e estratificação do mercado de trabalho. Ou seja, o facto de se pertencer a um ou outro sexo determina a inserção, a participação e a posição dos indivíduos no sector produtivo. No caso das mulheres, a representação que se faz do sexo feminino, com a atribuição de papéis específicos, vai determinar a sua incorporação no mercado de trabalho.

Contudo, a ideologia do género existente é determinante no mercado de trabalho porque ela está bem presente nas relações sociais e familiares.

“Women’s position in the labour market is defined, not simply by the structure of the labour market or the needs of the economy but also by patriarchal ideologies which define women’s positions in society. Social norms about ‘women’s work’ and ‘men’s work’ underpin the unequal division of labour in the household, occupational segregation of the labour market by gender, and underlie processes whereby a substantial number of women may never enter the labour market”²¹³

É a divisão sexual das tarefas na família que vai reflectir-se na segmentação do mercado de trabalho com base na diferença do sexo.

Do mesmo modo que nas relações sociais e familiares, o sexo é associado a determinadas tarefas e actividades, também no mercado de trabalho, as mulheres vão aparecer a desempenhar tarefas específicas e semelhantes às desempenhadas na vida doméstica e em ocupações consideradas como estereotipicamente femininas.²¹⁴

“Women tend to be segregated into particular occupations which are carefully delimited by an ideology linking their activity to their gender, as with the vast majority therefore working in occupations defined as having some structural resemblance to their family role.”²¹⁵

²¹² PIORE, Michael J. op. cit p.17

²¹³ BRAH, Avtar, “ ‘Race’ and ‘culture’ in the gendering of labour markets: South Asian young Muslim women and the labour market”, New Community, vol. 19, n.º 3, Abril 1993, Commission for Racial Equality, p. 452

²¹⁴ Aquelas actividades caracterizadas pela necessidade de esforço físico, de exercício de determinadas necessidades de comando e de decisão estão ligadas ao homem, reservando-se assim para as mulheres todas aquelas nas quais adestreza, a habilidade e a paciência são fundamentais. É a partir daqui que tais trabalhos são caracterizados como “mais próprios de homens” ou “mais próprios de mulheres”.

²¹⁵ Cit. Em MOROKVASIC, Mirjana, “Minority Women in the Labour Market”

A este respeito podemos dizer que a divisão sexual do trabalho atravessa de forma transversal a esfera da vida doméstica e o âmbito do trabalho pago, além de podermos afirmar a permeabilidade da fronteira que os divide. Por outras palavras, queremos dizer que a entrada das mulheres no mercado de trabalho não vai subtraí-las à ideologia do género existente na família e nas relações sociais. Na realidade, a sua inserção profissional irá ocorrer preferencialmente em ocupações “estruturalmente” semelhantes às da vida doméstica e familiar.

Além disso, a participação das mulheres em determinados sectores em detrimento de outros, tem por efeito o reforço ainda maior do estereótipo existente em relação aos papéis atribuídos à mulher em termos sociais e laborais.

Isto porque a incorporação das mulheres “se ha realizado en unas condiciones laborales y en unos sectores que en muchos casos, no solo han cuestionado su posición social [e por isso laboral] sino que han venido a reforzarla.”²¹⁶

E contudo, a participação laboral feminina não é assim tão recente como se crê, mas a força desta ideia tem feito persistir o modelo do homem ganha-pão. “esa imagen creada ha modelado las características, las formas y el modo de cómo se ha llevado a cabo esa incorporación femenina al mundo productivo”²¹⁷

Esta realidade explica o facto de que estas mulheres trabalhadoras se incorporem na produção extradoméstica, ingressando em determinados sectores, pouco qualificados e mal-pagos, como os da economia informal, o que facilita o cumprimento das suas obrigações familiares.²¹⁸

Há ainda um segundo aspecto que se torna tão relevante quanto a persistência da divisão sexual do trabalho no mercado de trabalho no que concerne à presença das mulheres no sector produtivo. É que a transposição da fronteira da esfera da vida familiar para o âmbito do trabalho pago não representa o fim dos compromissos e responsabilidades que lhe são atribuídos ao nível da vida doméstica e familiar. Pelo contrário, apesar das mulheres ingressarem no sector produtivo e do trabalho pago, o seu papel na família mantém-se sem grandes alterações.

²¹⁶ D' ARGERMIR, Comas, 1995, citado em CRIADO, Encarnación Aguilar, “Trabajo y ideología de género en la producción domestica”, Etnográfica, Revista do Centro de Estudos de Antropología Social, Vol. V, n.º1, 2001, p. 29

²¹⁷ CRIADO, Encarnación Aguilar, “Trabajo y ideología de género en la producción domestica”, Etnográfica, Revista do Centro de Estudos de Antropología Social, Vol. V, n.º1, 2001, p. 28

²¹⁸ Ibidem p. 29

Não só não se deram verdadeiras alterações na divisão sexual do trabalho, como, em paralelo com os compromissos profissionais, as mulheres continuam fortemente comprometidas com as responsabilidades domésticas e com a prestação de cuidados. Nas sociedades ocidentais, a vida familiar em relação ao trabalho está ainda bastante marcada pelo modelo tradicional do homem “ganha-pão” que se afirmou fortemente nos anos 50, e que está associado a um conjunto de crenças em relação aos papéis dos homens e das mulheres que estabelece a divisão do trabalho entre os sexos. De acordo com este modelo, ao homem é atribuído o papel de “ganha-pão”, ou seja, de sustento da família, ao passo que a mulher é a responsável pelas tarefas domésticas e pela prestação de cuidados e ainda de manutenção das necessidades do homem “ganhapão”. Apesar das mudanças que foram ocorrendo nas últimas décadas, nomeadamente a crescente participação das mulheres no mundo laboral, que compreendeu a transposição da esfera doméstica, este modelo continua a ter um enorme poder.

“(…) despite apparent shifts there has not been ‘no real change’ in the gender division of labour. That is, that as women’s entry into the labour market has been concentrated in lower-level occupations, and as women still retain the major responsibility for domestic and caring work, there has been a modification rather than a fundamental change.”²¹⁹

A importância que o género tem como elemento estratificador do mercado de trabalho e a necessidade (ou imposição) que as mulheres têm de ter de conjugar compromissos familiares com compromissos profissionais tem, naturalmente, repercussões em relação ao tipo de trabalhos. Ou seja, não se trata apenas de contribuir para que as mulheres sejam preferencialmente incorporadas nos sectores “estruturalmente” semelhantes ao papel por elas desempenhadas na vida doméstica, mas para que esses trabalhos, pelas suas condições, sejam frequentemente considerados os menos atractivos para os trabalhadores em geral.

A ideologia do género, em particular nos países industrializados, não só explica uma presença das mulheres em certas ocupações em detrimento de outras, como também que, numa mesma ocupação existam condições e perfis laborais diversos, também derivados da diferença sexual.

219 CROMPTON, Rosemary, “Employment, flexible working and the family”, *The British Journal of Sociology*, vol. 53, nr.4 December 2002, Ed. Routledge. p. 538

“Studies show that gender underpins such aspects as the definition of skill, the construction of the division between full-time and part-time work, the differential between men’s and women’s wages, segregation of the labour market into ‘men’s jobs’ and ‘women’s jobs’, the nature and type of hierarchies sustained by cultures of the workplace, and the experience of paid work in the formation of identities”²²⁰

A ideologia do género que persiste em termos laborais, explica diferenças entre homens e mulheres em termos salariais, de posição na hierarquia do local de trabalho, de permanência num determinado emprego, etc, com vantagem para os homens nestes diversos aspectos.

5.6 As consequências da divisão sexual do trabalho

A necessidade ou imposição de conjugar os compromissos familiares com os compromissos profissionais leva a que muitas mulheres se encontrem em ocupações caracterizadas por uma certa flexibilidade, muitas vezes em part-time.²²¹

Se por um lado, esta flexibilidade se apresenta como vantajosa porque permite conciliar trabalho e família, por outro apresenta desvantagens, que vão também traduzir-se ao nível profissional.

Essas desvantagens assentam na própria natureza e nas características deste tipo de trabalhos. Os trabalhos flexíveis ou de part-time são muitas vezes empregos inseguros e instáveis, gerando um rendimento que é insuficiente para sustentar o agregado familiar, além de fazerem recair sobre o empregado todos os custos que, numa situação de estabilidade do emprego eram assegurados pelo empregador.

Uma das características deste tipo de trabalhos flexíveis e/ou de part-time, é que dificulta, muitas vezes o desenvolvimento de uma carreira profissional, uma vez que isso requer um cometimento e uma dedicação quase totais, o que não é compatível com horários de trabalho reduzidos ou com interrupções temporárias.

“In general, flexible employment patterns are not conducive to an individual’s career. (...) A wide range of studies has demonstrated that flexible employment and part-time employment in particular, is detrimental to promotion prospects.”²²²

²²⁰ BRAH, Avtar, op.cit., p.441

²²¹ CROMPTON, Rosemary, op. cit. p. 545

²²² Ibidem

É importante referir, contudo, que a conjugação das responsabilidades domésticas com os compromissos familiares dificulta o desenvolvimento de uma carreira profissional, não só para as mulheres, mas também para os homens, quando são estes que asseguram esse tipo de responsabilidades.

O facto, porém, é que continuam a ser as mulheres a ter as responsabilidades domésticas e familiares. E, embora as mulheres se sintam hoje mais livres de escolher, uma grande maioria continua a dar preferência à sua vida familiar o que implica que são as mulheres que assumem as responsabilidades domésticas e a prestação de cuidados.²²³

É importante referir, no entanto que, embora o emprego feminino se apresente flexível, o padrão de emprego, de um modo geral, mudou bastante nas últimas décadas, com o liberalismo económico. Além de ser vir assistindo ao aumento do trabalho feminino pago, caracterizado sobretudo por uma por uma flexibilidade, vem-se verificando o declínio dos trabalhos estáveis masculinos de full-time. Estes caracterizam-se pelas diversas protecções em termos laborais, que proporcionam segurança aos trabalhadores, pela remuneração prevista, pelas perspectivas de futuro que oferecem, podendo ser um emprego para toda a vida. Este tipo de trabalho, associado ao modelo do “homem ganha-pão” está a ser substituído pelo emprego flexível onde se incorpora uma grande maioria da mão-de-obra feminina.

“Fewer employees can now expect the kind of permanency, and security or employment protection that characterized so much of male employment twenty-five years ago.”²²⁴ Quando se refere a existência actual da “feminização da mão-de-obra”, não pretende apenas afirmar-se o número significativo de mulheres no trabalho pago, mas também a deterioração em termos do tipo de ocupações em que homens e mulheres se vão incorporando e que são, cada vez mais, os empregos flexíveis.

5.7 Mulheres, género e trabalho

Para as mulheres, migrantes ou não, o trabalho pago proporciona, de certa forma, a transposição do espaço da vida familiar e doméstica, bem como a oportunidade de obtenção de alguma independência financeira, o que aumenta a mobilidade espacial e as

223 Ibidem

224 KOFMAN, Eleanor et al, 2000, “Gender and International Migration in Europe – Employment, welfare and politics”, Routledge, London and New York p. 105

133

possibilidades de escolha, aspectos que frequentemente tem efeitos ao nível das relações de poder entre os sexos na família.

Contudo, se o trabalho pago é, para muitas mulheres, sinónimo de independência, verifica-se simultaneamente uma maior dependência em relação ao mesmo. Isto é, a importância que o trabalho pago tem para muitas mulheres, leva a que aceitem as condições, muitas vezes precárias, oferecidas pelo empregador e não reajam para o seu melhoramento.

Diferentemente, alguns estudos têm evidenciado que a experiência de trabalho pago se revela de tal modo negativa e frustrante para algumas mulheres que estas abdicam das vantagens que o trabalho pago possa trazer consigo. Em consequência, muitas mulheres não procuram na família e nas tarefas domésticas a fonte de reconhecimento social e o respeito por si próprias que não alcançaram na sua experiência laboral conformando-se (e assumindo) assim ao papel que lhes é socialmente atribuído.

“Therefore, performance in household tasks may remain the only possible source for such recognition and self-respect and women may accept the status quo in household relations.”²²⁵

Este aspecto torna-se mais premente, quando se trata das mulheres migrantes (ou pertencentes a minorias étnicas): por um lado, pelo aspectos da diferença que resulta frequentemente na discriminação negativa em termos laborais, por outro pela grande dependência em relação ao trabalho, uma vez que uma grande maioria dos migrantes migra por razões económicas.

Com efeito, para as mulheres migrantes, a vivência num ambiente diferente, muitas vezes hostil no país de destino da migração e que se exprime frequentemente no tipo de trabalhos que desempenham, leva a que muitas se conformem com as relações do género existentes e se virem para casa e para o lar. Este aspecto vem contrariar as perspectivas existentes na pesquisa feminista de que a família é, para as mulheres, o primeiro e mais significativo lugar de opressão.

“In a hostile environment, they may also feel “in the same boat” as their husband or partner and look for compromises rather than change through conflict. These findings run counter to all those views in feminist research which put the central focus on the family as the primary and most significant site for women’s oppression. A migrant family, on the contrary serves the function of a refuge.”²²⁶

225 MOROKVASIC, Mirjana, op. cit. p. 475

226 Ibidem

134

No entanto, a excessiva dependência em relação ao trabalho, bem como a necessidade de ganhar dinheiro, nem sempre torna viáveis outras possibilidades às mulheres se não a de aceitarem as condições de trabalho que lhes surgem, como seja o papel que lhes é normalmente atribuído pela família e pela sociedade.

Por outro lado, para que isso fosse possível, era necessário que outrem, no agregado familiar, assegurasse o suficiente para o sustento da família, o que muitas vezes não é possível, sobretudo quando se tratam de famílias migrantes monoparentais, em que a mãe é a “chefe de família”, e em que ela tem de assegurar o sustento do agregado familiar. Mesmo que a experiência do trabalho seja menos compensadora, as mulheres, principalmente as migrantes não têm muitas outras alternativas.

Finalmente, acresce referir que muitas mulheres migrantes e pertencentes a minorias étnicas se encontram a trabalhar em negócios da família, como pequenas lojas ou restaurantes, mas onde o seu trabalho não é pago.

Apesar das barreiras que as mulheres migrantes enfrentam, de opressão, discriminação e limitação das escolhas, elas não podem ser entendidas como passivas ou como vítimas.

5.8 Mulheres migrantes no mercado de trabalho

Como vimos, a migração representa, para muitas mulheres, uma subtração a certos constrangimentos no seu país de origem, a possibilidade de emancipação e autonomia financeira e, para muitas delas, constitui a primeira experiência de trabalho pago.

No entanto, a mobilidade internacional vai também erguer barreiras que até aí não eram sentidas, pelos menos de um modo tão premente. Na realidade, parece haver, como vimos, uma contradição entre a ideia de migração como libertação e emancipação e o facto de as mulheres migrantes constituírem o grupo mais desfavorecido e vulnerável em termos do mercado de trabalho.

No grupo das mulheres migrantes cruzam-se género e raça²²⁷, dois elementos estratificadores das relações sociais e, portanto, do mercado de trabalho, uma vez que vão condicionar a sua inserção laboral em certos sectores, em detrimento de outros. Em virtude da segmentação do mercado de trabalho, a sua incorporação laboral vai ocorrer preferencialmente, por um lado, naqueles trabalhos mais mal-pagos, precários e conotados com um baixo estatuto social e que são aqueles que os nacionais

²²⁷ Raça é entendida, neste sentido, como origem, etnia.

normalmente rejeitam, por outro, nos sectores considerados estereotipicamente femininos, com uma maioria significativa nos trabalhos de tipo doméstico e de prestação de cuidados.

Ao mesmo tempo, é neste tipo de trabalhos mal-pagos, precários e tradicionalmente femininos que muitas mulheres migrantes encontram normalmente a possibilidade de se empregarem, mesmo se as suas competências são, na realidade, superiores às requeridas para o tipo de trabalhos que normalmente acabam por desempenhar.

Ainda assim, apesar de serem incorporadas nos sectores menos atractivos, muitos estudiosos consideram que este tipo de trabalhos oferecido às mulheres migrantes é uma “bênção das sociedades modernas” e uma forma de libertação das tradições opressivas da sua cultura de origem. E consideram ainda, que a causa do acesso restrito a esses trabalhos mais precários é a herança cultural da sua sociedade e não os múltiplos constrangimentos que sofrem na sociedade receptora. Este aspecto é, muitas vezes, utilizado como justificação para o facto de as mulheres migrantes serem incorporadas nesses sectores menos atractivos e para que lhe sejam atribuídos os empregos mais precários.²²⁸

As mulheres migrantes são maioritariamente procuradas para os trabalhos domésticos e de prestação de cuidados, ou seja, para o trabalho designado de reprodutivo. Utilizando a definição de Rhacel Salazar Pareñas: “By reproductive labor, I refer to the labour needed to sustain the productive labour force. Such work includes household chores; the care of elderly, adults and youth; the socialization of children; and the maintenance of social ties in the family.”²²⁹

A procura de mão-de-obra para o trabalho reprodutivo resulta principalmente das mudanças que ocorreram nos países receptores de migração e que funcionaram como poderosos factores de atracção, principalmente para a migração feminina, dado o tipo de tarefas requerido.

Em muitos países da Europa, deu-se a retirada dos serviços do Estado para o cuidado de crianças e idosos, verificou-se simultaneamente o ingresso em números crescentes das mulheres no mercado de trabalho ao que não correspondeu uma mudança, como vimos, na tradicional divisão sexual do trabalho e deu-se a ruptura da família extensa, na qual as mulheres eram obrigadas a cuidar dos idosos, o que criou uma lacuna ao nível do

²²⁸ MOROKVASIC, Mirjana, op. cit. p. 472229 PARREÑAS, Rhacel Salazar, “Migrant Filipina domestic workers and the international division of reproductive labour”, *Gender & Society*, vol. 14, n.º 4, August 2000, p. 561

desempenho das tarefas domésticas e da prestação de cuidados a dependentes ascendentes ou descendentes.

São principalmente as mulheres migrantes que vão preencher as lacunas ao nível do trabalho doméstico e da prestação de cuidados, assegurando assim o trabalho reprodutivo e sustentando o trabalho produtivo.

“For the most part, global cities require low-wage service labor such as domestic work to maintain the lifestyles of their professional inhabitants. Notably, many of the low-paying jobs created in advanced, capitalist countries are considered traditional ‘women’s work’”²³⁰

A procura de trabalhadoras domésticas mal-pagas surge, contudo, não apenas pelo aumento do número dos que se ocupam do trabalho produtivo nas grandes cidades, mas também porque a desigualdade do género persiste nas famílias desses trabalhadores. Ou seja, porque não se verificaram reais alterações na divisão sexual do trabalho.

De facto, os casais, em particular as mulheres, ao invés de questionarem o lar patriarcal e reorganizarem o trabalho doméstico e o cuidado das crianças, partilharem e dividirem tarefas, preferiram “pagar” a prestação desses serviços, recrutando mulheres socialmente em desvantagem, como é o caso das mulheres migrantes. Ao mesmo tempo, o rendimento auferido pelo casal dá às famílias a flexibilidade e a possibilidade de pagarem os serviços de outras mulheres, em vez de optarem pela distribuição mais igualitária do trabalho doméstico.

Deste modo, o trabalho reprodutivo, não-pago, desempenhado tradicionalmente pelas mulheres nos seus agregados e, muitas vezes, na família extensa, foi transferido para outras mulheres, socialmente mais desfavorecidas, neste caso, as mulheres migrantes, e foi comodificado, ou seja passou a ser um trabalho pago e estendeu-se a um nível internacional.

A comodificação do trabalho reprodutivo traz consequências ao nível do seu valor em termos sociais. Quando o trabalho reprodutivo é pago o seu valor social declina. Por exemplo, quando o trabalho reprodutivo, nomeadamente a prestação de cuidados, é desempenhado pelas mães, ele é designado de maternidade; quando é pago, é chamado de trabalho não-qualificado.²³¹ O baixo valor social dado ao trabalho reprodutivo pago contribui assim decisivamente para o baixo estatuto dos trabalhadores destes sectores.

230 PARREÑAS, Rhacel Salazar, op. cit. p. 564

231 Ibidem. p. 562

Uma outra consequência da comodificação do trabalho reprodutivo para muitos empregadores ou empregadoras, a oportunidade de abusarem do seu poder sobre outros iguais.

“Domestic work represents the commodification of highly personalized and emotional relationships, yet the employment of a third national country seems to mean for many employers the opportunity to treat the worker with less respect.”²³²

Ao mesmo tempo, sendo que é ao nível do sector reprodutivo que as mulheres migrantes encontram a possibilidade de ingressarem no mercado de trabalho no país receptor, elas vêm substituindo as mulheres nacionais neste tipo de trabalho. Acresce referir, porém, que, mesmo no sector reprodutivo, vamos encontrar diferenças entre nacionais e estrangeiros. “There are many forms of domestic work and although migrants dominate domestic work, some better paid, more secure, higher status categories of domestic work continue to employ indigenous men and women”²³³Ao nível do trabalho doméstico, a segmentação do mercado de trabalho, ocorrerá como anteriormente vimos.

5.9 Divisão internacional do trabalho reprodutivo

A migração feminina e o seu tipo de inserção laboral nos países receptores vão permitir alargar o conceito de divisão internacional do trabalho ao sector reprodutivo, pelo que podemos falar na existência de uma divisão internacional do trabalho reprodutivo. Neste conceito entram dois outros conceitos. São eles: a divisão internacional do trabalho e a divisão racial do trabalho reprodutivo.

A divisão racial do trabalho reprodutivo foi um conceito desenvolvido por Evelyn Nakano Glenn²³⁴ e que exprime, sobretudo, a hierarquia no grupo das mulheres no que concerne ao trabalho reprodutivo e onde se cruzam classe e raça. Recorrendo ao exemplo das mulheres brancas de classes privilegiadas que se libertavam do trabalho reprodutivo pagando os serviços das mulheres de cor, refere que se verifica uma hierarquia entre as mulheres ao nível desse tipo de trabalhos, verificando-se assim o que designa de “divisão racial do trabalho reprodutivo”. As mulheres nacionais transferem para as mulheres migrantes o trabalho doméstico e da prestação de cuidados.

²³² KOFMAN, Eleanor et al, op. cit. p. 122

²³³ Ibidem p. 119

²³⁴ Citado em PARREÑAS, Rhacel Salazar, op. cit. p. 562

A relação destes dois conceitos – “divisão do trabalho reprodutivo” e “divisão internacional do trabalho” – permite transpor para o âmbito transnacional o trabalho reprodutivo, o que Rhacel Salazar Parreñas, designa de “international transfer of caretaking”, que aqui entenderemos como “divisão internacional do trabalho reprodutivo”.

No estudo elaborado por esta autora sobre a migração de mulheres filipinas, a “divisão internacional do trabalho reprodutivo” engloba, não apenas o país receptor, mas também

o país de origem, em que as mulheres migrantes “pagam” a outras filipinas para assegurarem o trabalho reprodutivo, estabelecendo-se, deste modo, uma hierarquia entre as mulheres que migram e as que permanecem no país de origem. Da mesma forma que nos países receptores, no caso das mulheres migrantes filipinas, elas “libertam-se” do trabalho reprodutivo, mas que suportam financeiramente, e que é confiado a filipinas que permanecem no país de origem, consolidando uma distinção que já existe, em que as que migraram apresentam, em relação às que não migraram, um maior poder financeiro, (maior poder financeiro, maior autonomia, maior mobilidade) apesar da mesma nacionalidade, o que dá origem a uma hierarquia. De certo modo, podemos referir que, quer no destino, quer na origem, e como veremos mais adiante, as mulheres são normalmente as responsáveis por providenciar a prestação de cuidados e a realização do trabalho doméstico, mesmo apesar da distância e da mobilidade espacial.

5.10 Competências, trabalho e experiência migratória.

O tipo de empregos onde muitas mulheres migrantes encontram a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, caracteriza-se, entre outros aspectos, por requerer poucas habilitações, o que se repercute, por exemplo, na remuneração auferida e no seu valor social. O facto de estas mulheres se encontrarem nestes empregos que requerem poucas habilitações, deve-se, entre outros aspectos, ao facto de se verificar a procura de mão-de-obra para estes sectores menos valorizados, ao facto de muitas destas mulheres não terem experiência de trabalho anterior que lhes permita desempenhar outro tipo de tarefas e ainda devido ao não-reconhecimento das competências que estas mulheres possuem para desempenharem trabalhos mais bem pagos e melhor considerados socialmente. O não-reconhecimento de habilitações educacionais e de competências adquiridas leva a que muitas mulheres, ao ingressarem nestes sectores mais

desvalorizados do mercado de trabalho, se encontrem subempregadas. A crescer, as diversas pesquisas efectuadas nos países de origem dos migrantes têm demonstrado que não são nem os mais pobres nem os que têm menos habilitações que normalmente migram, pelo que muitos imigrantes acabam por se encontrar em trabalhos aquém das suas reais competências e habilitações.

Podemos dizer que, de um modo geral, tanto para os homens, como para as mulheres, a migração traz consigo a experiência da des-habilitação, em grande parte, porque as competências que possuem não lhes são formalmente reconhecidas ou são-no dificilmente.²³⁵

No caso das mulheres, porém, a subvalorização das actividades associadas às tarefas e ocupações consideradas femininas por se considerarem menos valiosas e exigentes as competências requeridas contribuiu fortemente para a criação de um estereótipo: que as mulheres empregues nas actividades ditas de “femininas” não têm ou têm muito poucas habilitações. Consequentemente, as possibilidades de mobilidade e progressão em termos profissionais tornam-se mais limitadas.

Finalmente, é importante referir que para muitas mulheres a migração pode representar um progresso em termos profissionais e educacionais²³⁶, mas pode ser também a perda de um emprego no país de origem, quando a migração se dá por razões de saúde²³⁷, por exemplo, ou pelo reagrupamento familiar.

²³⁵ Em Portugal é disso exemplo a imigração de Leste. No entanto, muitas mulheres de ex-colónias portuguesas em África que possuem habilitações consideráveis, mas que em Portugal dificilmente são reconhecidas. No conjunto dos migrantes, porém a diferenciação estabelece-se com desvantagem para os imigrantes de cor.

²³⁶ Algumas pessoas migram por razões de formação profissional, por exemplo. No entanto, a finalização dos estudos ou dos cursos, quando de natureza bilateral, pode implicar que se regresse necessariamente ao país de origem.

²³⁷ Um número muito significativo de mulheres e homens santomenses migra por razões de saúde.

VI. MULHERES MIGRANTES DE SÃO TOMÉ E
PRÍNCIPE - ESTUDO DE CASO -

141

Na reflexão sobre os dados empíricos que obtivemos para desenvolver este estudo, pretendemos retomar as hipóteses que formulámos no sentido de orientarem a nossa exposição:

Hipóteses formuladas

Hipótese 1 - As razões da migração das mulheres migrantes santomenses não são, normalmente razões económicas.

Hipótese 2 - As mulheres migrantes santomenses vêm para Portugal fora do quadro do reagrupamento familiar.

Hipótese 3 - As mulheres migrantes santomenses recorrem a contactos para virem para Portugal.

Hipótese 4 - Apesar da migração, as mulheres santomenses mantêm vários tipos de vínculos ao seu país de origem, seja pela prestação de cuidados, seja pela necessidade de assistência. Que estratégias adoptam?

Hipótese 5 - As mulheres santomenses vivem o constrangimento de serem mulheres e de serem migrantes, o que se manifesta principalmente em termos do mercado de trabalho.

Hipótese 6 - É comum a existência de lares monoparentais encabeçados pelas mulheres, que carecem de apoio, pelo menos dos pais dos seus filhos.

Hipótese 7 - As mulheres santomenses recorrem à “maternidade-outra” ou “maternidade partilhada” para minimizar a sobrecarga de responsabilidades em relação ao cuidado dos filhos e acolhem facilmente enteados, mesmo já não vivendo co-residencialmente com o pai dos mesmos.

Depois, pensamos que a referência à pergunta de partida pode ajudar-nos a apresentar mais claramente algumas das conclusões a que chegámos:

Quais os elementos que podem ser pertinentes e caracterizadores da migração das mulheres santomenses e da sua acção no sentido da prestação de cuidados a dependentes, tendo em conta os constrangimentos da representação que é feita das mulheres na sociedade de origem e na sociedade receptora e das mulheres migrantes na sociedade receptora, os aspectos culturais específicos da poligamia multipolar e da maternidade-partilhada e a necessidade de, como migrantes, terem uma actividade remunerada, num contexto transnacional?

Apresentamos ainda um quadro-síntese que apresenta esquematicamente os dados que obtivemos nas entrevistas que realizámos.

Entraremos depois na reflexão relativa ao resultado das entrevistas.

EA EB EC ED EE EF EG EH EI EJ
razões da
migração educacionais económicas
reagrupamento
familiar/económi
cas
saúde
(acompanhante) saúde
saúde
(acompanhant
e)
reagrupamento
familiar/saúde
/acompanhament
o
profissionais/
educacionais saúde saúde
(acompanhante)
reunião
situação
familiar
reunião familiar dos
filhos / ruptura com
companheiro no país
de origem
reunião familiar dos
filhos / ruptura com
companheiro no país
de origem / com "pai
de filho" no país de
origem sem ser
marido / com "pai de
filho" no país de
destino sem ser
marido / com filhos
de mais do que uma
relação
reagrupamento
familiar ao
marido e dos/com
os filhos
vive com a filha;
com companheiro
/marido no país de
origem
reunião
familiar dos
filhos; ruptura
com
companheiro
no país de
origem
familiar dos
filhos;om
"pai de filho"
no país de

origem sem
ser
marido;com
filhos de mais
do que uma
relação;
ruptura com
companheiro
no país de
reunião familiar
de alguns filhos e
a um
companheiro;
com filhos de
mais do que uma
relação
reunião
familiar do
filho; com
"pai de filho"
no país de
origem sem
ser
marido;com
filhos de mais
do que uma
relação
reunião
familiar dos
filhos com
apoio do
marido; com
companheiro
/marido no
país de
origem
reunião familiar
dos filhos; com
companheiro
/marido no país
de origem; com
filhos de mais do
que uma relação;
com "pai de
filho" no país de
origem sem ser
marido
origem
razões do
estabeleci
mento
de saúde - tratamento
da depressão;
depressão não é
socialmente bem
vista em São Tomé
de saúde -

tratamento da filha,
paludismo em São
Tomé pode ser
prejudicial para a
filha
saúde; ruptura
com o
cônjuge
de saúde -
necessidade
de o filho ir
às consultas
perdeu o
emprego em São
Tomé, bem como
o cônjuge
influência de
familiares
de saúde -
necessidade
de ir a
consultas;
necessidade
de ir a
consultas
saúde -
tratamento do
filho, porque está
à espera de ser
operado
Enfermeira antigo
sétimo; bolsa
parteira;
enfermeira -
9º ano
incompleto;
competên
cias/habil
itações
antes da
M
para o estrangeiro;
professora de
ciências naturais;
curso incompleto de
formação de
formadores
STP: co-responsável
de um salãoconvívio;
empresa de
hotéis
Não estudou
estudei até 7º ano;
trabalhei no Hospital
Central de São Tomé
não
especificou

Gulbenkian
em Angola;
estágio
especialidade
parteira na
Alfredo da
6º ano; limpeza;
auxiliar da
secretaria
auxiliar da
secretária no
Ministério de
Educação;
Frequência de
curso de
Ministério da
Cultura,
responsável
pela
contabilidade
trabalhava num
escritório de uma
firma privada
Costa;Exerce consultoria
u em STP
competên
cias/habil
itações
depois da
M.
construção civil
(serventia); limpezas
em prédios; limpezas
em casa das pessoas;
auxiliar numa
associação +
limpezas
GABÃO: tinha um
bar; limpeza em casa
de pessoas; PT:
limpeza em casa de
pessoas;
hipermercado;
cozinheira (curso de
f.p.)
ANGOLA:
trabalhou na casa
de pessoas; PT -
trabalha, mas não
especifica
não consegue
arranjar emprego
tomar conta
de crianças;
passava a
ferro;
limpezas+tom

a conta de
algumas
crianças+ven
de cervejas
(negócio)
limpezas limpezas
Curso de
hotelaria;
camareira/rest
auração; casa
de pessoas
firma de
limpeza;
Crusos de FP
- Apoio ao
Quotidiano e
Costura;
firma de
limpeza;
parque de
estacionamen
to
firma de limpeza;
faz umas horas
tempo
que está
em desde 96 desde 95 desde 95 desde 2004 desde 93 desde 94 desde 1999 desde 93
(Açores) desde 1994 desde 1996
Portugal
utilização tinha primos seus tinha as irmãs não recorreu a filha que
das redes
de
familiar
Tinha familiares em
Lisboa (Portela)
Tinha um "pai de
filho" no bairro
que foram o
contacto para o
marido - Queluz
tios que vivem no
bairro
todas e depois
um primo que
vivia em
não tinha
família a
quem recorrer
familiares (talvez
o companheiro,
mas não
tio que vivia
na Portela de
Sacavém
vivia com
uma irmã
dela ; marido

tinha família
s/amigos e Portela Odivelas especifica) tinha família
mãe com problemas
ex-marido -
depois da sua
necessida
de de
prestação
de
cuidados
no país
de
origem
preocupação com os
filhos e com a mãe
antes de estes virem
para Portugal
de saúde, e não
trabalha; padrasto
idoso; irmãos com
dificuldade em
arranjar trabalho;
irmã com oito filhos,
grávida e sem
marido; uma certa
altura da vida deixou
os filhos com a mãe
pai idoso
de momento, se
existem, não podem
identificar-se
loja ir à
falência e tem
um problema
numa perna e
precisa de
sapato que lá
não há;
inicialmente
com os filhos
e a mãe antes
mãe, irmã(?);
também a
filha
inicialmente
(não tão
evidente)
mãe, um filho e
uma filha
mãe e dois
irmãos;
inicialmente o
filho
a família não
necessita de
grandes
cuidados;

inicialmente 1
filho e duas
filhas
mãe, pai e filha
dela em São Tomé de virem para
Portugal
necessida
de de
prestação
de
cuidados
no país
de
mãe que vive com
ela e prima que é
doente
não são evidentes
sem evidências,
mas fala numa
irmã que tem
problemas de
coração
para com a filha que
tem necessidades
especiais
mãe ; filhos
mais velho
que raramente
trabalha;
filha, neto
não são
evidentes
actualmente o
marido que não
pode trabalhar;
filhos que são
menores
eventualmente
eventualment
e filhos que
são menores
não há
evidências
filhos, um deles
com um
problema de
saúde;
actualmente o pai
destino

EA EB EC ED EE EF EG EH EI EJ

venderam

bens que

tinham em

vendeu partes

da casa para

STP para

viverem em

Gestão

dos

recursos

para

apoio aos

familiares

s

enviou de dinheiro

para sustento dos

filhos e

simultaneamente

para pagar as

passagens dos filhos

e da mãe

para vir para

Portugal, vendeu a

casa que tinha em

STP; manda dinheiro

para os familiares em

STP

mandou dinheiro

para o pai que já

não pode

trabalhar; pagou

passagem?

Mandava para filha

qd ela estava na casa

de outra pessoa

mandar vir a

filha; os

filhos

vinham,

trabalhavam,

pagavam a

passagem;

enviava

pagou a

passagem da

filha em

prestações;

manda

dinheiro

manda dinheiro

para os

familiares,

mandava para

filha quando ela

estava na casa de

outra pessoa
pagou a
passagem do
filho para
Portugal
PT e pagarem
as viagens;
juntou o
dinheiro dos
abonos para
trazer os
filhos; não
cosrtuma
manda dinheiro
para a mãe, para
o pai e para filha
dinheiro para
os filhos e
mandar
dinheiro,
para mãe porque
também
precisa em
PT
não tem do
Apoio do
“pai de
filho”
num determinado os
filhos estiveram com
o pai, mas depois ele
viajou para
Moçambique e
deixou os filhos em
STP
teve apenas como
contacto para vir para
Portugal, mas para os
filhos m«não teve
quase ou nenhum
apoio apesar de
viverem no mesmo
bairro
não tem apoio do
marido que está em
STP
não tem apoio
não manda
dinheiro, mas
pergunta
pelos filhos,
num
determinado
período
tomou conta
da filha
não evidenciou

pai do
primeiro
filho, mas
tem um
marido cá de
que tem uma
filha, embora
o apoio não
seja tão
não tem
filhos fora
deste
casamento
teve do primeiro
marido para
pagar as viagens
dos filhos e que
dá apoio lá, do
actual marido,
por vezes
telefona e
preocupa-se
evidente
na origem, filha
está com a sua
Apoio da
família
no destino, na casa
do familiares
dos pais enquanto
cuidaram dos filhos
antes da reunificação
familiar
no destino, como
contactos
no destino, na casa
dos familiares
no destino, na
casa dos
familiares
não teve
apoio
na origem, os
filhos estão com
a mãe e ainda
tem lá uma irmã
no destino,
contacto, casa
de familiar;
na origem, os
seus pais
cuidaram do
seu filho até à
reunião
familiar
no destino,
contacto dos

familiares; na
origem,
durante um
certo período
a sua mãe e
depois uma
irmã
cuidaram dos
seus filhos até
à reunião
familiar
mãe e com a sua
irmã; os
familiares do
marido pagaram
uma parte da
passagem de um
dos seus filhos;
no destino
mandavam-lhe
dinheiro durante
o tempo em que
esteve em casa
com o mais novo,
depois de ter
chegado a
Portugal
filho trabalha não tem
Apoio
do/no
actual
agregado
o filho mais velho
trabalha nas obras e
ajuda-a, mas por
vezes fica sem
trabalhar meses; a
mãe toma conta de
crianças, ganha
qualquer coisa para
ela; o filho mais
novo estuda
filhas estudam e
trabalham;
actualmente
asseguram as
despesas porque ela
está de baixa
marido e mulher
trabalham, bem
como alguns dos
filhos que ajudam
os pais
todo porque ela não
trabalha e, por
enquanto está
permanentemente

com a filha
nas obras e
ajuda a mãe,
mas fica
muito tempo
também se
trabalhar, a
filha trabalha
raramente,
tem o neto
para cuidar
[pagar
apoio, porque
o filho
contraiu um
empréstimo,
parece que
ela ajuda a
pagar; as
filhas
estudam; não
há evidências
de a filha
filhos ainda
estudam; o
marido não pode
trabalhar – não
tem apoio
marido
trabalha e
filhos
estudam –
evidências de
que pode não
haver tão
grande apoio
do marido
filha trabalha
e ajuda – mas
tem uma a
estudar em
Coimba que
precisa de
apoio
filho mais velho
trabalha e estuda,
mas nem sempre
tem trabalho; os
outros filhos
estudam
creche] trabalhar
sim – 2 filhos da
existência
de filhos
de outras
relações
no

agregado
não
sim – 2 filhas de uma
relação, 1 filho de
outra
criou 1 filha de
uma relação
anterior do
marido
não
sim – 2 filhos
de uma
1ª relação e 4
do 2º marido
(mas só 2 da
2ª vivem com
ela)
sim – 2 filhos
de 1ª relação,
1 da 2ª
relação; vive
com ela 1
filha da 1ª e
uma da 2ª
relação com este
marido que
vivem com eles;;
2 raparigas e um
rapaz em STP e
um rapaz em
Portugal de uma
sim – 1 filho
de uma 1ª
relação e 1
filha de uma
2ª relação
não – todos
os que vivem
com ela são
deste marido
que foi o
único que
teve
vive com 2 deste
marido e tem um
casal de um 1º
marido
1ª relação
1º ela, depois veio 1º o marido
uma filha, com um filho
depois o mais
velho, uma
doente(que não é
dela), depois ela veio com o
reunifica
ção
veio 1º, mandou

chamar o filho mais
novo, depois o mais
velho e depois a mãe;
tem cá os filhos
todos
veio 1º, mandou
chamar o filho (mais
novo) e depois as
filhas; tem cá os
filhos todos
1º marido, depois
ela com os 5
filhos; tem cá os
filhos todos
veio com a filha;
gostaria que o marido
viesse mas é muito
difícil obter o visto
outra filha,
uma outra
filha, depois o
filho e depois
a mais nova
com o neto
(cada um que
vinha,
trabalhava e
pagava a
passagem),
por isso é que
não veio
veio grávida
da mais nova
e com o mais
velho, depois
mandou
chamar a
filha, também
porque a filha
queria estar
com a mãe –
tem cá os
filhos todos
sozinha, depois
os filhos mais
novos ficaram
aos três mais
velhos, mas que
são só dela;
gostava de trazer
a mais nova que
está em STP
mandou vir o
filho; a
menina
nasceu em
Portugal –

tem cá os
filhos todos
marido, e
depois
mandou
chamar os
filhos; já
tinha uma
filha em
Portugal (teve
recursos para
virem todos
ao mesmo
tempo) – tem
cá os filhos
ela veio com um
filho doente
ainda bebé,
depois veio a
filha e depois o
mais velho –
queria trazer a
filha que está em
STP que tem
dezanove anos
primeiro a todos
mais nova;
tem cá os
filhos todos

145

EA EB EC ED EE EF EG EH EI EJ

através da

contacto

com o

bairro

contactos/familiares

no bairro

contacto de "pai de

filho"

irmão dela que

conhecia o bairro

e indicou ao

marido dela

contacto com os

familiares que aí

vivem e onde ela

reside

não especifica

contacto de

conhecida do

filho no

bairro

não especifica,

mas confirmar a

entrevista

não especifica

irmã do

marido que

tinha uma

contacto no

contacto de

familiares no

bairro

bairro

composiç

ão do

agregado

mãe, dois filhos, 1

prima e 1 sobrinho 2 filhas e um filho marido, 2 filhas

não especificado

filha, tia, tio, prima +

1 pessoa

filho, filha e

neto 2 filhas marido e dois

filhos

2 filhos e

marido filha

2 filhos, 1 filha,

neste momento

também o pai

situações

de

ruptura

separação do pai dos

filhos; relação

falhada com um

santomense em
Portugal
separação em STP, 1
outra no Gabão
(poligamia) e outra
em PT com um "pai
de filho"
(possivelmente o de
São Tomé) conferir
na entrevista a outra
pessoa
não não
divórcio de
um 1º marido
em São Tomé
e separação
de outro em
STP com
afastamento
pela migração
separação do
1º marido já
em STP
separação do 1º
"pai de filho" -
pouco
especificado)
separação
/ruprura com
o 1º marido
(poligamia)
não não
poupar o
dificulda
des
sentidas
trabalho difícil que
teve de fazer no
início para poder
trazer os filhos para
junto dela
obtenção de casa e
condições mínimas
primeira
habitação no
bairro
obtenção de um
trabalho e de apoio
para a filha e para ela
mesma; separação
dos pais
dinheiro/
sacrifícios
que fez para
trazer os
filhos para
junto dela;

pouco
dinheiro que
ganha face às
despesas que
tem, filho
muitas vezes
cuidar dos
filhos
sozinha,
sbretudo nos
primeiro
tempo quando
eram muito
pequenos
incapacidade
física do marido
para trabalhar
separação da
família no
primeiro ano
nos Açores;
experiências
laborais
difíceis e
adaptação a
certos
comportamen
tos
pagar as
despesas com
estudo da
filha
não resolução do
problema do
filho,
necessidades
especiais, casa
sem emprego
desejo de
regresso
a STP
pretende regressar
"quando tiver tudo
organizado",
comprou um terreno
para fazer lá uma
casa; o mais velho
não quer ir, (saber
sobre a mãe na
entrevista)
queria ir lá, vir cá ,
mas já não pode
porque está doente e
também lá não há
tratamentos; os filhos
ficam
tem que criar

condições para
voltar, mas
depende tb do
marido, quando
tiverem lá uma
casa, resolverão
voltar
depende sa situação
da filha, como será o
tratamento, embora
em STP não haja
tratamento para ela
tem vontade
de ir, mas não
especifica se
é de
estabelecerse,
uma vez
que tem cá
toda a família
presentement
e não, mas
quando tiver
a reforma que
voltar;
"acabar a
velhice na
terra"; ianda
está por causa
do filhos, não
sabe em
relação aos
filhos
tinham planos
para regressar,
mas depois do
que aconteceu ao
marido...
sim, mas tem
de se
organizar
primeiro,
"concentrar"
porque não
tem lá nada e
tem os filhos
estudar , não
quer dizer
que não
venha de vez
em quando a
Portugal
em princípio
não regressa
pelas razões
de saúde
depois de

adquirir algumas
coisas que não
tem, quer
regressar; sente
saudades da vida
de STP, eles
ainda estão a
estudar; a filha
não fala em
regressar

146

6.1 Razões da migração e do estabelecimento

Os dados recolhidos permitem apontar diversas razões que estão na origem deste movimento para Portugal e podem dividir-se grosso modo em quatro categorias: razões de saúde, em que englobamos o movimento que se deu pela necessidade de acompanhamento a menores, razões de reagrupamento familiar, razões económicas e razões educacionais. Neste grupo de mulheres, 8 vieram para Portugal, fora do quadro tradicional do reagrupamento familiar e apenas uma declarou ter vindo para Portugal por razões económicas. No caso de Alcina, que já tivera uma experiência migratória no Gabão, a migração para Portugal foi um projecto individual em que viajou para “arranjar a vida.”

"Bem, eu vim para aqui, porque, para arranjar vida, não é? Normalmente, eu tenho a minha mãe sem condições, tem muitos filhos..." [EB]

As razões de saúde foram as que maior peso tiveram na vinda para Portugal das mulheres que viajaram fora do reagrupamento familiar, pelo que metade das inquiridas veio para Portugal por essas razões.

“Então, tive uma emergência, atacou-me rim e eu tive de vir cá evacuada, porque o nosso país, como sabe, não tem... nós não temos condições.” [EI 1 – 1]

No entanto, de entre as mulheres que viajaram por razões de saúde, a maioria fê-lo pela necessidade de acompanhamento a descendentes menores doentes.

“Vim de junta médica com meu filho para tratamento. Ele nasceu com uma perna [mais curta do que outra]. É por causa disso que eu vim cá. Veio com nove meses, não me lembro. Ele era para ser operado.” [EJ]

"Eu vim, quer dizer, eu tinha meu filho, ele tinha 14 anos, teve acidente, bateu na bacia, vim com ele de Junta Médica." [EF]

O peso comparativo do movimento para Portugal, devido à necessidade de acompanhamento de menores poderá decorrer do facto de as mulheres aparecerem normalmente, nas famílias, como prestadoras de cuidados, ou seja responsáveis pelo trabalho reprodutivo e quando a necessidade desses cuidados se torne urgente, como é o caso de Maria que, embora se tenha reunido ao marido em Portugal, um sentido de dever ou obrigação em relação à prestação de cuidados esteve na origem da sua decisão.

"O meu marido já cá estava há mais tempo, que ele trouxe o menino para tratamento. Ele mandou chamar-me ...Eu vim, mas é só devido ao miúdo que estava doente, caso não fosse, eu não vinha."[EG]

As razões educacionais justificam a vinda para Portugal de duas das inquiridas: a possibilidade de frequentar um curso e a realização de um estágio levaram Ana e Maria João a virem para Portugal.

"Eu vim para Portugal, porque vim num estágio. Portanto, estávamos a fazer um Curso em São Tomé de formação de formadores. Havia uma parte em São Tomé e havia uma parte cá em Portugal. (...) Entretanto vim..."[EA]

"Infelizmente apareceu-me bolsa para vir cá... Há sempre aquelas reuniões eles [estados] acordam fazer... Sei lá arranjar bolsas, projectos assim para o país. Então este foi um dos que consegui vir para Portugal... Foram cursos relacionados com hotelaria e pronto... Não era a área que eu queria fazer, porque eu como já estava a trabalhar no Ministério queria fazer é secretariado. Mas, pronto, foi o que apareceu. Eu estava a frequentar o curso de consultoria (...) Mas como saiu esta bolsa... foi tudo a correr... Tive que deixar tudo para vir fazer... [EI]

A respeito deste último exemplo, transparece que as possibilidades de estudar no estrangeiro são rapidamente aproveitadas, mesmo que não o sejam na área pretendida, o

que leva a crer que a oportunidade de sair temporariamente do país de origem já é algo, por si só, assaz aliciante.

Independentemente das razões apontadas, não pode descurar-se que a vinda para Portugal destas mulheres exprime também uma realidade mais profunda, que é a sua própria história, pelo que por vezes, são diversos os motivos que se combinam e que se revelam aquando da decisão do estabelecimento. Carla, por exemplo, veio para Portugal por razões de saúde, mas também para se afastar em definitivo do seu marido.

“Vim com Junta Médica, porque vim doente, pronto. Além disso, também vivia com o pai, também que era uma pressão enfim. E depois, eu vim mesmo com essa ideia, vir fazer tratamento e mesmo não voltar, porque eu não queria mais com ele... porque era mesmo...” [EE]

Se a vinda para Portugal por razões de saúde e educacionais surge inicialmente como uma expatriação, mais do que um migração propriamente dita, o estabelecimento desta população no país de destino propicia, consciente ou inconscientemente a delineação de um projecto migratório.

As razões do estabelecimento estão muito ligadas com as razões da vinda para Portugal, embora como veremos, com algumas matizes, relacionadas quer com o país de destino quer com o país de origem.

No grupo mulheres das sete mulheres que migraram por razões de saúde (que inclui o acompanhamento a descendentes doentes) e por razões educacionais, três permaneceram no país pela necessidade de deslocação periódica a consultas, pelo tempo de espera até à operação do filho, pela necessidade de tratamento e, no país de origem, pela falta de medicamentos e pelo paludismo.

Por seu lado, Vanda, continua a aguardar a operação do filho, razão pela qual veio para Portugal.

"Ele [filho] está à espera de ser operado, mas ainda estamos à espera. Estou à espera há oito anos. Veio com nove meses... Ou é nove ou seis meses, não me lembro." [EJ]

Célia aponta a falta de medicamentos e o paludismo no país de origem como podendo ser prejudicial para a vida da sua filha deficiente, o que a impede de regressar a São Tomé e Príncipe.

"(...) lá não há medicamento para ela, o que ela usa aqui, lá não tem. (...) porque também, problema dela, chega a São Tomé, São Tomé tem paludismo. Ela tem que ficar aqui, porque paludismo ataca ela na cabeça, não vai sobreviver mais muito tempo. Lá em São Tomé, o paludismo dá cabo da criança, com problema mental pior." [ED]

O problema do paludismo em São Tomé e Príncipe é ainda apontado por Noémia, que veio para Portugal de emergência e para ser transplantada, juntamente com a necessidade de deslocação a consultas periódicas, como as razões que a levaram a decidir pela estadia no país de destino.

"Depois, eu já mesmo transplantada, é um bocadinho difícil regressar porque o nosso país tem problema de paludismo. Eu depois, como agora estou transplantada, eu sou seguida pelos médicos de seis em seis meses, mas eles já disseram que eu posso regressar para o meu país... Mas é um bocadinho complicado, porque eu, todos os anos, eu tenho de vir duas vezes por ano! Tenho que vir duas vezes para fazer revisão!" [EI]

Outras inquiridas apontam as razões de saúde como motivação para o estabelecimento em Portugal, mas conjugadas com outros aspectos que determinaram a sua permanência.

Ana, embora tenha vindo para Portugal por razões educacionais, revelou que, na altura que viajou vinha já um pouco doente, devido a uma ruptura conjugal que resultou numa depressão e ao tratamento, mas também alguma pressão social adiaram o seu regresso.

“Vim já um pouquinho doente, porque a separação com o pai dos meus filhos... E então eu vim... depois tive uma grande depressão entretanto. Então eu tinha

que ficar a fazer tratamento. Razão que me levou mais a decidir [ficar] é a questão de saúde. (...) Porque eu vi que, portanto a depressão em São Tomé não era bem conhecida... (...) Na tradição santomense, ir para um psiquiatra significa ser um maluco...Mas aqui não... (...) e então eu decidi ficar.” [EA]

Para esta inquirida, as razões de saúde sobrepuseram-se definitivamente às educacionais, uma vez que a conclusão da formação implicava o regresso ao país de origem, o que não aconteceu.

"Então eu vim e olha, depois tive uma grande depressão. Então eu tinha que ficar a fazer tratamento. Razão que me levou mais a decidir foi questão de saúde. Porque eu vi que, portanto, a depressão em São Tomé não era bem conhecida...Na tradição santomense ir a um psiquiatra significa ser um maluco. Mas aqui não e então eu decidi ficar.[EA]"

Tal como a anterior inquirida, também Maria João veio para por razões educacionais, mas influência de um familiar no sentido de ficar em Portugal, contribuiu para que a sua estadia se prolongasse até hoje.

"Depois ele [tio] aconselhou-me: «Ó minha sobrinha já tás cá. Tu daqui a mais um pouco vais ter a nacionalidade portuguesa. Ó pá vira-te, vê se tu fazes alguma coisa da vida»." [EH]

Para o estabelecimento no país de origem e particularmente no caso de uma migração fora do tradicional padrão de reagrupamento familiar, contribuiu também a existência de contactos, sobretudo de familiares, e que facilitaram essa permanência. De entre as dez inquiridas, nove recorreram a familiares ou conhecidos para se estabelecerem no país, quer começando por viver com esses familiares, quer obtendo informações relativas a potenciais locais para habitação.

“E depois, quando acabei o estágio vim p’ra aqui, p’ra Lisboa onde tinha familiares... Já tinha cá pessoas, depois viemos para este bairro (...) nós tínhamos alguns familiares aqui, saímos de Portela e viemos para aqui...” [EA]

“Eu vim para a casa da família e meu marido é que... Porque... ele tem uma meia-irmã, fui lá viver com meiairmã no Barreiro... Porque meu marido tinha cá [no bairro] uma pessoa de família. (...) Veio com a minha irmã, viram a casa...” [EI]

Antónia, que veio para Portugal por razões económicas, tinha um “pai de filho” no bairro e ele foi o seu contacto inicial no país de destino.

"Eu como tinha um pai de filho aqui, ele só mandoume passagem. Vim viver com ele." [EB]

Apenas uma das inquiridas, que veio para Portugal, devido à necessidade de acompanhar um dos seus filhos doente, não mencionou o recurso a familiares ou outro tipo de contacto e manifestou como sendo particularmente difícil essa experiência, embora já tivesse estado em Portugal.

“Eu não tinha cá ninguém. Eu não vivia com família nenhuma. Vivia... eu, o mais velho e a S. [filha]. Quando vim a primeira vez, eu era solteira, eu vivia com os tios, a coisa era diferente. Depois, quando vim sozinha e com criança, a coisa já era diferente. Imagina uma mãe sozinha, né? Cá em Lisboa a trabalhar...” [EF]

Independentemente das motivações da vinda para Portugal, o estabelecimento destas mulheres implica a formulação consciente ou não de um projecto que se materializa sobretudo na reunião familiar dos seus descendentes, na inserção no mercado de trabalho e em muitos casos na criação e manutenção de formas de apoio à família no seu

país de origem que usufrui materialmente deste projecto individual. A sua dinâmica e concretização serão analisadas em seguida.

6.2 Da reunificação familiar à consolidação

O início da reunificação familiar indicia o prolongamento da estadia no país de destino.

Neste contexto, a reunificação familiar é essencialmente a reunião no país de destino dos familiares de mais estreitos laços com que se vivia no país de origem.

Naturalmente, esta visão é sempre enviesada pela noção ocidental e portanto, não necessariamente universal de família, mas não podemos negar que pelo menos um dos progenitores e os filhos, unidos pelo mais forte vínculo afectivo e familiar, formam uma célula que compele à manutenção da sua intangibilidade através do espaço e do tempo. O modo como se dá a reunião familiar e nomeadamente os agentes e impulsioneiros da mesma é que se apresentam diversos.

O padrão clássico do reagrupamento familiar da migração na Europa caracteriza-se, como vimos em anterior instância, pela reunião das mulheres com os filhos ao marido/companheiro no país de origem. Um dos aspectos que, no entanto, releva desta população-alvo, também devido às próprias motivações da migração é o facto de o reagrupamento familiar tradicional ser pouco significativo. De facto, apenas duas das inquiridas migraram no quadro de uma reunificação familiar tradicional.

As restantes inquiridas, embora com pequenos matizes, foram, ao contrário do que sucedia no anterior tipo mencionado, as impulsioneiras no país de destino da reunião familiar, o que diverge do seu papel de sujeitos, passando a ser agentes, ou seja, é uma reunião dos filhos à mãe.

Antes de avançar, é importante referir que, apesar das diferenças entre estes dois tipos de reunião familiar, há um aspecto porém que se mantém inalterável e que é determinante: a presença ou conjugação de recursos para assegurarem a presença das mães junto dos filhos.

De facto, seja migrando como dependentes do marido, ou como precursoras de um movimento migratório, as mães continuam a ser as prestadoras de cuidados por excelência.

É de referir que, no caso das mulheres que migraram sós e concretizaram a reunião dos filhos, não se verificou a reunião do marido ou companheiro, mesmo estando juntos no

país de origem. A reunião dos filhos pode dar-se de uma forma faseada e assim obedecer a uma ordem em que os filhos mais novos vêm primeiro, pode ser suportada só pela mãe ou com o apoio do marido ou “pai de filho”. De entre as dez inquiridas oito deixaram os filhos no país de origem quando vieram para Portugal e sete vieram sem serem acompanhadas por marido ou companheiro, noutros casos sem terem já ligação afectiva com os mesmos. Durante o período que decorre da decisão da reunião familiar dos filhos e a concretização dessa reunião, os filhos ficam ao cuidado de outrem no país de origem, nomeadamente avós, o pai, ou uma tia. Maria João por exemplo, deixou o único filho que tinha na altura com os seus pais.

“O miúdo foi crescendo, fui vivendo com ele, quando tive que vir, viajar, eu tive que deixar com os meus pais. Só tinha dois anitos quando eu cheguei.” [EH]

A existência de um familiar ou “pai de filho” que cuide dos filhos no país de origem revela-se algo importantíssimo quanto a ausência súbita do familiar de confiança acelera e motiva a reunião familiar. Para Ana, por exemplo, a reunião dos filhos tornou-se uma prioridade quando o pai dos mesmos viajou.

“O meu sonho era ter os meus filhos comigo. Fiz tudo por tudo, porque depois o pai viajou para Moçambique, deixou-os lá sozinhos e eu achei que ‘tava no direito. Trabalhei, ajuntei. Foi um bocadinho difícil, mas era o meu sonho ter os meus filhos.” [EA]

Também Noémia, com o marido em Portugal, tomou com ele a decisão de trazer os seus filhos, para o que contribuiu a morte da sua mãe ao cuidado da qual estavam.

“Ficaram três. Viviam com a minha mãe. Quando vim de dois meses, minha mãe morre. Eles ficaram lá com uma tia e meu marido estava aqui na altura. Eles estavam mais ou menos crescidos, mas isso não tem nada a ver... Dinheiro aqui não tinha condições

de mandar. Meu filho tinha dezoito anos, ele estava minimamente em se assegurar, mas mesmo assim, quando meu marido regressou de sete meses, estava tudo à balda.” [EI]

Finalmente Clara, demonstrou também uma enorme motivação em trazer os filhos para junto de si, para o que contribuíram diversos factores no país de origem, nomeadamente a situação de violência doméstica da filha, a falta de recursos do pai dos seus filhos e a gravidez da sua filha mais nova. A separação temporária dos seus filhos revelou-se particularmente difícil.

“Eu, quando saí da casa do pai, vim, deixei os meus filhos com ele. Nos princípios eu chorei muito, porque eu era muito agarrada aos meus filhos. Mas a minha preocupação era: eu preferia passar fome que era para lutar para pô-los cá todos. Pois eu tinha uma filha que depois fugiu da casa do pai quando eu deixei, foi a casa do namorado e ele batia muito nela e eu sentia muita aflição com isso.(...) Eu mandava [dinheiro para São Tomé] porque sabia que a vida lá era muito difícil (...) pai tinha loja, loja foi à falência e depois que eu ouvi cá as pessoas a comentar que eles estão a passar a passar fome, foi um desgosto muito grande e aqui eu comecei a lutar muito mais ainda, quando tive essa notícia, eu até chorei. Esta aqui também fez um filho em São Tomé, por isso eu fiz um esforço para trazer ela o mais rápido possível, com medo que ela arranjasse mais, né? Quando soube essa notícia foi uma coisa muito estranha para mim. Nós [ela e uma das filhas] choramos, porque ela tinha pouca idade e ela era muito magrinha.” [EE]

De entre as inquiridas que levaram a cabo a reunião dos filhos, quatro suportaram financeiramente e na totalidade os custos da vinda para Portugal, o que inclui despesas com documentação e passagens aéreas. Conseguiram-no através do trabalho e da poupança e praticamente todas recorreram a prestações para pagarem as passagens.

"Quando eu vim para aqui, ela ficou com o pai. É pai dessa e do outro. Antes de eu vir para aqui, já não vivia acompanhada. Depois quando cheguei cá na Jamaica, mandei chamar minha filha, essa que é V. Só veio em 97. Ela veio, tinha catorze anos. Trabalhei [num infantário em Lisboa] tomei uma passagem para as prestações, ficava mais pouco."
[EF]

“Trabalhei, ajuntei. Juntava algum para pagar a passagem e tratar dos documentos para eles virem. Mandeí chamar primeiro o mais novo. Trabalhei, ajuntei algum mandei chamar o mais velho. O mais novo veio com sete anos, o mais velho com dezoito.”
[EA]

Uma das inquiridas que veio sozinha para Portugal e decidiu a reunificação dos filhos, soube potenciar o facto de eles serem maiores de idade e utilizou uma estratégia de financiamento desta reunificação que foi bem sucedida.

"Para cá estarem cá todos um vinha, trabalhava, pagava a passagem, porque eu não podia. A primeira que veio trabalhou e deu o dinheiro da passagem, então mandei vir o mais velho, ele veio, também trabalhou. A única que não foi paga, que não pode me pagar é esta que está aqui, pronto, ela foi uma miúda que teve doença de paludismo cerebral e afectou-a..." [EE]

Numa outra situação, uma das inquiridas que veio para Portugal por razões de acompanhamento a um descendente menor suporta parcialmente quer o custo da vinda para Portugal da filha deste seu segundo marido, quer do filho mais velho de um exmarido que, com a família dele, custeou também parcialmente a passagem do filho mais velho de ambos.

“Depois essa veio mais tarde, há pouco tempo. Marido mandou, pagou passagem lá 'tou a pagar,

paga lá aos poucos, de vez em quando mando para ele pagar. Dinheiro que eles ganham lá, não dá para guardar nada. [O mais velho] veio também há quatro anos e tal. Passagem foi mesmo pai dele, familiares dele, dão apoio para passagem. Mas é só metade...”

[EJ]

A obtenção de dinheiro para o pagamento de passagens e tratamento de toda a documentação necessária, requer uma gestão dos recursos disponíveis, que vai além da poupança ou do empréstimo.

Noémia, por exemplo, decidiu juntamente com o seu marido vender alguns dos bens que tinham no país de origem para poderem trazer os filhos para Portugal, bem como poupar todo o dinheiro dos abonos familiares para esse fim, além de o filho mais velho trabalhar para pagar a sua passagem.

“Depois, quando o meu marido regressou, ele tinha que vender uma casa para aguentar-me aqui. Nós tínhamos que vender umas coisas que é para pagar a passagem, para os miúdos virem, porque eu também não ia regressar, isso também não ia ficar lá, depois eles vieram, depois de três anos. Eles os três estavam lá a estudar, recebia abono e essas coisas todas... Consegui... Durante um ano e pouco, emiti papelada do abono e fiquei à espera e quando eu recebi, recebi o grosso dos três filhos, eu consegui pagar a passagem para uma e meu marido conseguiu vender umas coisas para pagar a passagem para outra, depois a gente tomámos na agência...e ele [filho] quando veio, começou a trabalhar, pagou, foi assim...” [EI]

Nem todas as inquiridas que levaram a cabo a reunião familiar conseguiram efectivamente concretizá-la se tivermos em conta que algumas inquiridas têm, no país de origem, filhos ou filhas que gostariam de trazer para junto de si. Duas das inquiridas, tendo deixado filhos no país de origem, manifestaram o desejo de os trazerem para Portugal, embora não o tenham conseguido.

157

“ [Filha] Ela já tem dezanove anos. Não reuniu condições de trazê-la e agora querem documento e agora que ‘tou legalizada, conta até dezanove anos...É mais difícil. ‘Tá com minha mãe e minha irmã.” [EJ]

“Eu, para mim, gostava de mandar chamar a menina que ela ainda está a estudar...É isso que estou a tentar ver, não sei ainda se vai dar...Eu, com este visto de trabalho que nos dão, não sei se é possível. Ela está ao pé da minha mãe.” [EG]

Enquanto não é possível reunir as filhas, elas ficam ao cuidado da tia ou da avó. A reunificação familiar dos filhos pode acontecer de dois modos: ou ter um único momento em que todos os filhos, ao mesmo tempo, vão para junto do pai ou da mãe, ou ser um processo faseado em que filhos se reúnem aos pais ou a um deles em alturas diferentes. Caso se trate de um processo faseado há uma questão que desde logo se coloca: qual a opção das inquiridas ao decidirem qual dos seus descendentes tem prioridade na vinda para Portugal?

No caso das seis inquiridas que deixaram mais de um filho no país de origem aquando a sua vinda para Portugal, a reunião dos filhos à mãe foi ou é feita de uma forma faseada. De um modo geral verifica-se uma tendência para que os filhos mais novos tenham prioridade sobre os mais velhos para virem para Portugal quando as mães sozinhas em Portugal suportam a vinda total e definitivamente (sem a da participação dos filhos). Ou seja, quando delas dependente todos o processo de reunião familiar. É uma lógica que funciona na proporção directa da necessidade da prestação de cuidados. A idade dos filhos é pois um factor determinante.

“Trabalhei, ajuntei. Mandeí chamar o mais novo. Trabalhei, ajuntei algum, mandei chamar o mais velho. O mais novo veio com sete anos, o mais velho com dezoito.” [EA]

“Depois mandei chamar o meu filhinho [mais novo]. Depois mandei chamar as minhas meninas há três anos e tal.” [EB]

Mas esta é também a lógica subjacente quando se trata da reunião dos filhos aos pais juntos no país de destino e em que ambos suportam financeiramente a vinda para Portugal. O caso de Noémia ilustra bem este aspecto:

“Depois eles vieram, depois de três anos. Eu vim em 94, em 97 a minha filha mais nova veio. Eu consegui pagar a passagem para um e meu marido conseguiu vender umas coisas para pagar a passagem para outra, depois a gente tomámos na agência e ele [filho] quando veio, começou a trabalhar, pagou, foi assim...” [EI]

Este exemplo, no entanto, permite-nos tirar uma outra conclusão e que é a tendência para a participação dos filhos que têm capacidade para trabalhar, no suporte financeiro da reunião familiar quando a decisão da reunião cabe à mulher ou eventualmente ao seu marido junto de si como no exemplo anterior, em que apenas o mais velho pagou a passagem. A vinda dos filhos para Portugal de forma faseada foi condicionada, não pela necessidade de prestação de cuidados, mas pela possibilidade que cada um dos filhos oferecia de optimização e racionalização dos recursos disponíveis. Ao invés de começar por reunir os filhos mais novos, começaram por vir para Portugal os filhos mais velhos que trabalhando pagavam a viagem, segundo uma lógica em que a vinda para Portugal se dá na proporção directa da possibilidade e capacidade de trabalhar.

“Para cá estarem cá todos um vinha, trabalhava, pagava a passagem, porque eu não podia. A primeira que veio trabalhou e deu o dinheiro da passagem, então mandei vir o mais velho, ele veio também trabalhou, mandou vir a mulher, já saiu da minha casa. Depois veio uma que tem 24 anos, juntou-se já com um também. Depois veio o meu filho que tem 22 anos. Esse que vive comigo até hoje. E então, a única que não foi paga, que não pode me pagar é esta que está aqui, pronto, ela foi uma miúda que teve doença de paludismo cerebral e afectou-a.” [EE]

Este tipo de estratégia implica que os filhos mais novos experienciam uma ausência mais prolongada da mãe comparando com os seus irmãos mais velhos, o que ocorre

muitas vezes em idades em que aqueles necessitam ainda bastante dos cuidados maternos. Estudos empíricos evidenciam algumas repercussões menos positivas desta separação da mãe, numa idade relativamente precoce. No caso dos rapazes e, tal como evidencia o referido estudo, quando são menores e em idade escolar, a ausência da mãe repercutiu-se em termos da aprendizagem escolar, sendo que os filhos que viveram separados da mãe demonstraram maiores dificuldades a esse nível. No caso das raparigas, de acordo com estudo mencionado, verificaram-se, por exemplo, diversos casos de gravidezes nas adolescentes que experienciaram a ausência da mãe.

Clara, que foi mencionada no último exemplo, deixou os filhos com o pai, quando veio para Portugal e optou por trazer primeiramente os seus filhos mais velhos, o que implicou efectivamente uma separação comparativamente mais prolongada da filha mais nova, que acabou por engravidar muito jovem, o que acelerou a sua vinda para junto da mãe.

“(...) ela tinha pouca idade e ela era muito magrinha, agora ela tem corpo... Ela era muito pequenina, muita magrinha. Quando tive essa notícia foi, para mim uma coisa muita estranha para mim... Por isso que eu fiz um esforço para trazer ela

o mais rápido possível, pronto, com medo que ela arranjasse mais, né? Era só pai... pai sozinho não podia cuidar, pronto.” [EE]

Um outro exemplo de que a participação de outrem no financiamento da vinda para Portugal de um filho altera esta lógica subjacente à reunião decidida e financiada totalmente pelas mulheres e que funciona na proporção directa da necessidade de prestação de cuidados é o exemplo de Vanda.

“ [O mais velho] veio também há quatro anos e tal. Passagem foi mesmo pai dele, familiares dele, dão apoio para passagem. Mas é só metade. Ela já tem dezanove anos, não reuniu condições de trazê-la.” [EJ]

Neste caso, o filho mais velho teve primazia sobre a filha mais nova, dada a participação do pai em São Tomé e Príncipe na vinda para Portugal.

Finalmente resta referir que apenas para uma das inquiridas se verificou a reunião simultânea e portanto, num só momento de todos os filhos. Trata-se de uma migração que combinou, desde logo, dois aspectos: por um lado, é uma migração que se enquadra no padrão tradicional da migração familiar, por outro uma migração que aconteceu por razões económicas, verificando-se também uma certa estabilidade em termos de apoio do marido.

“Primeiro, deixou-me com os filhos. Temos quatro filhos, com uma que tem outra mãe, que é a primeira filha, mais velha...São cinco e eu fiquei com os filhos. Com os cinco lá ele veio para cá. Fiquei quase dois anos lá sozinha com os filhos. Tive que tratar processo. Eu é que tratei de tudo. Comprei bilhete de passagem, pedi o visto, fui à minha embaixada pedir

o visto, consegui tudo sozinha, tratei passaporte.

[Marido] Pagou...Pagou a passagem. Mande dinheiro daqui para lá, também arranji lá. Paguei a passagem...É porque eu também batalhei lá, não fiquei sentada.”[EC]

Diferentemente das circunstâncias e condições da migração das restantes inquiridas, este último exemplo foi, desde o seu início, um projecto migratório consciente e amadurecido apoiado numa comparativa estabilidade e num compromisso familiar. Resta lembrar que em nenhum dos casos das inquiridas que viajaram sós se verificou a reunião do marido ou companheiro. Em relação às inquiridas que vivem com o marido em Portugal, pode apontar-se um caso em que se verificou o regresso do cônjuge ao país de origem.

“Meu marido, depois de algum tempo, teve um acidente aqui. Teve um acidente de carro, depois ‘tar a trabalhar, que é complicado. Porque depois teve uma reforma antecipada lá no banco. Ele regressou. Aqui ele não pode fazer nada, porque teve esse problema de acidente.” [EI]

Um outro aspecto já anteriormente afluído é que, independentemente do tipo e da estratégia de reunião familiar, com uma ausência prolongada ou não, as mulheres continuam assumir a prestação dos cuidados, ou seja, num quadro migratório a tendência geral é a de que mães (ou mães-outras) e filhos (ou filhos-outros) estejam juntos, independentemente do ponto geográfico a que nos referirmos e da presença ou ausência do pai e/ou marido.

Embora os tipos de reunificação familiar nesta população-alvo sejam dos filhos à mãe ou pais ou da mãe e dos filhos ao pai, verificou-se um caso que, além da reunião de descendentes se deu a reunião de uma ascendente que esta inquirida suportou financeiramente.

“Mandei chamar primeiro o meu filho mais novo. E depois trabalhei, ajuntei algum, mandei chamar o mais velho. Trabalhei, ajuntei algum e mandei chamar a mãe. A minha mãe e os dois meus filhos. “Tão aqui todos.” [EA]

A reunião de ascendentes está fortemente ligada à necessidade de apoio e prestação de cuidados dos mesmos.

Finalmente diremos, a respeito da maioria das inquiridas que concretizou ou pretende concretizar a reunião dos filhos, que não só se verifica uma separação geográfica do pai ou marido, mas principalmente que essa separação se traduz na discrepância existente entre ambos em termos do apoio dado aos filhos. Este aspecto será desenvolvido mais adiante.

6.3 O país de origem e a gestão dos recursos

O estabelecimento destas mulheres no país de destino não cessa naturalmente os vínculos afectivos ao país de origem. Por um lado, porque pode verificar-se, numa primeira fase a separação temporária, dos seus filhos antes de se proceder à reunião familiar. Por outro, porque muitas destas mulheres, mesmo após a reunião familiar dos descendentes, mantêm naturalmente a ligação aos seus familiares que ficaram no país de origem, nomeadamente aos seus ascendentes.

A circunstância da separação temporária, mais ou menos prolongada dos filhos implicou que fossem accionadas certas formas de prestação de cuidados aos filhos, sem as quais, não seria possível para estas mulheres desenvolverem um projecto migratório mais ou menos consciente. A possibilidade de deixarem o país de origem numa determinada altura e, decidido o estabelecimento, começarem a organizar a sua vida, implicou que estas mulheres pudessem confiar a outrem o cuidado dos seus filhos até ser possível proceder à reunificação familiar.

São normalmente os avós, menos vezes os pais que ficam com os filhos a seu cuidado, uma outra vez com uma tia e mais raramente com uma pessoa conhecida.

“Deixei os filhos com eles [mãe e padrasto], deixei duas meninas. Deixei três meninas para eles. Três não, duas. Morreu uma com cinco anos.” [EB]

“Quando eu vim para aqui, ela ficou com o pai.” [EF]

“A menina vivia com uma senhora... Ela infelizmente faleceu... Estava a viver também com uma pessoa que aquela senhora, quando ficou doente, deixou ela ficar na casa dela para tomar conta dela, depois houve alguém que recolheu ela outra vez... Ela viveu lá cerca de um ano e tal. Há pouco tempo, há coisa de um mês é que mandei ela ir para casa lá da minha mãe. Pois, aquela senhora, que nem conheço... Mandei, mandei ela ir no mês passado e disse a ela: «Oh pá, vai lá à avó, sai de lá, porque eu não estou a ver maneira de falar com a senhora, não tem telefone em casa... que não a conheço, então é melhor tu ires para lá da avó...» Ela voltou... Há bem pouco tempo.” [EG]

A separação geográfica das mulheres dos seus filhos não extingue naturalmente a obrigação que aquelas sentem em relação ao cuidado destes, o que é feito sobretudo sob a forma de envio de dinheiro para o país de origem.

“Juntava para trazer os... juntava não; mandava para sustentar os meus filhos em São Tomé.” [EA]

“Quando eu mandava para os meus filhos... havia muitas vezes... era, na altura era escudo, não era euro, era escudo, eu punha às vezes... mil escudos... às vezes punha dois contos, assim num envelope... pronto... já.” [EE]

Este tipo de apoio porém não se restringe aos filhos senão que o mais comum é que se estenda a outros membros da família no país de origem e que são, muitas das vezes, aqueles que asseguram os cuidados aos seus filhos, na sua ausência.

“Nem tanto para a minha mãe, nem tanto para os meus filhos, eu pensei igual, porque eu não posso mandar, mesmo quando [a filha] estava fora, não podia mandar só para ela, deixar a minha mãe... se eu tiver que mandar dez, tenho que mandar pelo menos doze, que eles estão lá, que é para aguentar mais...” [EG]

“Eu mando para a minha mãe e para a minha filha. (...) Sim... para minha filha, para minha mãe, ou empresto a ela, ela dá ao meu pai...” [EJ]

É importante referir que o apoio aos familiares no país de origem continua mesmo após a reunião dos filhos no país de destino. Neste caso concreto e, por isso, depressa um projecto aparentemente individual ou individualista se transformou numa possibilidade de as mulheres equacionarem formas de gerir novos recursos para melhorarem também a vida dos que deixaram no país de origem, independentemente das razões da sua vinda para Portugal.

Esta circunstância, aliada a um sentido de obrigação e preocupação em relação a alguns familiares, mesmo após a reunião dos filhos, favorece a criação e manutenção, a curto ou médio prazo, de formas de já afloradas como envio de dinheiro ou géneros e eventualmente estadias no país de origem ou destino e a resolução de problemas pontuais.

Além dos descendentes em relação aos quais não se tenha procedido à reunificação, os ascendentes que são normalmente os destinatários deste apoio. O apoio aos ascendentes decorre em grande parte do sentido de obrigação para com estes, reforçado

pelo aspecto cultural do cuidado directo dos idosos pelas famílias e do seu não abandono.

De entre as dez inquiridas, que têm familiares directos ou um marido no país de origem, seis enviam dinheiro para ascendentes ou descendentes em São Tomé e Príncipe.

“Eu mando dinheiro para o meu pai que ele já não pode trabalhar, já tem 87. Tenho lá pai, mas mãe já faleceu.” [EC]

“Nem tanto para a minha mãe, nem tanto para os meus filhos, eu pensei igual, porque eu não posso mandar, mesmo quando [filha] estava fora, não podia mandar para ela e deixar a minha mãe. Se eu tiver de mandar dez, tenho que mandar pelo menos doze, que eles estão lá que é para aguentar mais. Meu pai já faleceu, a minha mãe já tem quase noventa anos.” [EG]

“Eu mando para a minha mãe e para a filha. Ela já tem dezanove anos. Tá com minha mãe e minha irmã.” [EJ]

Uma das inquiridas, porém, revelou que não podia mandar dinheiro para o seu pai, não só porque ele tinha um apoio do governo, mas também porque ela própria tinha já uma grande despesa no país de destino.

"Meu pai tem 90 anos, ainda vive. Nesse momento está lá com uma minha irmã, mas vive. [mandar dinheiro] É um bocado complicado...Por acaso, eu digo que eu não tenho feito isso, porque ele, como esteve na guerra de 53, então o governo tem dado a ele uma ajudazinha... E como está lá a irmã...Eles têm. Minha filha agora está em Coimbra, ela entrou, ela não tem bolsa, não tem nada...É um bocado complicado. ” [EI]

O montante enviado pode ser condicionado pela necessidade de estender esse apoio a outros beneficiários que não o próprio destinatário. Uma das inquiridas vê-se na

necessidade de ajudar a sua mãe, entre outras razões, porque tem ao seu cuidado oito netos e uma filha doente.

"Envio. Porque até a minha mãe, coitada, já 'tá velha, sessenta e tal anos. [irmã] Outra que está lá não é assim bem... Tem problema de atraso mental. E agora ela tem quantos filhos? Vai fazer nove, 'tá grávida outra vez...Nove filhos. Tenho que mandar o dinheiro para lhe ajudar. Como é que a minha mãe vai ter condições para sustentar esses nove filhos? Eu é que tenho de mandar dinheiro. O meu padrasto já está quase com oitenta anos, já não trabalha. Tenho meus irmãos. A vida lá é um bocadinho difícil, porque não tem trabalho para eles. Bem, 'tou sempre a mandar. "

Embora não existam evidências claras nesse sentido, o envio de dinheiro, ainda que se destine a descendentes ou a ascendentes pode ser igualmente uma forma de apoiar, aqueles que, num agregado familiar prestam cuidados aos que à partida são os destinatários deste tipo de apoio. Quando este apoio de destina a um ascendente, não pode excluir-se a hipótese de se estender também a quem assegura os cuidados àquele. Uma inquirida, não enviando dinheiro para o ex-marido referiu que lhe envia de géneros alimentícios.

“Quando é assim pessoas de confiança, mas é para pai de meus filhos. Ele pede, às vezes, assim: «olha manda um queijo»; lá tem, mas é muito caro, ele não consegue comprar. Ele pede queijo, pede manteiga, já lhe enviámos.”[EE]

Uma outra inquirida envia, por vezes, medicamentos para a sua mãe doente, em São Tomé, uma vez que lá não existem.

“Para a minha mãe, quando eu tiver, mando para ela medicamentos, porque ela é doente, temos que mandar tudo isso....”[EB]

Uma outra forma de apoio a familiares é a estadia mais ou menos longa com ascendentes quer no país de destino quer no país de origem o que foi referido por uma inquirida e dado a conhecer por uma outra.

“Tenho mãe. Tenho lá irmã mas, de vez em quando, eu mando algum dinheiro. [foi de férias a São Tomé e Príncipe] Fiquei lá três meses com a minha mãe.” [EF]

“Somos nós que somos responsáveis. Aí minha irmã decidiu, então [pai] vem, mas eu disse: «Não, mas o velho já tem 87 anos, não convém, porque senão, para aguentar a viagem.» (...) Meu pai já está a dizer: «Olha, vou-me embora, porque já me disseram que aqui faz muito frio.» [EC]

Finalmente, a resolução de problemas foi mencionada por uma inquirida como uma forma de apoio ao seu ex-marido em São Tomé e Príncipe.

“Ele também tem problemas de perna...Há sapato que não lhe serve. Temos que mandar fazer formato com um centímetro maior. (...) Eu quero ver se apanho aqui um sapateiro que faz sapatos, que é para...Eu preciso, é...” [EE]

É importante referir que esse apoio só é possível com alguma autonomia, quando estas mulheres têm uma fonte de rendimento no país de destino e ainda que, nalguns casos, é todo um esforço que tem de conjugar-se com a necessidade de assistir e sustentar o seu agregado familiar.

6.4 Agregado familiar e responsabilidades

Num quadro migratório, a composição do agregado familiar permite perceber como se dá a gestão dos recursos no país de destino, se se partilham ou não encargos e responsabilidades.

Em relação à composição destes agregados familiares, podemos dizer que três das inquiridas vivem com marido e com filhos. Destas, duas que vieram para Portugal no quadro do reagrupamento familiar clássico.

O tipo de agregado familiar das restantes inquiridas caracteriza-se pela ausência do marido e pai dos seus filhos. Sete das restantes inquiridas vivem com os seus filhos ou alguns deles e eventualmente com um ascendente ou outros familiares.

Alcina, por exemplo, vive com os três filhos de maridos diferentes.

“Mandeí chamar o meu filhinho, mandei chamar o meu menino. Pai desse menino vivemos quase dez anos. Lá no Gabão... Começámos a viver. Pronto, as coisas não correram bem. E eu deixei, fui-me embora para São Tomé. As meninas eu fiz em São Tomé duas, morreu uma com cinco anos. Depois eu fiz uma no país onde é que eu estive com dificuldade...Lá no Gabão. Pronto, fui arranjar marido, as coisas não correram bem...Depois, mandei chamar as minhas meninas já há três anos e tal.” [EC]

Lucinda, por seu lado, vive presentemente com as duas filhas de pais diferentes, tendo um falecido.

“Fiquei com a V. e a S.[filhas]. [Uma] Tem nove anos. [Pai] Lá em São Tomé trabalhava, mas morreu. Essa tem 21 anos. [Pai] Está em São Tomé.” [EF]

Duas das inquiridas vivem no seu agregado familiar com ascendentes ou com as ascendentes e outros familiares.

“[Em casa] ‘Tá meus filhos...Meu pai ‘tá aí no quarto. Veio doente, mas ele quase não dá trabalho nenhum.” [EJ]

“Aqui nesta casa tenho: a minha mãe, uma prima minha, também veio de junta que não tem onde

ir.....também tá aqui a dormir enquanto estiver a fazer tratamento. Depois tenho meu sobrinho também que veio...Depois tenho os meus filhos... os dois...” [EA]

Uma outra inquirida, além dos filhos, vive ainda com um neto.

“Somos quatro. Veio [antes] meu filho que tem 22 anos. Esse que vive comigo até hoje. [Depois] Veio esta [filha] com o meu netinho.” [EE]

A composição do agregado familiar permite-nos inquirir sobre o modo como, partilhando um mesmo espaço se partilham ou não os recursos. De entre as dez inquiridas oito estão a trabalhar; seis têm a seu cuidado filhos menores ou em idade escolar e seis vivem com filhos maiores de idade.

No grupo das mulheres que vivem com filhos menores ou maiores, quatro vivem com filhos de maridos diferentes, embora apenas uma viva com o pai de um dos seus filhos. Um dos aspectos mais relevantes nesta população-alvo é efectivamente a ausência do pai, o que pode significar igualmente a ausência de apoio no cuidado dos filhos e uma sobrecarga para as mães, principalmente num quadro migratório.

“O marido lá em São Tomé trabalhava, mas morreu. [Pai dos mais velhos] Está em São Tomé...É pai dessa. Antes de eu vir para aqui, já não vivia acompanhada. Dinheiro não manda, mas quando vem para aqui, ele dá assistência aos filhos.” [EF]

“Só tinha dois anitos quando eu cheguei. E ele veio, depois dos quatro anos, veio. O pai também, como nós separámos, ele nunca quis saber do menino. O miúdo cansou-se também, porque ele escreve, o pai não escreve, ele telefona, o pai não telefona.” [EH]

“Ele [marido] trabalha, mas dinheiro que eles ganham lá não dá para guardar nada. Tem um

emprego, vive a vida dele. Ele telefona. Se estão a estudar. Telefone mais do que ele telefona.” [EJ]

Essa ausência do pai dos filhos pode por um lado da falta de recursos no país de origem, mas também devido a situações de ruptura que levaram a um total afastamento.

“Vim já um pouquinho doente, porque a separação com o pai dos meus filhos...O meu sonho era ter os meus filhos comigo, porque depois o pai viajou para Moçambique e deixou-os lá sozinhos.” [EA]

A presença de filhos maiores de idade em alguns agregados, ao invés de serem um encargo, podem constituir um apoio considerável para o agregado familiar, aliviando o esforço destas mulheres.

“Foi há dois meses, eu fiquei aqui em casa, deu-me um ataque cardíaco aqui. Até agora, eu não ‘tou a trabalhar já há dois meses e tal, elas é que têm que têm que comprar comida, põe em casa e tudo. Como eu agora, como eu vim do hospital, arranjei uma hora para eu fazer na casa de uma senhora. Mas às vezes eu sinto mal, porque eu não posso fazer esforço nenhum.” [EB]

No caso de três agregados onde vivem filhos maiores, verifica-se, porém, a existência de um apoio mais esporádico, sobretudo quando os filhos estão muito tempo desempregados, pelo que o que constituía inicialmente um apoio, pode, por vezes, tornar-se um encargo.

“Esse que vive comigo até hoje, já é um matulão que não trabalha; já trabalhou dois meses para um trabalho .Roupa é que eu não lhe dou, né? Mas comida tenho que lhe dar, porque senão...para não fazer coisas piores, né? Ele, quando trabalha, de vez em quando, se trabalha, chega no final me diz: «Mãe, toma lá qualquer coisinha que é para ajudar.» Quando ele não trabalha, tenho que ser eu mesma.” [EE]

“[Mais velho] De vez em quando trabalha, quando não há, ‘tá aqui em casa quinze dias, depois trabalha dois dias.” [EJ]

“O meu mais velho trabalha, mas é esse trabalho de obra. Quando há trabalho ganham. Mas, às vezes, ganham, por exemplo, um mês e depois têm quatro, cinco em casa ,né? Mas meses que ele ganhar, ele traz e ajuda. [EA]”

Quando os filhos maiores têm também descendentes, mas não tendo uma situação profissional estável, as mulheres acabam por ter de estender também a eles o apoio financeiro. É o caso de Clara que assume praticamente todos os cuidados do seu neto.

“A mãe não trabalha, a minha firma de manhã, ela vai. Ela tem um problema de muito esquecimento. Tenho este miúdo que não tem pai para ajudar. Este é tudo eu sozinha. Eu consegui pô-lo aqui [na creche] há coisa de dois meses, queria que ele fosse porque para mim era melhor do que estar em casa. Depois aqui ele está mais perto. Pronto, tenho que trabalhar...isso que tenho aqui, tenho que pagar. 62 euros que tem que pagar na creche, é o resto de tudo dele, é comigo.” [EE]

Por vezes, situações imprevistas podem alterar as responsabilidades e os compromissos no agregado familiar. Foi o que sucedeu com Madalena que vive com o seu marido e com os seus filhos menores.

“Com esse acidente, isso que aconteceu com o meu marido que ele não pode trabalhar. O compromisso todo é comigo...A casa, comer...É tudo comigo...” [EG]

Uma outra inquirida, embora tenha duas filhas maiores está fortemente comprometida com o apoio a uma que ainda está a estudar e que não está a viver com ela.

“Minha filha agora está em Coimbra, ela entrou ,ela não tem bolsa, não tem nada, é um bocado complicado. Tenho que pagar casa, tem que comer, ela não tem. .Eu tentei falar com Segurança Social aqui, eles disseram que é para ela se inscrever em Coimbra e ela está à espera.” [EI]

Finalmente, uma das inquiridas está totalmente dependente do agregado familiar de que faz parte, também porque veio para Portugal há relativamente pouco tempo e, além de não ter arranjado ainda um trabalho, tem uma filha que, sendo deficiente, está totalmente dependente da mãe.

“Ela não consegue sentar sozinha, não consegue fazer nada sozinha. Tudo eu tenho de ser com ela, porque ela já tem um ano. Eu sou tão dependente da família, o que família faz, dá-me, é o que eu como. Se não faz, eu não como, ‘tou aqui‘ [ED]

O apoio dado a familiares quer no país de origem quer no país de destino implica que, muitas destas mulheres procuram fazer um esforço no sentido de gerirem os seus recursos não só para melhorarem as suas vidas, mas também melhorarem a vida dos seus familiares ou para assegurarem o mínimo àqueles que vivem consigo. Neste contexto, as mulheres, encaradas muitas vezes como passivas e dependentes na migração, assumem um papel activo e determinante seja porque as circunstâncias obrigaram a que assim fosse, seja porque desde logo começaram a delinear um projecto migratório independente. Isto não é o mesmo que dizer que, neste contexto, essa seja a posição mais fácil ou mesmo mais desejável.

6.5 Migração e trajectórias profissionais

A vinda para Portugal destas mulheres representou a curto ou médio prazo a inserção no mercado de trabalho. Tal como a decisão da reunificação familiar, também a obtenção de um trabalho reflecte a decisão de uma estadia mais prolongada no país de origem e a construção de uma nova vida.

Todas as inquiridas trabalham ou pretendem fazê-lo, quer vivam ou não com o seu marido ou com um companheiro no país de destino. Pelos menos nove das inquiridas

trabalharam nos seus países de origem ou nos países para onde migraram antes da sua vinda para Portugal.

De todas as inquiridas que trabalham, sete trabalharam ou em limpezas, o que abarca todo o tipo de serviço de limpezas (prédios, casa de pessoas e firmas de limpeza) ou como domésticas, áreas onde lhes surgiu a oportunidade para se empregarem.

“Eu comecei a trabalhar...Porque, mesmo com esse problema de hemodiálise, como eu sou uma pessoa bem activa... (...) Com esse problema todo, eu levantava de manhã cedo e ia trabalhar. E comecei a trabalhar numa firma de limpeza...Levantava todos os dias de manhã, às cinco da manhã, pegava o autocarro e ia para o trabalho. Trabalhei durante dois anos e oito meses...” [EI]

“Então trabalhava numa instituição em Lisboa...num infantário...Trabalhei...Em limpeza...” [EF]

“Eu comecei a trabalhar na casa de uma senhora. Trabalhei como empregada de limpeza. Fazia tudo...Doméstica... Trabalhei em casa dela dois anos...” [EB]

Uma outra inquirida, além de passar a ferro na casa de pessoas que, por motivos de saúde acabou por deixar, aproveitou para tomar conta de crianças do bairro e com isso juntou algum dinheiro.

“Eu tomei conta de crianças aqui, foi na altura que eu queria mandar a minha filha vir, daí eu tinha muitas crianças em casa; tinha cá por volta de oito, nove até dez crianças...Houve altura que eu nem conseguia almoçar. Eu fiz isso durante dois anos e tal... Só que eu não pedia muito dinheiro, pedia barato, por isso é que as pessoas traziam as crianças.(...) Tudo do bairro...” [EE]

Para uma das inquiridas, porém, as oportunidades de trabalho não foram sequer possíveis nas limpezas ou como doméstica.

“Quando vim para aqui, tinha que trabalhar na obra, tinha que trabalhar na limpeza...A limpar e a carregar massa também. Carregava...Era um grupo de mulheres, porque, na altura, não tínhamos visto outra coisa, tínhamos que carregar tijolos e massas e isso...na serventia...Nos princípios, quando não se tem nada, fomos...E fazíamos isso muitas a chorar, foi muito...e essa fase foi muito, muito difícil.” [EA]

Numa perspectiva evolutiva, para estas mulheres que sempre trabalharam, a migração trouxe, na maior parte dos casos e no imediato, a regressão em termos laborais e profissionais.

Noémia, alguns meses depois de chegar a Portugal por causa de um tratamento de hemodiálise, começou a trabalhar numa firma de limpeza.

“Eu trabalhava no Ministério da Cultura, trabalhava na secretaria, era responsável pela contabilidade. Eu estava mais ou menos, com mais condições, mas tive que deixar tudo para vir cá...” [EI]

Ana que, em Portugal, começou por trabalhar em limpeza e serventia na construção civil, era professora em São Tomé.

“Lá eu já exerci. Porque eu, antes de ir para curso [no Congo-Brazzaville] eu já era professora, porque lá em São Tomé, como não tínhamos universidade, aproveita-se as pessoas com um certo nível para ensinar. Então somos instruídas para ensinar. E entretanto, depois eu fui fazer o curso e voltei a leccionar ciências da natureza. O curso era todo feito em francês.” [EA]

Em muitos casos, porém, além de ser verificar essa regressão em termos laborais e profissionais imediatamente após a vinda para Portugal, também não se verifica

posteriormente uma evolução positiva no percurso laboral, com o surgimento ou aproveitamento de oportunidades propiciem uma promoção. Vanda, por exemplo, que se encontra desde 1996 anos em Portugal, não viu melhorar substancialmente a sua situação em termos profissionais, pelo que continua a trabalhar em limpezas.

Trabalho só no período da tarde. Trabalho das 14 às

20. De vez em quando faço umas horas, mas é cansativo para mim. Eu sou efectiva lá [na firma de limpeza]. Pagam pouco, mas deste trabalho sou efectiva...” [EJ]

Neste caso, a migração traduziu-se numa regressão em termos laborais.

“(...)Eu trabalhava num escritório ao computador.(...) Era uma firma também, uma firma privada e...que não se ganhava bem, mas era melhor que o Estado. Era melhor que Estado (...)” [EJ]

Maria João, por seu lado, chegou a Portugal por razões educacionais, para frequência de um Curso de Formação Profissional na área da hotelaria durante um ano e seis meses e foi trabalhar numa residencial.

“Mas, pronto, foi o que apareceu e pronto. Depois de fazer o estágio, se eles gostassem do trabalho...Porque é assim: eu, se pelo menos tivesse um dezoito, não tive dezoito. Só quem teve 18 , 20 e por aí fora, claro que teve a colocação logo, né? Eu terminei com média de 15. E pronto, esta média de 15 não me... Eu, quando vim (...) fui directamente trabalhar numa residencial. E naquela residencial fazia tudo e mais alguma coisa, era obrigada a fazer tudo. (...) É assim: naquilo era uma escravidão permanente. [O ordenado] Baixíssimo, era menos que o ordenado mínimo nacional, eram 49 [contos]. (...) Eu agora estou a trabalhar, sou empregada doméstica. Trabalho numa casa, pronto.” [EH]

Não será totalmente errado dizer que, no início da vida em Portugal esta inquirida considerasse para si possibilidades de empregabilidade interessantes, tendo em conta que deixara o seu país por razões educacionais o que implica, desde logo uma valorização profissional acrescida. À medida porém que os anos foram passando e as experiências sucedendo, a evolução em termos laborais foi no sentido de uma regressão. A regressão em termos profissionais resulta, não apenas das características do mercado de trabalho das sociedades receptoras que empurram para os sectores menos atractivos do mercado de trabalho mulheres e migrantes, mas também da ausência de procedimentos adequados que permitam o reconhecimento das competências de muitas mulheres. Lucinda, que começou por trabalhar e trabalha em limpezas, é disso exemplo:

“Eu sou enfermeira. Sempre fui enfermeira parteira. Mas depois cheguei cá...Eu era para trabalhar aqui, mas depois ‘tava a exigir documento...A pessoa não tem documento...E depois foi outra vez, depois de tirar documentos fui para ali, eles disseram que tem que fazer um estágio de seis meses, não ganhava. Mas também vivia sozinha; tinha aquele miúdo, tinha a bebé. Eu não podia fazer um estágio, como é que eu podia? Não tinha ninguém para me ajudar. Seis a sete meses era muito para mim. Pagar renda de casa, comer e tudo, não podia fazer estágio.” [EF]

É importante referir, no entanto que, por vezes, no país de destino, surgem oportunidades de valorização profissional. Essas oportunidades surgem sobretudo ao nível das possibilidades de frequência de cursos de formação profissional, alguns especificamente dirigidos a este tipo de população.

“Fui transplantada, tinha ficado de baixa. Depois apareceu D. F. [presidente de uma associação local] que nós fizemos esse curso de Apoio ao Quotidiano. Durante dois anos e pouco fizemos esse curso. Nós fizemos estágio no lar de idoso, fizemos estágio em jardim-de-infância, fizemos estágio no restaurante, tudo isso, nós devíamos trabalhar nesse ramo.” [EI]

No entanto, nem sempre estas oportunidades de formação profissional se traduzem imediatamente em mudanças mais favoráveis no percurso laboral dos seus formandos.

“Depois disso [curso de Apoio ao Quotidiano] ainda fiz curso de costura, com o Centro de Emprego. Fiz costura durante nove meses... Depois cansei de costura, voltei outra vez para a firma [de limpeza] porque... uma pessoa acaba a costura, não dão emprego, não dão nada, nem nós fizemos estágio, não fizemos nada... Eu voltei outra vez para a firma de limpeza, depois tive um ano...” [EI]

Para Alcina o curso de formação profissional que frequentou no Centro de Emprego e Formação Profissional revelou-se vantajoso a curto prazo, uma vez que obteve emprego nesta área, embora neste momento esteja parada por razões de saúde.

“Eu sempre trabalhei em casa de pessoas e trabalhei no Pingo Doce daqui. Quando eu acabei contrato, eu fui fazer aquele curso [de cozinheira]. Mas quando acabei o curso fui logo para a escola... Cozinheira da escola... Depois mandaram-me para Triunfo. Eu saí de lá, porque eu não ‘tava mais a sentir assim muito bem.” [EB]

É interessante verificar, no entanto, que todas as formandas que conseguiram melhorar a sua situação laboral desde que vieram para Portugal, ou seja, que passaram a ter como ocupação principal um trabalho que não limpezas, frequentaram pelo menos um curso de formação profissional.

“E comecei trabalhar num firma de limpeza.(...) [Depois] durante dois anos fizemos esse curso [de Apoio ao Quotidiano]. (...) Depois disso ainda fiz curso de costura com o Centro de Emprego. (...) Eu voltei outra vez para a firma de limpeza, depois tive um ano... Então uma vez minha filha, essa minha filha mais velha estava a trabalhar nessa empresa... (...) Depois, um dia, fui lá, sabia maneira de ser, falei

com o homem... (...) Parque de estacionamento. Eu continuo ainda lá.” [EI]

“Trabalhei em limpezas até conhecer a CRIAR-T [associação local]. Ah não, fiz curso de mediadora lá no CEFEM [associação local] o, mandámos o currículo e fomos para entrevista [para a CRIAR-T] e, por sorte fiquei. Já ‘tou lá...vai fazer 3 anos e 3 meses.” [EA]

Mesmo se a promoção ou melhoria profissional ou laboral não decorrem directamente da frequência destes cursos, é possível que através dos mesmos, as formandas tenham sido capazes de se munir de instrumentos e adquirido conhecimentos que se tenham revelado cruciais para o recrutamento.

Em relação às restantes inquiridas podemos dizer que, de um modo geral se verificou uma regressão em termos laborais e profissionais e não se verificou uma evolução e mobilidade laborais que fosse além do sector das limpezas e do trabalho doméstico. Eis mais um exemplo.

“Eu trabalhava numa escola como auxiliar. Era auxiliar da secretária, fazia entregas de alguns documentos, de vez em quando, quando precisam de qualquer requerimento, eu batia à máquina. Aqui trabalho na limpeza, mas é melhor assim do que ‘tar parada.” [EG]

Uma das inquiridas, cuja ocupação principal não são limpezas, continua no entanto a ter essa ocupação, mas como actividade secundária ou complementar.

“Eu, por exemplo, agora nesse momento, entro às seis horas em Lisboa e saio às...faço duas horas e meia. E venho...às nove e quinze já estou aí. Venho descansar um bocadinho e volto outra vez para CRIAR-T [associação local]. Todos os dias.” [EA]

Diferentemente do trabalho de limpezas, o trabalho como empregada doméstica, propicia um tipo de relacionamento não só profissional, mas com uma componente emocional e afectiva comparativamente maior e proporcionada pela convivência próxima e na intimidade das famílias. Esta experiência pode revelar-se mais ou menos positiva para quem a tem como profissão. No caso das três inquiridas que trabalham ou trabalharam como empregadas domésticas e que se manifestaram a esse respeito, duas consideram que foi uma experiência que se revelou positiva.

“Porque eu trabalhava para aquela senhora da Casamia, ela, fosse como minha mãe. Ela me dava de comer, eu comia e tudo.” [EB]

“Entretanto comecei a fazer limpeza das casas das pessoas. E por acaso tive sorte. A casa de uma senhora a fazer desde sete horas, saía às oito horas da noite; ela tinha duas filhas e deixava-me com a casa, fazia... «Olha, ‘tá tudo bem» E depois arranjaram-me os medicamentos da família deles, receitaram-me os medicamentos, foi fantástico. E ela era forte como eu, enviava-me as roupas.” [EA]

Uma das inquiridas, porém, demonstrou maior dificuldade de adaptação.

“(…) comecei a trabalhar ali em 1996. Estou lá até hoje (...) Graças a Deus, não posso me queixar. Há umas coisas ou outras, você sabe... É assim: cada um tem a sua maneira de ser. Ora, muitas vezes a pessoa tem que engolir (...) a pessoa, mesmo que não queira, tem que aprender a engolir ... Foi o que eu me mentalizei ... Porque eu fui educada de tal forma que

o meu biquini e as minhas cuecas ninguém vê (...) Mas elas aqui não... É um sistema que eu... custou-me também um bocadinho. Eu cheguei à conclusão que tanto à vontade estão comigo (...) É isso que eu mentalizei (...) E elas estão assim à vontade e deixam as coisas por fazer, é natural. É uma coisa que me custou muito também, mas hoje em dia já, já...” [EH]

179

Apesar da baixa conotação social de empregos como limpezas e empregadas domésticas, a ideia de perda de competências e da regressão em termos profissionais, não pode ser aceite de modo absoluto. Com os trabalhos que obtiveram, a maioria delas conseguiu colocar em Portugal os filhos, sem ter a ajuda de mais ninguém além de conseguirem enviar para o para o país de origem alguma parte do que ganham. E ainda, como veremos em seguida, mesmo encontrando-se no país de origem sem os seus companheiros, elas são capazes de gerir os recursos que têm disponíveis para assegurarem o sustento do seu agregado familiar.

6.6 Conclusão

Quais os elementos que podem ser pertinentes e caracterizadores da migração das mulheres santomenses do Bairro Vale de Chícharos e da sua acção no sentido da prestação de cuidados a dependentes, tendo em conta os constrangimentos da representação que é feita das mulheres na sociedade de origem e na sociedade receptora e das mulheres migrantes na sociedade receptora, os aspectos culturais específicos da poligamia multipolar e da maternidade-partilhada e a necessidade de, como migrantes, terem uma actividade remunerada, num contexto transnacional?

Em relação aos elementos que podem ser pertinentes e caracterizadores da migração das mulheres santomenses deste bairro, consideramos os seguintes:

-

A esmagadora maioria destas mulheres declara ter vindo para Portugal por razões de saúde, seja porque elas próprias tinham algum problema de saúde, seja porque muitas vinham acompanhar os seus filhos nalgum tratamento, contrariando a tendência geral de que as mulheres migram normalmente no quadro do reagrupamento familiar. É, no entanto, necessário ter em conta que uma decisão tomada, apenas por motivos de saúde, é uma decisão que “se é obrigada a tomar”. Em relação à migração para acompanhamento de um doente, neste caso, os filhos, temos um exemplo de como problemas sociais como o défice de alguns serviços de saúde vão influir na vida das mulheres, sendo que elas são as responsáveis por acompanhar os seus filhos. Queremos ainda referir que, o facto de as razões ligadas à saúde serem as primeiramente apresentadas, não implica que outras razões não tenham influenciado na sua vinda para Portugal. Mais de metade das inquiridas justifica a sua permanência em Portugal por motivos de saúde (tratamentos, acompanhamento médico, etc.) Neste sentido confirmamos a hipótese As razões da migração das mulheres migrantes santomenses não são, normalmente, razões económicas.

-

As mulheres migrantes santomenses que encabeçam lares monoparentais, que viveram uma situação de ruptura com um companheiro antes da vinda para Portugal são as impulsionadoras do reagrupamento familiar dos filhos. Em relação a esta conclusão não poderíamos atestar totalmente da

verdade da hipótese que lhe diz respeito: “É comum a existência de lares monoparentais encabeçados pelas mulheres, que carecem de apoio, pelo menos dos pais dos seus filhos”, uma vez que, como referenciámos, demos preferência, na nossa amostra, às mulheres que tivessem este perfil. No entanto, lança uma outra questão: A ruptura pode estar associada às razões da migração e ao reagrupamento familiar?

A respeito deste tópico, queremos referir que, de entre estas mulheres que lideram lares monoparentais, a maioria tem ao seu cuidado, em Portugal, filhos de relações diferentes.

Poderíamos aqui introduzir a hipótese que colocámos: “As mulheres santomenses recorrem à “maternidade-outra” ou “maternidade partilhada” para minimizar a sobrecarga de responsabilidades em relação ao cuidado dos filhos e acolhem facilmente enteados, mesmo já não vivendo co-residencialmente com o pai dos mesmos”: No entanto, a aspecto da maternidade partilhada não foi evidenciado como forma de apoio a que estas mulheres recorram dada a ausência de um companheiro.

Neste contexto migratório e, pelas entrevistas realizadas, o aspecto da maternidade-outra, não foi suficientemente evidenciado. Sabemos que há, por vezes, uma delegação de cuidados, mas na verdade, não conseguimos captar esta realidade, pelo que não temos elementos suficientes para confirmar ou não essa hipótese.

-

A maioria destas mulheres recorreu ao contacto com familiares, amigos ou conhecidos para se estabelecer em Portugal, ou seja, A maioria das inquiridas recorre a familiares ou amigos para se estabelecer em Portugal. A hipótese “As mulheres migrantes santomenses recorrem a contactos para virem para Portugal.” foi facilmente verificada e, neste caso, estão implícitos os vínculos comunitários que existem no espaço transnacional e as redes (interacção) que facilitam estabelecimento do migrante na sociedade receptora, mas que também estimulam os fluxos migratórios. No caso destas mulheres, o contacto com estes familiares e amigos pode ter sido também um estímulo à decisão de migrar.

-

As mulheres migrantes santomenses optam pelo reagrupamento familiar dos filhos, em vez de os deixarem no país de origem. Esta circunstância pode

estar associada a dois aspectos: em primeiro lugar, o reagrupamento familiar é um dos direitos que assiste aos migrantes; em segundo lugar, parece ser menos penoso para estas mulheres, trazerem os seus descendentes dependentes (filhos menores) para junto de si, do que deixá-los ao cuidado de familiares no país de origem, o que requeria, ou que as mulheres enviassem dinheiro sustentar os seus filhos ou que esses familiares tivessem recursos. Trazer os filhos para junto de si parece ser a solução mais adequada. É importante referir também há razões que afectivas poderão estar na base dessa decisão, como foi evidenciado nalguns casos.

De facto, à data das entrevistas, as inquiridas ou tinham já efectuado o reagrupamento familiar dos filhos ou estavam a envidar esforços nesse sentido. Esta conclusão vem contrariar, em certa medida, a hipótese que enumerámos

“Apesar da migração, as mulheres santomenses mantêm vários tipos de vínculos ao seu país de origem, seja pela prestação de cuidados, seja pela necessidade de assistência. Que estratégias adoptam?” em relação aos vínculos que ligam as mulheres ao país de origem por duas razões. A primeira razão é o facto de a realidade “maternidade-outra” ou “maternidade-partilhada”, como é vivida num determinado espaço físico da comunidade, sofrer alterações quando transportada para um contexto transnacional. A questão da “maternidade-outra” ou da “maternidade-partilhada” parece ter, assim, uma influência mínima. A segunda razão prende-se com uma circunstância que não previmos na nossa problematização e que decorreu, certamente de uma falta de rigor conceptual e que se prende com o facto de as mulheres poderem optar por trazer os seus filhos para junto de si, libertando-se assim de vínculos que as ligam ao país de origem. Mesmo se há um período que medeia entre a vinda da mãe para Portugal e o reagrupamento do(s) filho(s), as mulheres devem tentar que seja o menos longo possível. Resta-nos saber, no entanto, se na decisão para trazer os filhos para junto de si, estas mulheres sofrem algum tipo de pressão de familiares.

-

A inserção no mercado de trabalho destas mulheres deu-se, por um, lado nos sectores considerados femininos e, por outro, nos trabalhos menos atractivos.

A maioria das inquiridas trabalha em limpezas ou como empregadas domésticas. No seu país de origem, a maioria estava empregue no sector dos serviços. A

migração representou uma regressão nas suas vidas profissionais. Consideramos que a hipótese que formulámos a este respeito “Em termos profissionais, a migração feminina traduziu-se numa inserção As mulheres santomenses vivem o constrangimento de serem mulheres e de serem migrantes, o que se manifesta principalmente em termos do mercado de trabalho”, apesar de algumas nuances que, nalguns casos específicos, se verifica.

Quais os elementos que podem ser pertinentes e caracterizadores da migração das mulheres santomenses do Bairro Vale de Chícharos e da sua acção no sentido da prestação de cuidados a dependentes, tendo em conta os constrangimentos da representação que é feita das mulheres na sociedade de origem e na sociedade receptora e das mulheres migrantes na sociedade receptora, os aspectos culturais específicos da poligamia multipolar e da maternidade-partilhada e a necessidade de, como migrantes, terem uma actividade remunerada, num contexto transnacional?

Por um lado, a mobilidade feminina, no espaço transnacional, é condicionada por diversos factores, por outro, as mulheres migrantes procuram otimizar os recursos e tomar decisões que apresentem menores riscos e maiores vantagens. Esta atitude denota a existência de uma consciência e de uma racionalidade inerentes à situação migratória. As mulheres santomenses do Bairro Vale de Chícharos assumiram os riscos que a experiência migratória comportou: a habitação precária, o emprego instável e mal-pago, a necessidade de reconstruírem o seu ambiente afectivo, etc.

Mas, por outro lado, tiraram todas as vantagens que podiam da situação em que viviam, muitas vezes, no limite do que lhes era possível e de acordo com as prioridades que estabeleceram. Por exemplo, apesar da habitação e do trabalho precário, elas impulsionaram e concretizaram, na maioria dos casos, o reagrupamento familiar dos filhos, tal como as que viviam com um companheiro.

Uma experiência migratória como as que estas mulheres viveram veio conferir-lhes um papel activo, de tomada de decisão em relação a vários aspectos da sua vida. Neste sentido, a experiência migratória trouxe para estas mulheres mais poder, porquanto decidem e gerem diversos processos. A acção das mulheres santomenses é o facto de poderem decidir um pouco mais sobre as suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

185

A Europa viu, em menos de um século, alterar-se a sua posição nas migrações internacionais, para se tornar um dos importantes destinos de fluxos migratórios originários de todos os continentes.

Neste cenário, Portugal, juntamente com outros países do Sul da Europa, apresenta a especificidade de, por um lado, ser é uma importante terra de partida, por integrar ainda hoje esses fluxos migratórios europeus, e não só, mas por ser também um país receptor, cada vez mais de correntes migratórias mais diversas.

Ainda assim, fruto das nossas relações seculares com África, a população dos PALOP, com especial destaque para a cabo-verdiana, constitui a imigração mais significativa.

Na imigração africana dos PALOP's, a comunidade santomense começou por ser a menos expressiva, mas foi sempre aumentando ao longo dos anos e ultrapassou mesmo a comunidade moçambicana.

A comunidade santomense tem, no entanto, a especificidade de a população feminina ser superior à masculina, sendo a única comunidade dos PALOP em que tal circunstância se verifica.

Essa especificidade é, no entanto, um aspecto bastante actual da dinâmica das migrações internacionais e que é a feminização da migração.

Procurámos assim estudar a migração santomense como um reflexo das dinâmicas, dos processos, das realidades que integram problemática da migração feminina em geral.

Por isso, reflectimos sobre conceitos e perspectivas, sobre as causas e as consequências que a mobilidade tem na vida das mulheres migrantes, sobre a forma como é perspectivada por elas e sobre as opções e decisões que são tomadas e como no espaço transnacional, por onde perpassam constrangimentos, mas onde é possível actuar.

As condições em que vivem estas mulheres migrantes santomenses são bastante precárias, os seus trabalhos são os menos atractivos e o futuro é incerto, principalmente em relação à habitação. São encaradas como Outras para a vida laboral e social. Apesar disso, a sua estadia vai-se prolongando, na esperança de uma melhoria.

Apesar dos condicionamentos de ordem estrutural, sejam as representações do género no seu país de origem e no seu país de destino, sejam, no seu país de origem o subdesenvolvimento estrutural, a falta de condições sanitárias, de emprego, etc., elas agem e tomam decisões.

Por isso, apesar das dificuldades com que vivem, o conhecimento da sua experiência migratória não pode, de modo algum, conduzir-nos a uma vitimização destas mulheres

migrantes, no sentido de as suas acções não terem qualquer impacto no ambiente social em que vivem, por força de constrangimentos sociais e culturais. Essa vitimização também não permite que a sociedade receptora dê as mais adequadas respostas para a integração destas mulheres.

A experiência migratória, apesar das dificuldades inerentes ao percurso migratório e ao estabelecimento na sociedade receptora, permitiu o desenvolvimento de competências, traduzindo-se numa forma de empowerment.

O reconhecimento de competências como a capacidade de gestão, de tomada de decisão por parte da sociedade receptora, é um meio de facilitar a integração e a participação destas mulheres migrantes, porque reconhecer competências é reconhecer valor. Trata-se de competências de decisão, de delinear estratégias, de agir, de priorizar, de gerir.

São competências diversas das profissionais ou escolares, mas não de menos importância.

De facto, dada a sua natureza e abrangência, elas podem assumir uma maior relevância, sobretudo porque não aparecem normalmente associadas ao universo feminino São competências de independência e autonomia.

O fenómeno da globalização marca hoje, mais do que nunca, todas as esferas da vida das sociedades. Nas migrações internacionais, a globalização ampliou os espaços físicos e identitários, mas, ao mesmo tempo, reduziu as distâncias, para mais facilmente estar presente em todos os lugares do planeta, permitindo aos migrantes, através das comunidades transnacionais, participar em mais do que uma sociedade ou realidade.

Para as mulheres migrantes, a globalização teve alguns efeitos. Em primeiro lugar, criou oportunidades de trabalho nas sociedades receptoras nos sectores considerados femininos, o que contribuiu fortemente para a feminização da migração, característica dos movimentos migratórios actuais. Em segundo, lugar, a globalização permitiu a difusão de determinados estilos de vida, nomeadamente das sociedades ocidentais mais desenvolvidas, além de veicular outras ideias relativas ao seu papel na sociedade.

Essas ideias e estilos de vida percebidos contribuem para que as mulheres procurem, por um lado imitar esses modelos, por outro procurarem aceder a sociedades percebidas como mais liberais. Por outro lado, nas próprias sociedades de origem, os efeitos da globalização, vai produzir mudanças.

No caso das mulheres, a migração é pois, num cenário de globalização, um factor de mudança. O estudo de caso que apresentámos exprime o impacto que a migração teve nas suas vidas, fosse a migração uma decisão ou um resultado. Esse impacto apresenta aspectos constrangedores que, muitas vezes, surgem como os únicos visíveis na experiência migratória destas mulheres. No entanto, a sua forte presença nos fluxos migratórios internacionais tem, por si só, algumas consequências que mencionamos: vem questionar estereótipos e papéis sociais, contrariar um modelo migratório dominante, e reconhecer que as mulheres são agentes e dar visibilidade à migração feminina. Neste sentido, a sua acção não é indiferente.

Não queríamos terminar sem deixar uma nota final, relativamente à importância de os governos conhecerem e darem respostas no sentido da integração das mulheres migrantes. Muitas das mulheres migrantes são mães de jovens que vão construir a sua vida na sociedade que os seus pais escolheram. Como é que as nossas sociedades encaram as mulheres migrantes? Como contribuimos para que as dificuldades de integração se não prolonguem e agudizem na geração seguinte? O que fazemos, sendo elas as principais privilegiadas pela transmissão de valores às crianças e aos jovens? Conhecer as mulheres migrantes, as suas experiências e dificuldades é um aspecto estratégico para os governos dos principais países receptores de imigrantes, onde incluimos Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKERS, Louise, “Cuidar à distância. Mulheres, Mobilidade e Autonomia na União Europeia”. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 50, 1998

ANTHIAS, Floya, YUVAL-DAVIS, Nina, “Racialized Boundaries - Race, Nation, Gender, Colour and Class and the Anti-Racist struggle”, Routledge, London and New York, 1993

ARIZA, Marina, “Migración, familia y transnacionalidad en el contexto de la globalización: algunos puntos de reflexión”, Revista Mexicana de Sociología, vol. 64, n.º 4. Out – Dec, 2002

BAGANHA, Maria I., “Migration in Europe: Challenges to Citizenship”, Portuguese Journal of Social Sciences, vol. 1, n.º 2, ISCTE, 2002

BAGANHA, Maria Ioannis, GÓIS, Pedro, “Migrações Internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos”, Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 52, 53, Novembro 1998/1999

BARRETO, António, “Tempo de Mudança”, Relógio D’Água Editores, Lisboa, 1996

BLUM, Linda M. DEUSSEN, Theresa, “Negotiating Independent motherhood – Working-Class African American Women talk about marriage and motherhood”, Gender & Society, Vol. 10, N.º 2, April 1996

BRAH, Avtar, “ ‘Race’ and ‘culture’ in the gendering of labour markets: South Asian young Muslim women and the labour market”, New Community, Commission for Racial Equality, vol. 19, n.º 3, Abril 1993,

BONFIM, João do Sacramento, Os processos migratórios em São Tomé e Príncipe e a corrente portuguesa, Tese de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2000

BOYD, Mónica, “Family and Personal Networks in International Migration: Recent Developments and New Agendas”, *International Migration Review*, vol. XXIII, n.º 3

CARMO, Hermano, MALHEIRO FERREIRA, Manuela, “Metodologia da Investigação – Guia para a Auto-aprendizagem”, Universidade Aberta, 1998

CASTLES, Stephen, “Migration and Community Formation under Conditions of Globalization”, *International Migration Review*, vol. 36, n.º 140, Winter 2002, Center for Migration Studies

CRIADO, Encarnación Aguilar, “Trabajo y ideología de género en la producción doméstica”, *Etnográfica*, Revista do Centro de Estudos de Antropología Social

ESTEVES, Maria do Céu, “Portugal, País de imigração”, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa, 1991

FERREIRA, Virgínia et al, “Shifting Bonds, Shifting Bounds – Women Mobility and Citizenship in Europe, Celta, Oeiras, 1998

GEORGE, Pierre, “As migrações internacionais”, Universidade Moderna, Publicações D.Quixote, Lisboa, 1977

GOSS, Jon, LINDQUIST, Bruce, “Conceptualizing International Labor Migration: A Structuration Perspective”, *International Migration Review*, vol. XXIX, No. 2, Center for Migration Studies, 1995, p.327.

Grande História Universal, “Crise do Equilíbrio Mundial”, vol. XXIV, Ediclube

HENRIQUES, Isabel Castro, “São Tomé e Príncipe – A invenção de uma sociedade”, *Documenta Histórica* 26, Ed. Vega, Lisboa, 2000

HEYWOOD, Andrew, “Political Ideologies – An introduction”, Macmillan, 1992

História Crítica do Século XX, Atlas Minerva, Minerva Editora, Coimbra, 1993

IOM - International Organization for Migration, “Overview of International Migration”, IOM, 1997

JACKSON, John A. “Migrações”, Ed. Escher, Lisboa, 1991

JAMES, Stanlie M., “Mothering – A possible Black feminist link to social transformation?”, James, Stanlie M, Busia, Abena P. A., (ed.), “Theorizing Black Feminisms”, Routledge, London and New York, 1993

JANUS, 2001, Anuário das Relações Exteriores, Público & Universidade Autónoma de Lisboa

JONES-CORREA, Michael, “Different Paths: Gender, Immigration and Political Participation”, International Migration Review, Center for Migration Studies, vol. XXXII, n.º 122, 1998

JÚNIOR, Cláudio Dias, “Capital social e violência: uma análise comparada em duas vilas de Belo Horizonte”, Tese de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, Dezembro de 2001

KOFMAN, Eleanor, “Female ‘Birds of passage’ – A decade later: Gender and Immigration in the European Union”, International Migration Review, n.º 126, vol 33, 1999, Center for Migration Studies, New York

KOFMAN, Eleanore, SALES, Rosemary, “Migrant Women and Exclusion in Europe”, *The European Journal of Women Studies*, vol. 5, nr. 3 – 4, November 1998, Sage publications.

KOFMAN, Eleanor et al, “Gender and International Migration in Europe – Employment, welfare and politics”, Routledge, London and New York, 2000

KURTHEN, Hermann M., “Ethnic and gender inequality in the labour market: the case of West Berlin and Germany”

LEANDRO, Maria Engrácia, “Dinâmica social e familiar dos projectos migratórios – uma perspectiva analítica”, *Análise Social*, vol. XXXIV (170), 2004, 95 – 118

MACHADO, Fernando Luís, “Contornos e especificidades da Imigração em Portugal”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 24, 1997,

MALHEIROS, Jorge Macaísta, “Imigrantes na Região de Lisboa – Os anos da mudança”, *Edições Colibri*, Lisboa, 1996, 238 pp., p. 61,

MOLINA, Rafael Pérez, “La interrelación de los aspectos culturales y laborales en la integración de los inmigrantes”, *Studi Emigrazione/Études Migrations*, XXXIII, n. 121, 1996, pp. 94, 95

MOROKVASIC, Mirjana, “ ‘In and out’ of the labour market: Immigrant and minority women in Europe”, *New Community*, 19 (03), April 1993

OBERHAUSER, Ann M., “The International Mobility of Labour: North African Migrants in France”, *Professional Geographer*, 43(4), Association of American Geographers, 1991, pp. 431 - 445

PARREÑAS, Rhacel Salazar, “Migrant Filipina domestic workers and the international division of reproductive labour”, *Gender & Society*, vol. 14 n.º 4, August

PERISTA, Heloísa, “Mulheres em diáspora na União Europeia: percursos migratórios e trajetórias profissionais e familiares”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 50, Fevereiro 1998

PESSAR, Patrícia R., Mahler, Sarah J., “Transnational Migration: Bringing Gender in”, *International Migration Review*, Center for Migration Studies of New York, New York, 2003

PIORE, Michael J. “Birds of Passage – Migrant Labor and Industrial Societies”, Cambridge University Press, New York, 1979

PISELLI, Fortunata, “Mulheres migrantes: uma abordagem a partir da teoria das redes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 50, Fevereiro 1998

QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van, “Manual de Investigação em Ciências Sociais”, Gradiva, Lisboa, 1992

Relatório do Desenvolvimento Humano de São Tomé e Príncipe 2002 “As mudanças de 1990 a 2002 e o Desenvolvimento Humano”, UNDP (www.undp.pt)

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, “Sociologia das Migrações”, Universidade Aberta, Lisboa, 1995,

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, “Emigração”, *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, 163, Alfa, 1985

ROMANA, Heitor, “São Tomé e Príncipe – elementos para um análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades”, I.S.C.S.P. – UTL, Lisboa, 1997

ROMERO, Andrés, “Metodologia de Análise de Conteúdo”, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Comunicação Social, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1991

RUGY, Anne de, “Dimensão Económica e Demográfica das Migrações na Europa Multicultural”, CELTA, Oeiras, 2000

SAINT-MAURICE, Ana de, “Identidades Reconstruídas – Cabo-verdianos em Portugal”, Celta, Oeiras, 1993

SKELDON, Ronald, “Migration and development: a global perspective”, Longman, Harlow, 1997

WALL, Karin, “A outra face da migração: Estudo sobre a situação das mulheres que ficam no país de origem”, Cadernos Condição Feminina, Comissão da Condição Feminina”, 1992, p.35 – 36

YUVAL-DAVIS, Nira, “Gender and Nation”, SAGE Publications, London, California, Nova Dehli, 1997

ZLOTNIK, Hania, “The South-to-North Migration”, International Migration Review, n.º 109, vol. 29, Center for Migration Studies, 1995

